

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Joice Fernandes

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL:
As transformações no cotidiano de caiçaras de
Ubatuba-SP na década de 1960
e na primeira década do século XXI**

Taubaté-SP

2009

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Joice Fernandes

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL:
As transformações no cotidiano de caiçaras de
Ubatuba-SP na década de 1960
e na primeira década do século XXI**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre pelo Curso de Pós-Graduação em nível de Mestrado em Ciências Ambientais do Departamento de Agronomia da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Ciências Ambientais

Orientador: Prof.Dr. Cyro de Barros Rezende Filho

Taubaté-SP

2009

F363p Fernandes, Joice
Percepção ambiental: as transformações no cotidiano de caixaras de Ubatuba-SP na década de 1960 e na primeira década do século XXI / Joice Fernandes. - 2009.
120 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, 2009.

Orientação: Prof. Dr. Cyro de Barros Rezende Filho,
Departamento de Ciências Agrárias.

JOICE FERNANDES

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL: AS TRANSFORMAÇÕES NO COTIDIANO DE CAIÇARAS DE
UBATUBA-SP NA DÉCADA DE 1960 E NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre pelo Curso de Pós-Graduação em nível de Mestrado em Ciências Ambientais do Departamento de Agronomia da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Ciências Ambientais

DATA: 05 de Fevereiro de 2010

RESULTADO: APROVADO

BANCA EXAMINADORA

Prof .Dr. CYRO DE BARROS REZENDE FILHO Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. MARIA DOLORES ALVES COCCO

Universidade _____

Assinatura _____

Prof. Dr. IVONE MARQUES DIAS

Universidade _____

Assinatura _____

Prof. Dr. JÚNIOR ALEXANDRE MOREIRA PINTO

Universidade _____

Assinatura _____

Prof. Dr. PAULO AUGUSTO ROMERA E SILVA

Universidade _____

Assinatura _____

A Waldemar, Tiana e Carlos:
amigos de risos e de choros.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que permitiu que este trabalho se desenvolvesse desta forma.

Aos meus pais, que se esforçaram e me apoiaram em todos os momentos com máxima dedicação e incentivo.

Aos meus colegas e amigos de turma, de transporte, de trabalho e de tantas outras atividades que me cercaram durante esta pesquisa, em especial ao Carlos, que representa o que todos os outros colegas e amigos não citados colaboraram para que todos os momentos, felizes ou não, pudessem ser divididos.

Ao Prof. Dr. Cyro de Barros Rezende Filho, pela habilidade com que orientou este trabalho.

À Prof.^a Maria Dolores, que me estimulou nessa epopéia em busca de um novo aprendizado na área interdisciplinar.

Aos professores do Programa de Ciências Ambientais, em especial ao Prof. Júnior Alexandre Moreira Pinto, por aceitar compor esta.

Aos professores Ivone Marques Dias e Paulo Augusto Romera e Silva por aceitarem o convite para composição da banca com interesse e dedicação.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, em especial ao Prof. Marcelo Targa e à D. Jeni Gondolo.

Aos funcionários desta Universidade, bem como à própria instituição.

Às Instituições que possibilitaram a coleta de dados necessária, e aos caixaras entrevistados, que se prestaram com gentileza a participar desta pesquisa.

*Oh! Que saudade do luar da minha terra
Lá na terra branquejando folhas secas pelo chão
Este lugar cá da cidade tão escuro
Não tem aquela saudade do luar lá do sertão*

Catulo da Paixão Cearense
João Pernambuco

RESUMO

Percepção Ambiental: As transformações no cotidiano de caiçaras de Ubatuba-SP na década de 1960 e na primeira década do século XXI

As populações tradicionais têm sido estudadas com ênfase nas suas práticas culturais ligadas ao meio ambiente em que estão inseridas. Nesta pesquisa, o foco da análise está na abordagem do assunto sob a linha de pesquisa conhecida como Ecologia Cultural, com colaborações conteudistas das vertentes neo-marxista e escola-novista, através da técnica da História Oral. Para tal análise, pretende-se utilizar como estudo de caso parte da população tradicional de caiçaras da cidade de Ubatuba, Litoral Norte de São Paulo, sua relação com o meio na década de 1960, e esta mesma relação na primeira década do século XXI. Tal delimitação se justifica pelas transformações ambientais, tanto no ambiente natural como no ambiente construído, ocorridas na cidade, e que provocaram transformações no cotidiano destes caiçaras e influenciaram sua dinâmica cultural. Nesta pesquisa, defende-se o Envolvimento com o meio como algo intrínseco a qualquer ser vivo, e a degradação deste meio como a antítese deste processo, que por sua vez tem como síntese o desenvolvimento de tais seres vivos, dentre os quais o homem. Tal análise pode contribuir para a valorização do meio ambiente por parte das comunidades locais, especificamente as comunidades caiçaras autóctones, além de contribuir também para a revisão da valorização das práticas culturais (especificamente a relação homem/meio), percebendo-as como processos sociais dinâmicos e não estáticos, portanto como processos históricos.

Palavras chave: Desenvolvimentismo e Desconstrução. Percepção ambiental. Populações Tradicionais. Ubatuba-SP.

ABSTRACT

Environment Perception: the changes in the daily caiçaras Ubatuba-SP in the 1960s and first decade of this century

The Traditional Populations have been studied with emphasis on their cultural practices related to the environment in which they are inserted. In this research, the focus of analysis is the approach to the subject in the line of research known as Cultural Ecology, collaborations with contents of the Neo-Marxist strands and Annales History using the technique of Oral History. For this analysis, we intend to use as a case study of the population of traditional Caiçaras the city of Ubatuba, North Coast of São Paulo, its relationship with the environment in the 1960s, and this same relationship in the first decade of this century. This definition is justified by the environmental changes, both in the natural environment and the built environment, occurs in the city, and caused changes in their daily caiçaras and influenced its cultural dynamics. In this research, it supports the involvement with the environment as intrinsic to any living being, and the degradation of the environment as the antithesis of this process, which in turn is to synthesis the development of such beings, among them the man. Such analysis can help to improve the environment for local communities, particularly indigenous communities caiçaras, also contribute to the revision of the valuation of cultural practices (specifically the man / environment), perceiving them as dynamic social processes and not static, so how historical processes.

Key words: Developmentism and Desconstruction. Environmental Perception. Traditional Populations. Ubatuba-SP.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1.Ubatuba: características gerais.....	15
2.1.1.Súmula da História de Ubatuba.....	19
2.1.1.1.A Administração de Ciccillo Matarazzo (1964-1969).....	23
2.1.1.1.1.A Década de 1960 e a administração de Ciccillo Matarazzo em Ubatuba.....	25
2.1.2.O Bairro Ubatumirim.....	30
2.1.3.A Ilha dos Pescadores.....	32
2.2.Caiçaras.....	34
2.2.1.Populações Tradicionais.....	36
2.2.1.1.O Caipira do Litoral.....	39
2.2.1.2.Formas de Análise.....	42
2.2.1.2.1.A Ecologia Cultural.....	43
2.2.1.2.2.A Antropologia Ecológica.....	45
2.2.1.2.3.As Etnociências.....	46
2.2.1.2.4.A Antropologia Neo-Marxista.....	47
3. MATERIAL E MÉTODO	49
3.1.História Nova: mudança de foco.....	50
3.1.1.Interdisciplinaridade.....	51
3.1.1.1.Percepção Ambiental: o meio, o sujeito e a relação entre eles.....	54
3.1.1.1.1.O Meio: Espaço e Lugar.....	56
3.1.1.1.2.O Sujeito - Identidade e Memória Coletiva: símbolos.....	58
3.1.1.1.3.A relação entre o meio e o sujeito – A experiência.....	65
3.1.2.A Revolução Documental: re-construção do passado.....	70
3.1.2.1. O contato.....	76
3.1.2.2.O registro escrito.....	78
3.1.2.3. A análise.....	80
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	81
4.1.Desconstrução – a década de 1960 e o cotidiano caiçara nos bairros.....	84
4.2.Recombinação – a década de 1960 e o cotidiano caiçara na cidade.....	88
4.3.Acomodação – envolvimento, devastação: desenvolvimento.....	90

4.3.1. Envolvimento.....	93
4.3.2. Devastação.....	95
4.3.3. Desenvolvimento.....	99
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
6. FONTES, SITES e REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111
APÊNDICE A – Entrevista com Luis Carlos Nunes de Barros, realizada em 08 de março de 2009.....	116
APÊNDICE B – Entrevista com Claudionor Nunes de Barros, realizada em 09 de agosto de 2009.....	125
ANEXO A – Declaração 527/08 do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté.....	132
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para utilização da entrevista com Luis Carlos Nunes de Barros.....	133
ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para utilização da entrevista com Claudionor Nunes de Barros.....	134
ANEXO D – Mapa – Áreas CONDEPHAAT / PARQUE – Estância Balneária de Ubatuba	135
ANEXO E – Mapa – Município / Ruas – Estância Balneária de Ubatuba	136
ANEXO F – Mapa – Unidades de Conservação Estaduais sob Gestão da Fundação Florestal.....	137
ANEXO G – Mapa – Município Hidrografia – Estância Balneária de Ubatuba.....	138

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é a materialização do envolvimento que esta autora tem com o meio em que vive, tendo em vista que esta é caíçara e morou a maior parte de sua vida, assim como grande parte de sua família, na cidade de Ubatuba, Litoral Norte do estado de São Paulo. A relevância desse envolvimento está na escassez de trabalhos científicos sobre as relações caíçaras, principalmente no que diz respeito ao meio ambiente, produzidos pelos próprios caíçaras. É o posicionamento interno de um dos sujeitos que reflete sobre a própria realidade, o próprio meio, a própria história.

Os caíçaras, por suas características, são incluídos em estudos de Populações Tradicionais. As Populações Tradicionais têm sido estudadas com ênfase nas suas práticas culturais ligadas ao meio ambiente em que estão inseridas. Em muitas regiões do Brasil, a implantação de Parques e Reservas tem expulsado comunidades autóctones de seus espaços, com o objetivo de preservar áreas consideradas fundamentais para as Unidades de Conservação. Mas é importante salientar que a extinção das plantações, dentre outras práticas culturais, especificamente do cotidiano de caíçaras de Ubatuba-SP, não se deu unicamente devido a essas ações, mas por processos voluntários nos quais tais populações são sujeitos ativos.

Tais ações colocam o homem separado do meio, como se a interferência do primeiro no segundo fosse absolutamente negativa. O fato é que estudos recentes defendem que o radicalismo preservacionista em relação ao meio não resulta em sustentabilidade humana e ambiental, posicionado-se de forma holística em relação ao tema. Populações Tradicionais podem colaborar com o seu conhecimento inter-geracional para a interferência humana positiva no meio, garantindo sustentabilidade a ambos. O problema está na forma como estas Populações Tradicionais têm sido estudadas.

Nesta pesquisa, o foco da análise está na abordagem do assunto sob a linha de pesquisa conhecida como Ecologia Cultural, com colaborações conteudistas das vertentes neo-marxista e escola-novista, através da técnica da História Oral. Para tal análise, pretende-se utilizar como estudo de caso parte da população tradicional de caiçaras da cidade de Ubatuba, Litoral Norte de São Paulo. A fim de valorizar o processo, e através dele ponderar medidas sustentáveis, este estudo de caso terá como delimitação temporal a década de 1960 em relação à primeira década do século XXI. Tal delimitação se justifica pelas transformações ambientais, tanto no ambiente natural como no ambiente construído, ocorridas na cidade, e que provocaram transformações no cotidiano destes caiçaras e influenciaram sua dinâmica cultural. A memória caiçara, enquanto grupo social distinto, fixou-se nos aspectos econômicos e culturais das mudanças que tiveram lugar no município a partir da década de 1960. Ocorre que tanto os fluxos migratórios que se estabeleceram, como as alterações espaciais criadas a partir da incidência de tais mudanças, impuseram uma nova forma de relacionamento com o meio ambiente, que alterou o tradicional “padrão caiçara”, calcado em uma estratégia de harmonização com a natureza. A relação caiçara/meio ambiente forçosamente deve ter vivenciado uma etapa de desconstrução, seguida por uma de recombinação, para finalmente definir uma de acomodação, nos limites possíveis da nova realidade.

Estudos de caso como este podem ser profícuos se analisados profundamente a fim de favorecer o desenvolvimento da sociedade baseado no seu envolvimento com o meio. A busca pelo conhecimento da biodiversidade e da diversidade cultural deve ter o objetivo de trazer alternativas para a sustentabilidade social e ambiental.

Nesta pesquisa, defende-se o Envolvimento com o meio como algo intrínseco a qualquer ser vivo, e a degradação deste meio como a antítese deste processo, que por sua vez tem como síntese o desenvolvimento de tais seres vivos, dentre os quais o homem.

Pretende-se expor a relação entre representantes de parte da população Caiçara de Ubatuba-SP e o Meio Ambiente no período da década de 1960, esta mesma relação na primeira década do século XXI, e a análise comparativa dessas duas exposições. Tal análise pode contribuir para a valorização do meio ambiente por parte das comunidades locais, especificamente as comunidades caiçaras autóctones, além de contribuir também para a revisão da valorização das práticas culturais (especificamente a relação homem/meio), percebendo-as como processos sociais dinâmicos e não estáticos, portanto como processos históricos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Ubatuba: características gerais

Ubatuba é uma cidade da região Sudeste do Brasil, localizada no Litoral Norte do Estado de São Paulo. Cortada pelo Trópico de Capricórnio, ponto simbolizado por um monumento na Praça que recebe o nome da linha imaginária, no centro da cidade, a cidade se vangloria por receber os primeiros raios de sol do verão. Nas palavras do atual prefeito da cidade, Eduardo de Souza César, em depoimento publicado no site oficial do município: “[...] *Por isso dizemos que o verão começa aqui*” (<http://www.ubatuba.sp.gov.br>), estimulando o turismo na região.

Distante 225 km da capital do estado, as limitações do município são: ao Sul a cidade de Caraguatatuba, no estado de São Paulo; a Sudoeste, a cidade de Natividade da Serra, no Vale do rio Paraíba do Sul, também estado de São Paulo; a Oeste, a cidade de São Luiz do Paraitinga e Cunha, também no Vale do Paraíba; ao Norte a cidade histórica de Parati, no Estado do Rio de Janeiro; e a Leste, o Oceano Atlântico. O clima nessa região é o temperado úmido, e a temperatura média anual de Ubatuba é de 21° C, com máximas de 27° e mínima de 15°.

Os acessos rodoviários à cidade são através das Rodovias SP-055 - Rod. Governador Mario Covas BR-116, que a liga à cidade de Caraguatatuba; SP-125 - Rod. Oswaldo Cruz, que a liga à cidade de São Luiz do Paraitinga; e BR-101 - Rod. Rio-Santos, que a liga à cidade de Parati. A cidade também abriga o Aeroporto Estadual Gastão Madeira (Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP), com uma pista de asfalto de 940m, mas que opera com aeronaves de pequeno porte e sem vôos regulares. Há também uma marina sob a gestão da Fundação Florestal do Estado de São Paulo, a Marina do Saco da

Ribeira, conhecida como a maior marina do Litoral Norte, movimentando cerca de 2.000 embarcações e com, aproximadamente, 15 a 20 garagens náuticas.

De acordo com o site oficial da cidade, baseado no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população total de Ubatuba é de 81.246 habitantes. A taxa de crescimento anual é de 4,82%, o índice de natalidade está em 28,20%, o de mortalidade em 5,94%, e o de analfabetismo em 12,93%. Há também dados registrados de uma população flutuante, pois nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, a cidade mantém uma média de 300.000 turistas por dia, com permanência média de 7 a 10 dias, chegando a picos de 800.000 pessoas no réveillon e carnaval.

Para atender a este público, Ubatuba possui um Centro de Informações Turísticas (CIT), localizado no centro da cidade, com informações da rede formal de hospedagens, restaurantes, prestação de serviços, entre outras informações, dentro e fora do município. Possui também um Terminal Turístico da Praia do Perequê-Açu, praia mais próxima ao centro na direção norte, com a finalidade de atender ao turista de um dia, que chega à cidade em ônibus de fretamento. Com capacidade para até 40 ônibus, este terminal oferece sanitários, vestiários e guarda-volumes.

Atualmente o prefeito de Ubatuba é o Ilmo. Sr. Eduardo de Souza César, eleito em 2004, portanto em seu segundo mandato.

A cidade é conhecida como um dos melhores lugares do país para a prática do surf, esportes náuticos e mergulho. De acordo com o site *Brazil Tour*, existem opções de praias para todos os públicos, com ondas agitadas e calmas, de fácil e difícil acesso, com infra-estrutura turística e algumas até desabitadas (<http://braziltour.com/site/br/cidades/>). Ainda de acordo com este site, outra característica da cidade é a preservação da Mata Atlântica, observada em vários pontos do município.

Esta preservação é proporcionada, dentre outros fatores, pela existência de Parques Estaduais, que, de acordo com o site oficial da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, são:

[...] unidades de conservação, terrestres e/ou aquáticas, normalmente extensas, destinadas à proteção de áreas representativas de ecossistemas, podendo também ser áreas dotadas de atributos naturais ou paisagísticos notáveis, sítios geológicos de grande interesse científico, educacional, recreativo ou turístico, cuja finalidade é resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos científicos, educacionais e recreativo. Assim, os parques são áreas destinadas para fins de conservação, pesquisa e turismo. Podem ser criados no âmbito nacional, estadual ou municipal, em terras de seu domínio, ou que devem ser desapropriadas para esse fim. (www.ambiente.sp.gov.br)

Ubatuba é contemplada pelo Parque Estadual da Serra do Mar, de acordo com o Dec. 10.251 de 30/08/77, Dec. 13.313, de 06/03/79, e Dec. 19.448 de 30/08/82. Este Parque possui uma área de 315.390 ha distribuídos em 24 municípios. Em Ubatuba, está o Núcleo Picinguaba, com 47.500 ha, e uma Base de Visitação Pública, localizada na Praia da Fazenda, no km 11 da Rodovia Rio-Santos – BR-101; ainda é contemplado pelo Parque Estadual da Ilha Anchieta, de acordo com o Dec. 9.629, de 29/03/77, com uma área de 838 ha.

Existe também uma APA Marinha que inclui o município. As APAS – Áreas de Proteção Ambiental - são Unidades de Conservação de Uso Sustentável, e conciliam a conservação da natureza ao uso sustentável de seus recursos naturais. Elas complementam a proteção ao entorno de Unidades de Conservação integrais, como o Parque Estadual da Serra do Mar por exemplo. O município de Ubatuba está dentro da APA Marinha do Litoral Norte. Esta APA possui 316.242 ha, distribuídos entre as cidades de Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião, de acordo com o Decreto Estadual 53.525, de 08 de outubro de 2008.

De acordo com Mesquita (2004), em Ubatuba existe uma Reserva Particular de Patrimônio Natural - RPPN, contendo 22,80 hectares conhecida como Morro do Curussu.

Existe também uma Reserva Florestal Obrigatória, localizada no Sertão das Cotias, de acordo com registro do processo 89709/03, como uma área de 10,76 hectares.

Além disso, Ubatuba faz parte do Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte, de acordo com o decreto assinado em 07 de dezembro de 2004, consolidando um ciclo de trabalho que começou em 1998, com o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, estabelecido pela Lei Estadual 10.019. Este decreto é um dos instrumentos que regulamentam o uso e ocupação do solo nos municípios de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba.

2.1.1. Súmula da História de Ubatuba

A origem etimológica da palavra Ubatuba é sítio ou pomar de Ubás. Ubá é uma cana silvestre, nativa da região, utilizada pelos indígenas como cercas, não para delimitação de propriedade, mas para sinalização de territórios. O vocábulo TUBA indica abundância, ou pluralidade. A palavra Ubatuba é também popularmente conhecida como ‘terra de muitas canoas’. Esta origem folclórica para o nome da cidade está relacionada ao fato de, ainda no período do Brasil colonial, os indígenas utilizarem canoas nas lutas contra os portugueses, e estas ficarem expostas na baía da então aldeia de Iperoig, atual Ubatuba.

Aldeia de Iperoig foi como a cidade de Ubatuba começou a aparecer na História do Brasil, através dos relatos do padre missionário José de Anchieta ao Provincial da Ordem dos Jesuítas, contando sobre os conflitos existentes na região. De acordo com o memorialista Edson Silva, morador da cidade, em texto publicado no site oficial da Prefeitura local e disponível no acervo de recortes da Biblioteca Municipal, os índios Tupinambá foram os primeiros habitantes da região, utilizavam a canoa como transporte e para o abastecimento das aldeias. Com a chegada dos portugueses e franceses, que tentaram dominá-los, tais aldeias formaram a Confederação dos Tamoios, palavra que indica antiguidade e hereditariedade.

O memorialista Washington de Oliveira (1906-2001), também conhecido como Sr. Filhinho, morador da cidade, no livro *Ubatuba – Documentário* (1987), descreve, de forma romanceada, alguns fatos históricos do município, baseado em obras de outro memorialista, João Diogo Esteves da Silva (1848-1921), também antigo morador da cidade, que tem fragmentos de sua obra no acervo de recortes da Biblioteca Municipal de Ubatuba. Outra obra memorialista utilizada foi *Bom Dia Ubatuba*, escrita por Idalina Graça – falecida na década de 1970, também moradora de Ubatuba. É importante ressaltar a escassez de fontes científicas

que relatem tais fatos históricos, daí a importância da utilização de outras fontes, como os memorialistas locais.

De acordo com esses memorialistas, no ano de 1563, com a missão de pacificar os índios, os padres jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta partiram da região mais ao sul da capitania de São Vicente com destino a Aldeia de Iperoig. Porém os Confederados Tamoiós aprisionaram Anchieta durante vários meses, enquanto Nóbrega voltou à sede da capitania para finalizar o Tratado de Paz, que passou a figurar na História do Brasil como 'A Paz de Iperoig', o primeiro Tratado de Paz firmado nas Américas. Anchieta, enquanto prisioneiro, escreveu na areia da Praia de Iperoig, o célebre "Poema à Virgem", com 4.072 versos em latim.

Restabelecida a paz, o Governador Geral do Rio de Janeiro, tomou providências para colonizar a área, com a intenção de assegurar a posse para a colônia de portugueses. No ano de 1600, a cidade começou a ser colonizada por Inosenso de Unhate, Miguel Gonçalves, Gonçalo Correa de Sá e seu irmão Martim de Sá. Mais tarde a Donatária da Capitania, Mariana Souza Guerra, também conhecida como Condessa de Vimieiro, doou a sesmaria para a dona Maria Alves, que, não podendo colonizar, passou o registro das terras, em 1610, para o senhor Jordão Homem da Costa, que construiu a Capela de Nossa Senhora da Conceição.

A aldeia foi elevada a categoria de Vila em 28 de outubro de 1637, com o nome de Vila Nova da Exaltação à Santa Cruz do Salvador de Ubatuba. De acordo com o acervo de recortes da Biblioteca Municipal, durante o século XVII, a produção agrícola cresceu e a Baía de Ubatuba se transformou no mais movimentado Porto da Capitania de São Vicente. No entanto, a Vila de Ubatuba pertencia à jurisdição do Rio de Janeiro, até que uma ordem do Rei subordinou-a a São Paulo. A partir de então, Bernardo José de Lorena, governador da Capitania de São Paulo, passou a ter poderes para manipular o controle do Porto. No ano

de 1789, este governador determinou que as exportações só poderiam ser feitas pelo Porto de Santos e diretamente ao Reino, o que prejudicou a economia local.

O governador seguinte tomou posse em 1797, e concedeu novamente a liberdade de comércio e exportação. No final do século XIX, a economia de Ubatuba voltou a se desenvolver, foram construídos prédios de acordo com o luxo exigido no período, casas de comércio, escritórios de exportação e luxuosas residências, evidenciando o teatro, onde atualmente funciona a sede da Fundação de Arte e Cultura - FUNDART.

Tal crescimento estimulou a construção de uma ferrovia que atendesse às necessidades dos agricultores do sul do estado de Minas Gerais, mas tal obra não foi concluída devido, entre outros fatores, às dificuldades geográficas que a encareciam, e à competitividade com outros portos importantes.

Após este auge econômico, veio o declínio, e pela dificuldade de acesso os grandes exportadores migraram para outras regiões. Grande parte dos luxuosos sobrados foi abandonada e acabou sendo destruída. A população ficou reduzida a duas mil pessoas, a estrada de acesso ficou praticamente desativada, e o tráfego marítimo foi reduzido a um navio a cada dez dias, no caminho entre Santos e Rio de Janeiro. A ausência de estradas terrestres interligando as cidades litorâneas causou um isolamento da cidade de Ubatuba, e a maior parte da comunicação passou a ser realizada através de canoas. Daí a letra do atual hino da cidade, “Ubatuba, Sim” que teve suas primeiras estrofes compostas em 1947 por Francisco Gomes, e foi completado pelo mesmo autor em 1969, mesmo assim, oficializado em 1963, pela Lei n.º 16/63, e instituído como o Hino de Ubatuba pela Lei n.º 2349 de 13 de maio de 2003, a partir de então sendo obrigatória sua entoação em eventos realizados no município:

Eu amo Ubatuba
assim como ela é
sozinha, isolada,
só com sua Fé.
Conquanto ela suba
ao progresso que vem,

que fique guardada
com tudo quanto tem!
(www.camaraubatuba.sp.gov.br)

Novas tentativas de reativar a estrada terrestre que ligava a cidade litorânea ao interior do estado de São Paulo foram materializadas em 1933, com a inauguração de uma estrada que corresponde ao atual trecho de serra da Rodovia Oswaldo Cruz.

De acordo com Braudel “[...] a ligação de Taubaté a Ubatuba se faz por um carro que consegue, Deus sabe como, a proeza de seguir o antigo caminho burriqueiro, pista escorregadia entre as duas cidades [...]” (BRAUDEL, 1978, p. 230). Em meados do século XX, Ubatuba passou a receber turistas, principalmente da cidade interiorana de Taubaté, que passaram a construir casas de veraneio no que eles intitulavam ‘paraíso’, pois o acesso, apesar de existente, ainda era difícil.

Atualmente a Rodovia Oswaldo Cruz já está asfaltada e recebe manutenção freqüentemente, o que facilita o acesso ao à cidade.

2.1.1.1. A Administração de Ciccillo Matarazzo (1964-1969)

No período de 1964 a 1969, Francisco Matarazzo Sobrinho, o conhecido mecenas das artes Ciccillo Matarazzo, teve sua primeira experiência política como prefeito da cidade de Ubatuba. Segundo o autor Fernando Azevedo de Almeida, em seu livro *O Franciscano Ciccillo*, no ano de 1963 “[...] durante uma conversa informal [...] Wladimir de Toledo Piza, Paulo Florençano e o diretor de *O Atlântico* [jornal da cidade na época] encontraram uma fórmula salvadora: a de lançar Francisco Matarazzo Sobrinho candidato a Prefeito...” (ALMEIDA, 1976, p.145) e várias foram as razões pelas quais Ciccillo foi indicado para este cargo público.

A princípio seria interessante que um industrial renomado no Brasil e no mundo aplicasse suas experiências e dinâmicas administrativas em uma cidade necessitada de uma motivação para seu desenvolvimento econômico. Outra razão para essa indicação corresponde à ligação existente entre o próprio Ciccillo e a cidade por meio de visitas frequentes, pois o mesmo possuía uma propriedade imóvel em uma das praias, facilitando, assim, sua precoce intervenção na Câmara Municipal, antes mesmo de assumir qualquer compromisso político.

Sua residência hoje se tornou uma danceteria, e a praia na qual se localiza, onde por alguns anos Ciccillo foi o único morador, recebe o nome de Prainha do Matarazzo, como uma homenagem prestada a esse homem que se tornou uma personalidade de destaque na História da sociedade de Ubatuba.

Quando Ciccillo assumiu a candidatura, demonstrava certo incômodo com a situação econômica e política da cidade. Como se as administrações anteriores não valorizassem aspectos inerentes à cidade, inclusive a própria sociedade caiçara. Suas ações na câmara indicavam suas tendências democráticas e suas ambições em promover crescimento econômico local.

Depois de eleito, as atitudes inovadoras de Ciccillo foram manchetes de vários jornais da época, principalmente de *O Atlântico*. Obras como a construção do Matadouro, o aeroporto e a extensão da rede de energia elétrica marcaram a memória de moradores que vivenciaram o período, principalmente no centro da cidade. O acervo de recortes da Biblioteca Municipal de Ubatuba possui em destaque as manchetes atribuídas principalmente a obras de infra-estrutura realizadas durante a gestão de Matarazzo.

Todas essas ações benéficas a Ubatuba podem ser justificadas pela visão ampla e empreendedora com a qual Ciccillo observava, não só a economia da cidade, mas também sua sociedade. Por ser um grande industrial, suas metas sempre eram promover algum tipo de crescimento a partir de um potencial adormecido. Seu apreço pelas artes o motivou a valorizar a cultura da população autóctone e, a partir dessas características originais, promover o desenvolvimento econômico. Contudo, essa valorização não parece ter atingido o caixara e seus hábitos cotidianos, mas algumas práticas por ele consideradas atrativos turísticos.

Assim, podemos entender porque não foram aplicadas as inovações industriais, como fábricas e grandes prédios, por ele tão bem conhecidas em suas viagens pelo Brasil e pelo mundo. A intenção de Ciccillo era gerar lucro e destacar a cidade na qual investia sua administração, promovendo crescimento econômico a partir da cultura original da sociedade ubatubense, ou seja, na preservação de suas características enquanto possível estação de veraneio.

Matarazzo possuía muitos aliados políticos; mas, mesmo com esse apoio, seu mandato sofreu uma tentativa de cassação pelo próprio presidente da Câmara Municipal de Ubatuba, que foi prejudicado por algumas atitudes de Ciccillo relacionadas à cobrança de impostos em prol da economia do município.

2.1.1.1.1. A Década de 1960 e a administração de Ciccillo Matarazzo em Ubatuba

Durante a década de 1960, o contexto nacional brasileiro passava por muitas transformações e a mentalidade dos brasileiros parecia temerosa em relação aos futuros acontecimentos daquela década.

Na política interna, definiam-se os rumos para as eleições do ano de 1960, havendo grande expectativa sobre o sucessor de Juscelino Kubitschek. Cyro Rezende afirma que *“o final da década de 1950 refletiu a crescente incapacidade dos partidos políticos em espelharem as aspirações do eleitorado, que se faziam mais radicais e personalistas.”* (REZENDE, 1999, p. 98). Percebe-se que, de um modo geral, a população brasileira buscava mais promessas pessoais do que projetos partidários, dirigia-se para uma estrutura política pautada em um líder seguro e capaz de conduzir um Estado cumpridor de suas funções em relação à sociedade. Como se a inflação crescente no período e mesmo o acirramento generalizado de reivindicações econômico-sociais tornassem necessário uma figura forte e unânime no poder capaz de equilibrar esta situação interna.

Além disso, grande parte do Brasil parecia assistir a um fenômeno migratório de famílias que moravam no campo e passaram, neste período, a viver nas cidades:

[...] Como a maioria desses novos eleitores provinha de camadas operárias e de populações que haviam migrado do campo para as cidades, a tradicional classe média dos grandes centros sentiu-se diretamente ameaçada pela possibilidade de perder seu papel de “formadora de opinião” e de camada privilegiada do espectro político. (REZENDE, 1999, p.100)

Em consequência desse fenômeno, campanhas de alfabetização e conscientização política foram lançadas para que estes novos eleitores, não pertencentes às camadas urbanas, mas que passaram a constituí-la, participassem de forma ativa, não só dos processos eleitorais, mas também de ações que lhes garantissem os direitos e deveres de cidadãos. Esse tipo de

mobilização assustou as camadas médias que, ansiosas por “*endossar uma solução autoritária para preservar seus status sócio-políticos*” (REZENDE, 1999, p. 102), passaram a acreditar em procedimentos menos democráticos, como o rompimento institucional para manter a própria democracia e evitar que ideais subversivos tomassem a sociedade brasileira, como aconteceu em Cuba. O historiador Caio Prado Júnior, descreve o contexto brasileiro em 1960, diante da Revolução Socialista de Cuba, no texto *A Revolução Brasileira*, publicado em 1968.

Com tantas transformações sociais e econômicas, os governos da primeira metade da década de 1960, com Jânio Quadros imediatamente seguido de João Goulart, viam-se na obrigação de atender a um consenso de interesses: adequar o país às necessidades da nova realidade ditada pelo desenvolvimento industrial.

[...] Estrutura fundiária, educação, sistema bancário-financeiro, tributação, representatividade político-eleitoral, controle estatal sobre a lucratividade das empresas estrangeiras, entre outros setores, deveriam ser objeto de ampla reformulação para que os bônus do desenvolvimento fossem melhor distribuídos e impulsionassem para um maior crescimento econômico. (REZENDE, 1999, p.101)

Com o golpe de 1964 e o crescente autoritarismo militar sobre o país, as manifestações de setores da sociedade que protestavam contra os efeitos recessivos do governo tinham seu espaço reduzido. As participações da população na política foram restringidas, a começar pelas eleições que passaram a ser indiretas.

A década de 1960 também foi marcada por grande euforia internacional quanto ao crescimento do empreendimento turístico e às possibilidades de desenvolvimento advindas de sua implantação. O Banco Mundial e as Nações Unidas passaram a recomendar e a incentivar a implantação dessa indústria nos mais diversos recantos do mundo, sobretudo nos países ditos em desenvolvimento. A atividade passa a ser encarada como agente do entendimento internacional e como a grande alternativa econômica capaz de promover a superação da condição de pobreza e de dependência de países subdesenvolvidos diante das economias

centrais. Banducci & Marretto publicaram um trabalho no qual organizaram estudos de caso relacionados a empreendimentos turísticos. O livro *Turismo e Identidade local – uma visão antropológica*, publicado em 2001, expõe situações brasileiras, nas quais o empreendimento turístico alterou de formas diferentes as populações que o abrigaram.

O Brasil, país considerado internacionalmente como em processo de desenvolvimento econômico neste período, estava dentro desta proposta turística, incentivando internamente a valorização de áreas que pudessem favorecer este setor. Dentre essas áreas, estavam cidades históricas, com características coloniais preservadas, e locais contemplados com belezas naturais, como a Mata Atlântica preservada, além de áreas pouco urbanizadas para veranistas que buscassem o lazer e o descanso, como a cidade de Ubatuba.

Durante a gestão de Matarazzo, algumas transformações mais gerais foram percebidas pelos habitantes de Ubatuba. Isso ocorreu, não só pelo golpe político no âmbito nacional, e suas conseqüências diretas e indiretas que pouco atingiram o cotidiano da cidade, mas principalmente por inovações na infra-estrutura local, realizações de poderes estaduais e federais, bem como a instituição de uma legislação específica relacionada ao meio ambiente, além dos incentivos aos setores de hotelaria e turismo, também característico deste período.

Com o início da construção da rodovia Rio-Santos no trecho que corta a cidade de Ubatuba e a liga à cidade de Paraty – litoral sul do Rio de Janeiro - muitas propriedades de famílias que moravam em bairros mais afastados foram cortadas e obrigadas a estabelecer novos limites. Limites que, antes, não estavam oficializados em documentos mas sim em características naturais, como rios e pequenos caminhos.

A instituição de leis federais/estaduais com relação à preservação do meio-ambiente estabelecia territórios de reserva ambiental, o que valorizava propriedades próximas a estas e acabava por chamar a atenção de ambientalistas para a região, pois Ubatuba ainda possuía grande parte de seu território preservado.

Além disso, o próprio município criou leis de incentivo ao setor de hotelaria e turismo, como a lei 144/68 que *"dá normas gerais de ocupação do solo e edificações"*, aumentando impostos sobre propriedades localizadas próximas às praias. Também divulgou características locais da cidade, como a segurança - já não tão percebida em cidades maiores do período, a ausência de poluição e a proximidade com a natureza.

Dentre as ações municipais, pode-se destacar a inauguração do Aeroporto "Gastão Madeira" em 1966, o que demonstrava o interesse local em facilitar o acesso à cidade; o decreto n.º 174/68 que criou a Bandeira do Município da Estância Balneária de Ubatuba; o primeiro museu fundado na gestão do prefeito Francisco Matarazzo Sobrinho, pelo Decreto 25 de 23/11/1966, sob a denominação de Museu Regional de Ubatuba, que foi montado nos porões da Câmara em 1968 pelos historiadores Paulo Camilier Florenzano, Nello Garcia Miglioni, Alcir José Guaglio, pelo jornalista Luiz Ernesto Kawall, e pelo artista plástico José Vicente Dória da Morta Macedo. E, finalmente, a própria construção, em 1964, do primeiro edifício-sede do Paço Municipal na Praça 13 de Maio (atual Biblioteca Pública). De acordo com memorialistas: *"Um marco do 'milagre econômico', parte da estrutura necessária ao desenvolvimento de Ubatuba como cidade turística dada por Francisco Matarazzo Sobrinho - Cicillo Matarazzo (industrial de São Paulo e mecenas das artes) durante a sua gestão como prefeito entre 1964 e 1969"* (Pasta de recortes da Biblioteca Municipal de Ubatuba).

A figura de Matarazzo se fixou principalmente no que diz respeito à administração. Em 2008, foi inaugurado em Ubatuba o Memorial Ciccillo Matarazzo. Administrado pela Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba - FUNDART, o Memorial Ciccillo Matarazzo funciona nas dependências da Biblioteca Municipal, no centro da cidade. Para abrigar o memorial, o prédio foi totalmente reformado, pois como já foi citado, o mesmo foi construído em 1967, pelo arquiteto Oswaldo Arthur Bratke, para ser a sede da Prefeitura de Ubatuba. O memorial é composto por uma galeria de fotos de 12 ex-prefeitos eleitos de Ubatuba, a partir

de 1948. De acordo com o site oficial da FUNDART, os retratos foram produzidos pelo pintor Rogério Contrera Ramos, e as fotos inéditas de Ciccillo Matarazzo foram cedidas pelo Arquivo Histórico Wanda Svevo, da Fundação Bienal de São Paulo. O memorial também abriga as mesas de gabinete e de reuniões de Ciccillo enquanto prefeito, documentos da época, como decretos, leis e jornais, além de um trabalho realizado pelas historiadoras Caroline Sabina e Joice Fernandes, em 2007, com entrevistas de ex-prefeitos e análises das mesmas.

A inauguração do Memorial foi mencionada em diferentes mídias locais, dentre elas o site Litoral Virtual, destacado neste trabalho pelo número de acessos:

O prefeito de Ubatuba afirma que por meio de Ciccillo Matarazzo Ubatuba foi projetada para o mundo. “Podemos dizer que Ciccillo foi um dos prefeitos mais importantes da história de Ubatuba. Por meio dele Ubatuba se tornou conhecida no mundo. Era um homem ligado às artes e por isso sempre inovador”, lembra o prefeito. (<http://www.litoralvirtual.com.br>).

Percebe-se a valorização da figura de Matarazzo para as administrações locais.

2.1.2. O bairro Ubatumirim

Com o declínio econômico de fins do século XIX e início do século XX, grande parte dos moradores de Ubatuba se caracterizava por pequenos comerciantes. Mas nos bairros distantes do centro, com acesso limitado às canoas, viviam grandes famílias, com produção agrícola de subsistência, e atividade econômica baseada em pequenas trocas com os comerciantes do centro da cidade.

Um desses bairros se chama Ubatumirim, localizado a 33 km ao norte do centro de Ubatuba, e a 39 km ao sul do centro de Parati. Neste bairro está a maior praia em extensão de Ubatuba, com águas tranquilas, que abriga até hoje algumas das mais antigas comunidades caiçaras da região, pois as características beneficiam a entrada e saída de embarcações pequenas.

No trabalho de Fernandes (2007), o cotidiano nos bairros distantes no período de 1960 é descrito com o auxílio de entrevistas:

Analisando as entrevistas, percebe-se que esses caiçaras consideravam seu cotidiano nesses bairros distantes, aos quais eles se referem como roça, muito difícil e cansativo. Dentre os fatores dificultadores, foram citados a ausência de estradas, ausência de saneamento básico além do excessivo trabalho bruto, enfrentado diariamente pelas famílias. (Ibid., 2007, p. 32)

Mesmo vivendo em bairros distantes e isolados, na década de 1960, algumas pessoas vindas do centro da cidade e até de outras cidades vizinhas, conheceram essas famílias e passaram a interferir em seu cotidiano de diferentes formas. Essa interferência era feita através do assistencialismo e da especulação. Outra característica do cotidiano desses caiçaras eram as festas. Muitas delas, principalmente, mas não só, religiosas. Algumas destas festas aconteciam no centro da cidade e as pessoas saíam dos bairros distantes, dormiam em

pousadas e hotéis bem humildes para participar dessas festas. Mas a maior parte delas acontecia nos bairros mesmo, em casas de moradores.

Hoje o bairro do Ubatumirim está dividido pela BR-101: a leste está a praia, onde têm sido construídas, nesta primeira década do século XXI, casas de veraneio, apesar do bairro estar inserido no Parque Estadual da Serra do Mar e tais construções não serem legalizadas; e a oeste o sertão, onde encontra-se uma das mais fortes atividades de agricultura do município, e onde freqüentemente ocorrem Festas Tradicionais da Comunidade Caiçara.

2.1.3. Ilha dos Pescadores

Na década de 1960 alguns moradores destes bairros distantes, especialmente do Ubatumirim, migraram para o centro. Dentre os motivos principais da saída dos bairros para o Centro, pode-se destacar o enfraquecimento da terra e as novas necessidades que se tornaram visíveis no cotidiano destes caiçaras, como ausência de escolas para os filhos. O contato com o centro da cidade, antes escasso e difícil, passou a ser atrativo em vista do desenvolvimento em infra-estrutura empreendido pela administração, já citada, de Ciccillo Matarazzo.

No trabalho de Fernandes (2007), esta autora entrevista três indivíduos que passaram por este processo de migração, e um deles afirma: “[...] *Nós viemos pra cá porque não tinha escola lá. No Ubatumirim não havia escola, num tinha estudo, não tinha nada, então nós viemos pra cidade, que a cidade era mais... tinha mais conforto, né.*” (FERNANDES, 2007, Apêndice C).

Uma vez no centro, o cotidiano se alterou. A agricultura de subsistência foi substituída pela intensificação da pesca. E um dos locais que abrigaram essa população migrante é hoje conhecido como Ilha dos Pescadores.

A Ilha dos Pescadores se localiza no centro da cidade, na foz do Rio Grande, que deságua na praia do Cruzeiro. Sua ocupação aconteceu de forma espontânea, na década de 1960. Antes desse período a Ilha não há registros de ocupação neste local.

Caracterizada inicialmente como uma vila de pescadores e rampa do pescado e atracadouro, a ilha se tornou um centro de interesse não só para os que ali residiam, mas também para os moradores da cidade, e para o consumidor veranista, o que levou o governo do Estado a construir o mercado de peixe atual na década de 1970, entregando-o para a administração do município.

A área escolhida pelo Estado para sua construção foi o grande espaço vago que existia ao lado das instalações da Secretaria Estadual de Agricultura, na margem do Rio Grande, deixando desde então, o conjunto de moradias ali existentes, livre para expansão e instalação de atividades de apoio ao comércio do pescado, que acontecia já no momento de seu desembarque junto ao atracadouro dos barcos.

De acordo com o documento elaborado no seminário ‘Ilha dos Pescadores’, que aconteceu em 2007 em Ubatuba, com a participação de representantes dos moradores, dos usuários, do poder público municipal, estadual e federal, como IPHAN e IBAMA, do Ministério Público, empresários da produção, de serviços, Associações e ONGs com atuação no município:

A construção do novo mercado consolidou a ilha como pólo de atração de turistas e garantiu dessa forma, melhores condições de vida das pessoas que vivem do mar. Em consequência promoveu também um inexorável processo de ocupação caracterizado pelo surgimento de oficinas, estaleiros artesanais, peixarias, produção e comércio de redes e tralha de pesca. Entretanto, esse processo deu-se de forma indisciplinada, sem exigências sanitárias adequadas e sem redes de saneamento onde os detritos eram lançados in natura nas águas do rio. (www.ubatuba.sp.gov.br).

As iniciativas de órgãos públicos a fim de evitar a degradação ambiental da Ilha têm se mostrado tímidas, o que impede não só o controle da exploração do ambiente, como o desenvolvimento do potencial turístico existente neste local.

2.2. Caiçaras

De acordo com Adams (2000)

O termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani *caá-içara* (Sampaio, 1987), que era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores e, mais tarde, para identificar o morador de Cananéia (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 1992). Posteriormente, passou a ser o nome dado a todos os indivíduos e comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (Diegues, 1988). (Ibid., 2000, p. 146).

Tal definição denota uma notável interação sócio-cultural, e mesmo uma particular relação com a natureza traduzida pela apropriação de um substantivo como designação gentílica.

De acordo com o Centro de Estudos Caiçaras – CEC, que é vinculado ao NUPAUB/USP – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, da Universidade de São Paulo, as comunidades caiçaras são fruto da miscigenação entre os indígenas, colonizadores portugueses e negros, ocupando a área situada entre o sul do litoral paranaense e o sul do litoral fluminense:

Essas comunidades têm um modo de vida particular que associa a pesca, a pequena agricultura, o artesanato e o extrativismo vegetal, tendo desenvolvido tecnologias patrimoniais, um conhecimento aprofundado sobre os ambientes em que vive, danças e músicas além de um vocabulário com inúmeras palavras de uso exclusivamente local. (<http://www.usp.br/nupaub/cec>).

A identificação corrente de caiçara se dá através da hereditariedade: sendo o caiçara a miscigenação ocorrida entre portugueses, negros e índios até o século XIX, os filhos dessa miscigenação são considerados caiçaras nativos. As pessoas nascidas na cidade de Ubatuba, mas que não são filhas de caiçaras, são identificadas como Ubatubenses, e as

peças que moram na cidade sem terem nascido na mesma, são identificadas como Ubatubanas.

Ainda citando o trabalho de Adams (2000),

A literatura publicada sobre populações caiçaras, a partir da década de 1970, tende a caracterizá-las como pescadoras tradicionais ou embarcadas, identificando-as com um mundo simbólico e tecnológico marítimo. Não se discute sua origem sob uma perspectiva histórica, diacrônica, deixando de considerar que os caiçaras pescadores artesanais e embarcados surgiram a partir dos *lavradores-pescadores*, e somente após as mudanças ocorridas entre as décadas de 1930-50, período relativamente recente. Em nossa visão, as populações caiçaras eram constituídas, no passado, primordialmente por lavradores-pescadores, com raras exceções em comunidades dependentes essencialmente da pesca. Após a introdução do cerco e do barco a motor, em meados do século XX, essas comunidades passaram a dedicar uma parte cada vez maior de seu tempo às atividades da pesca, em detrimento da lavoura. [...] Acreditamos que características importantes, e que definem as comunidades caiçaras como agrícolas, [...] não estão recebendo a consideração necessária na literatura. As análises de caráter sincrônico não consideram as mudanças e transformações históricas, mesmo as mais recentes, reduzindo a riqueza cultural dessas populações. (Ibid., 2000, pp. 154-157).

A mesma autora ainda defende, citando o trabalho de Setti (1985), que não pode haver uma homogeneidade no estudo das populações caiçaras, pois o isolamento geográfico pode ser relativo e temporário, e nem sempre impõe um isolamento cultural (ADAMS, 2000, p. 159).

Atualmente as comunidades caiçaras vivem em diferentes pontos do município. Não há um espaço físico onde essa população permaneça concentrada. Distribuídos pelos bairros e pelo centro da cidade, a comunidade caiçara se miscigenou principalmente nas três últimas décadas.

Os caiçaras, por suas práticas, são contemplados em estudos de Populações Tradicionais.

2.2.1. Populações Tradicionais

Apesar de sua relatividade, o termo “Tradicional” tem sido usado para designar populações com características próximas às civilizações primitivas. Sua relatividade se dá ao não definir a origem de tal tradicionalidade, nem temporal nem espacial. O termo “primitivo” foi substituído devido ao seu caráter pejorativo, principalmente após as colonizações européias na América. Porém, esta autora defende que o termo “primitivo” seria melhor aplicado neste trabalho, no sentido de caracterizar populações primárias, com práticas culturais quase intocadas por populações urbanas e industriais. Sendo assim, onde se lê “Populações Tradicionais”, leia-se “Populações Primitivas”, termo não citado com regularidade devido ao respeito à bibliografia.

Adams (2000) não concorda que os caiçaras possam ser inseridos em estudos de Populações Tradicionais, pois defende que não são uma população com características homogêneas. De acordo com esta autora, faltam *“abordagens ecológicas sérias e embasamento empírico”*, restando apenas *“considerações ao discurso ecológico romântico.”* (Ibid., p. 161).

Mas de acordo com Ribeiro & Galizoni (2003), as Populações Tradicionais são populações

[...] assentadas em territórios delimitados, que exploram recursos comuns, são politicamente subordinadas e possuem forte identidade cultural nacional. Como vivem próximos ao meio que exploram, elaboraram um complexo conhecimento sobre os recursos. (Ibid., 2003, p. 134)

Ainda de acordo com esses autores, populações, grupos ou povos tradicionais estão presentes em meios muito diferentes, e são capazes de incorporar costumes elaborados no correr de anos, pois seus conhecimentos são marcados por técnicas e sistemas de transmissão de saberes próprios, principalmente através da oralidade. Tais conhecimentos estão relacionados, por exemplo, a produção de alimentos, relações com o sobrenatural, e

representatividade do espaço/propriedade. A denominação Populações Tradicionais, foi a forma encontrada de validar tais conhecimentos diante de outras práticas culturais (RIBEIRO & GALIZONI, 2003, p. 135).

Para Oliveira (2007):

Do ponto de vista empírico, é possível identificar populações tradicionais como aquelas que se baseiam no trabalho familiar, visando principalmente ao próprio sustento, embora possam estar vinculadas ao mercado. Outro aspecto específico dessas comunidades é a utilização das chamadas tecnologias de baixo impacto, como o extrativismo, a pesca e a lavoura de pequena escala, o que possibilita a inclusão de populações indígenas presentes e passadas nesta categoria. (Ibid., 2007, p. 14).

Esta definição é também encontrada no trabalho de Arruda (1999), para quem as

Populações Tradicionais conservam o

[...] uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável. Estas populações - caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes - em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente. (Ibid., 1999, p. 80).

Tais características descrevem essas comunidades como grupos passivos dentro de seu processo histórico, vulneráveis à especulações imobiliárias e assistencialismos, e não como sujeitos e protagonistas historiográficos.

Diegues (2004) define Populações Tradicionais utilizando como critério o modo-de-produção: comunidades não-urbanas, compostas por grandes famílias, com grande quantidade de terra disponível para sua produção de subsistência, demarcadas por acordos e percebidas como propriedades comunitárias, e não como um bem econômico e sim um utilitário, explorado pelo modo-de-produção mercantil. Tais populações tradicionais se relacionam com o meio em que estão, na maior parte dos casos estudados, de forma a valorizar este meio como forma de subsistência, fazendo o manejo dos recursos naturais sem visar o lucro direto e sim sua reprodução social e cultural (Diegues, 2004, p. 72).

Para as sociedades tradicionais camponesas, o território tem dimensões mais definidas, apesar da agricultura itinerante, através do pousio, demarcar amplas áreas de uso, sem limites muito definidos.[...]. (Ibid., 2004, p. 74)

Diegues (2004) afirma que o modo-de-produção mercantil sempre co-existiu com outros modos-de-produção, como o escravocrata, feudal e o capitalista, porque tem como base uma relação intensa entre o seu caráter social e ecológico. Porém, cabe ressaltar que muitas populações tradicionais optam por abandonar tal modo-de-produção voluntariamente ao conhecerem outros sistemas nem sempre de subsistência. É interessante destacar que a cultura, independente da população, é algo - voluntariamente ou não - dinâmico, e que a permanência desse mercantilismo é finita diante desse dinamismo. Talvez seja interessante valorizar transformações no atual modo-de-produção capitalista em detrimento do mercantilista, intensificando ações que privilegiem o meio e não só as transações econômicas.

Ainda de acordo com este autor, “*as populações e culturas tradicionais se acham hoje transformadas em maior ou menor grau.*” (DIEGUES, 2004, p. 82) e argumenta, mais a frente de seu artigo, que as culturas não são estáticas e têm capacidade de assimilar elementos culturais externos sem uma mudança radical de seus padrões culturais básicos (DIEGUES, 2004, p. 83).

2.2.1.1. O caipira do Litoral

Ao descrever diferentes culturas brasileiras, Darcy Ribeiro (1995) define algumas delas como povoamento rural, e as classifica em:

Cultura crioula - desenvolvida na faixa de massapé do Nordeste, sob a égide do engenho açucareiro; cultura caipira - constituída pelo cruzamento do português com o indígena e que produziu o mameluco paulista, caçador de índios e depois “sitiente tradicional” das áreas de mineração e de expansão do café. Apresenta-se no litoral sob o nome de cultura caiçara; cultura sertaneja - difundida pelo sertão nordestino até o cerrado do Brasil central pela criação de gado; cultura cabocla - das populações amazônicas, afeitas à indústria extrativa e cultura gaúcha - de pastoreio nas campinas do Sul. (RIBEIRO, 1995, apud. ARRUDA, 1999, p. 82)

Marcílio (1986) afirma que o cotidiano caiçara é semelhante à sociedade camponesa, e sobre esta:

A sociedade camponesa é uma coletividade calcada na família, ou, mais concretamente, nos grupos domésticos. [...] Em geral, nas economias camponesas, a terra, de uma forma ou de outra, não é considerada como um bem comercial. [...] (MARCÍLIO, 1986, pp. 26-27)

E mais à frente de sua obra, a mesma autora caracteriza o modelo de organização econômica e social contendo

[...] Roças pequenas, abertas nas clareiras da mata, produtoras de alimentos básicos para a família, e com algum excedente para o mercado local, combinadas por umas poucas fazendas voltadas primordialmente para produtos de exportação, e secundariamente para o cultivo e alimentos destinados a seus grupos domésticos. (MARCÍLIO, 1986, p. 29).

Setti (1985) expõe características do cotidiano caiçara não valorizadas de forma íntegra, mas sim superficial, causando a mudança no cotidiano:

Para uma compreensão da vida do caiçara ubatubano, será útil imaginá-la com as cores e as formas com as quais está pintada no quadro atual. Na verdade a praia foi, outrora, como sugere Ary França (1951:44), o centro de ‘articulação com o mundo exterior’; o ponto de concentração das informações; o espaço para onde convergiam trabalho e lazer: a atividade pesqueira, com a saída e chegada das canoas; a manutenção dos apetrechos; a conservação das redes, que exigem longas e pacientes horas; tudo se fazia

na praia, dentro e fora dos ranchos de pesca. Todo esse tempo ocupado nas lides do mar propiciava também maiores laços de sociabilidade: contar estórias, tirar pasquins, propor adivinhações, ouvir as novidades trazidas pelas canoas. Atualmente, embora se possam assinalar alguns pontos de convívio caiçara, onde se ouvem conversas entre pescadores que calmamente remendam suas redes, e embora ainda se percebam vínculos de informação e solidariedade entre os indivíduos, é notória e progressiva a ‘desocupação’ das praias por seus antigos habitantes. (SETTI, 1985, p. 08)

Esse tipo de crítica, exposta por Kilza Setti, é também encontrada em grande parte dos trabalhos sobre a cidade de Ubatuba e sua sociedade.

Ao analisar os caiçaras e sua reação quanto à especulação imobiliária, Marcílio (1986, p.13) afirma:

[...] Os velhos pescadores-lavradores, cujas famílias, através de gerações viveram e cultivaram suas roças, em terras que legalmente e por direito eram suas, formam hoje uma humanidade de desempregados, subempregados, favelados e miseráveis, divididos psicologicamente entre um passado de ‘fartura’ e um presente de desorientação, miséria e revolta.

Assim percebe-se que talvez o caiçara tenha passado por dificuldades de adaptação às transformações, principalmente pelo fator migração: das roças para o centro da cidade. De acordo com Setti

Na atual, situação de mudanças em Ubatuba, quando o nativo vai rapidamente cedendo seu lugar aos novos moradores – os veranistas - , poucos serão os bairros reservados à ocupação exclusivamente caiçara. [...] após a construção do trecho de estrada Caraguatatuba-Ubatuba (SP-55) , em 1954, e já em meados dos anos setenta, com a rodovia BR-101, o isolamento verificado por Ary França em 1950 passa a ser relativo, [...].(SETTI, 1985, pp. 5-6)

Setti afirma ainda que características da cultura caiçara – como prosas, caminhadas, cotidiano simples e difícil – foram substituídos pelas facilidades da vida moderna – televisão, rádio, etc. – que chegaram à cidade com as modernidades e com a abertura de estradas.

[...] Despojando, assim, dos seus antigos valores, seja por adoção dos novos que lhe foram impostos ou sugeridos, ou que, em última instância, se apresentam como os únicos possíveis, o caiçara vai recompondo sua vida [...] Dá-se, pois, a fusão do elemento cultural conhecido e retomado em novas medidas de avaliação com o desconhecido – este reinterpretado sob padrões antigos. (SETTI, 1985, p. 18)

É a mutação da cultura: muitos caiçaras migraram para o centro por vontade própria e não de forma inconsciente ou pressionados pela especulação imobiliária (SETTI, 1985). “*É inútil pensar que o caiçara está fechado em seu próprio mundo.*” (SETTI, 1985, p. 09). Logo, o caiçara esteve e está sujeito a influências externas, como quaisquer populações tradicionais, que podem condicionar sua cultura, estabelecendo novos valores expressados na memória – esta que pode atuar no sentido de responder aos acontecimentos culturais que registra de forma mais ou menos intensa.

2.2.1.2. Formas de análise

Percebe-se que a relação entre o caiçara e o meio ambiente é evidentemente marcante. A Ecologia estuda, dentre outros fenômenos mais específicos e de forma geral, essa relação entre o homem e o ambiente em que está inserido. Para Odum (1988), a Ecologia é:

[...] um fenômeno que se pode descrever como um movimento mundial de consciência ambiental [que] apareceu subitamente durante dois anos, 1968 a 1970. [...] Antes dos anos setenta, a ecologia era vista, em grande parte, como uma subdivisão da biologia. [...] Embora a ecologia permaneça firmemente radicada na biologia, ela já ganhou a maioria como uma disciplina integradora essencialmente nova, que une os processos físicos e biológicos e serve de ponte de ligação entre as ciências naturais e as ciências sociais. [...] (Ibid., 1988, p. 2)

Por isso é importante valorizar estudos interdisciplinares que esclareçam a relação – e a interação – homem/meio.

Atualmente, existem diferentes linhas de pesquisa no estudo de Populações Tradicionais e sua relação com o meio. Diegues (2004) descreve em seu texto quatro destas linhas: a Ecologia Cultural, a Antropologia Ecológica, as Etnociências, e a Antropologia Neo-Marxista (Econômica).

2.2.1.2.1. A Ecologia Cultural

De acordo com Diegues (2004), a Ecologia Cultural, tem como foco “*realizar minuciosas descrições etnográficas e a análise dos sistemas de produção constituídos por indivíduos que ocupam um determinado hábitat no meio ambiente e suas escolhas adaptativas*” (Ibid., 2004, p. 67). Ou seja, as relações entre a cultura e o ambiente de um grupo são intrínsecas, e a adaptação da primeira à segunda é inevitável.

Ainda para este autor, adaptação “[...] *pode ser definida como diferentes estratégias que o homem criou para explorar os recursos naturais e para enfrentar as limitações ecológicas que pesam sobre a reprodução dos recursos naturais e dos próprios grupos humanos.*” (Ibid., 2004, p. 68). Diegues cita o antropólogo Godelier para afirmar que o processo de adaptação não significa um processo de submissão ao meio, e sim considerar as características desse meio para potencializar suas características positivas e atenuar suas características negativas.

Um dos primeiros autores a romper com o determinismo geográfico em prol do potencial adaptativo da cultura, foi o antropólogo Julian Stewart, que considera práticas culturais, como atividades econômicas e organização social, o núcleo central de qualquer cultura, portanto responsáveis pela adaptação de um grupo ao seu meio. (DIEGUES., 2001). Sendo assim, a Ecologia Cultural prioriza o estudo das Populações Tracionais também, mas não só, como auxiliares aos estudos em prol do Desenvolvimento Sustentável, pois as adaptações dessas comunidades ao meio proporcionam um desenvolvimento das duas partes, e não o desenvolvimento do grupo humano em detrimento do meio.

Mas existem críticas aos estudos de Ecologia Cultural, devido a não valorização de tradições ritualísticas, devido à valorização dos processos adaptativos. Outra crítica, ainda, diz respeito a não priorização de processos ecológicos e a influência destes nos processos

adaptativos, como se os fatores biológicos exercessem pouca função sobre tais adaptações.

(Ibid., 2001)

2.2.1.2.2. A Antropologia Ecológica

A Antropologia Ecológica, também chamada de Antropologia Neo-Funcionalista, tem como foco os organismos que se mantêm em estado homeostático dentro das flutuações e mudanças ambientais. Para esta corrente, “ecossistema” implica na interação de fatores bióticos e abióticos, e a interação desses fatores mantém o fluxo de energia e reciclagem da matéria. (DIEGUES, 2004)

Sendo assim, a sociedade é um subsistema onde os seres humanos, animais e vegetais interagem de acordo com esse fluxo. Por isso, quantificam, dentre outros aspectos, a capacidade de suporte dos ecossistemas, valorizando parâmetros demográficos e não as características culturais, como a Ecologia Cultural.

Esta vertente antropológica considera os ecossistemas auto-reguladores, portanto não prioriza o ser humano, e suas práticas culturais, como protagonista do processo adaptativo.

As críticas a esta linha estão ligadas principalmente ao seu caráter mecanicista. O antropólogo Cajka a critica exatamente por focar excessivamente o equilíbrio do ecossistema, reduzindo o papel dos sujeitos, que passam a ser passivos - apenas respeitando conscientemente as leis que regem o equilíbrio dos ecossistemas - dentro dos mecanismos de retroalimentação. (Diegues, 2001)

2.2.1.2.3. As Etnociências

As Etnociências utilizam conceitos da lingüística para investigar o meio ambiente percebido pelo homem. No Brasil, esses estudos do conhecimento tradicional sobre o mundo natural se desenvolveram inspirados na Ecologia Cultural, na década de 1950. Um dos antropólogos que iniciou estudos nessa área foi Lévi-Strauss, analisando sistemas de classificação populares. (DIEGUES, 2001). Mas a produção científica dessa vertente cresceu a partir da década de 1970:

Em 1987, foi publicada, sob a direção de Darcy Ribeiro, a *Suma etnológica brasileira*, cujo primeiro volume, Etnobiologia, coordenado por Berta Ribeiro, teve a contribuição de vários autores como W. Kerr, G. Prance, E. Elisabetsky, C. Lévi-Strauss, D. Posey e R. Carneiro. Essa obra, em três volumes, pode ser considerada um marco importante para os estudos da etnociência no Brasil. Já a década de 1990 foi marcada por crescente número de trabalhos em etnobotânica, etnoictiologia, etnofarmacologia e etnopedologia. (Ibid., 2001, p. 36)

A etnobiologia se relaciona com a Ecologia Humana, no sentido de estudar a utilização do mundo vegetal por grupos humanos, mas enfatiza os conceitos cognitivos dessa utilização. (Ibid, 2001). Esta vertente recebe contribuições da sociolinguística, da antropologia estrutural e da antropologia cognitiva, estudando o papel da natureza nas práticas culturais e nos processos adaptativos.

Dentre os principais estudos etnocientíficos no Brasil está a etnofarmacologia, com foco nos remédios usados pelas populações tradicionais. (Ibid., 2001).

As críticas a esta vertente estão ligadas principalmente ao fato dela se apresentar excessivamente descritiva, não priorizando o estudo de processos adaptativos, e reduzindo a importância do desenvolvimento de técnicas de manejo relacionando o conhecimento e a ação humana em seu ambiente. (Ibid., 2001).

2.2.1.2.4. A Antropologia Neo-Marxista

A Antropologia Neo-Marxista (Econômica) tem por foco a análise dos modos de produção, incorporando o domínio dos mitos e representações que esses grupos têm de seu ambiente. (Diegues, 2004) É representada principalmente pelos antropólogos franceses Godelier, Meillassoux e Terray.

Em relação aos processos adaptativos, esses autores defendem que os grupos humanos criam e compartilham representações e interpretações da natureza. Daí a necessidade de estudar os objetivos organizativos desses grupos, e verificar as diferentes formas de exploração e, eventualmente, degradação do meio, mais ou menos intensas em diferentes sociedades. De acordo com o antropólogo Jansen, são a organização social e os valores culturais os principais fatores responsáveis pela degradação do ambiente, e não simplesmente a tecnologia. (DIEGUES, 2004, p. 70).

Para Diegues (2004)

[...] grande parte das florestas tropicais e outros ecossistemas ainda não destruídos pela invasão capitalista é, em grande parte, habitada por tipos de sociedades diferentes das industrializadas, [...] muitas delas ainda não [...] totalmente incorporadas à lógica do lucro e do mercado, organizando parcela considerável de sua produção em torno da auto-subsistência. Sua relação com a natureza, em muitos casos, é de uma verdadeira simbiose e o uso dos recursos naturais só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural distinta da existente na sociedade capitalista. (Ibid, 2004, p. 70)

Sendo assim, esta vertente antropológica defende que o modo-de-produção de um grupo está intimamente ligado à sua percepção do meio, e não às tecnologias inseridas ou não em seu cotidiano. Porém, esta linha de estudo não defende a representatividade cognitiva dos grupos humanos, como as etnociências, e valoriza a percepção ambiental das comunidades estudadas de forma generalizada. O mesmo diferencia os grupos humanos em dois modos-de-produção: capitalista e pré-capitalista.

Ora, a visão de parques nacionais oriunda dos Estados Unidos não se deu conta dessas particularidades extremamente importantes e considera que toda sociedade é urbanoindustrial, cuja relação com a natureza é marcada pela destruição e não pelo respeito. Isso se deu, em parte pelo fato de nos Estados Unidos, ao final do século XIX, o capitalismo ter se tornado o sistema dominante, e as culturas indígenas terem sido desorganizadas, particularmente durante a conquista do Oeste. Ora, essa não era nem é a situação dos países do Terceiro Mundo nos quais coexistem formas de produção capitalistas e pré-capitalistas. No entanto, as populações humanas inseridas nas formas de produção pré-capitalistas em grande parte ocupam espaços territoriais mais distantes dos centros urbanos e dos pólos econômicos mais importantes. Esses ecossistemas, pela natureza das formas pré-capitalistas de produção, foram utilizados de forma não-intensiva e se mantiveram escassamente povoados e, em muitos casos, bastante preservados. É nesses ecossistemas que foram e estão sendo criadas as unidades de conservação. Ao contrário da situação norte-americana, esses espaços não são desabitados, apesar de quase sempre serem fracamente povoados por populações indígenas, de extrativistas, pequenos pescadores e agricultores. (DIEGUES, 2004, p. 71)

A crítica a essa vertente encontra-se exatamente nessa generalização.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Neste trabalho, utiliza-se a linha teórico metodológica da Ecologia Cultural, descrita no item anterior, que valoriza as etnociências e o conhecimento neo-marxista, num confronto de informações que torna o estudo mais profundo. De acordo com Adams (2000):

a Ecologia Histórica [...] parece ser uma das melhores ferramentas para compreender as culturas tradicionais etnográficas, e poderia dar grandes contribuições no caso dos caiçaras. A Ecologia Histórica estuda os sistemas ecológicos não só através de seus componentes humanos (economia, religião, política etc.), como também considera seu aspecto diacrônico. Ou seja, é através da história que se busca entender a estrutura e função do ecossistema, e a cultura de seus habitantes. A história, nesse contexto, significa mais do que o passado dos indivíduos, pois inclui a análise da dialética entre mudança ambiental e mudança cultural. (Ibid., 2000, p. 167)

Sobre a linha neo-marxista cabe ressaltar que é utilizada como ferramenta metodológica, tendo em vista o valor das informações de seus estudos, principalmente no que diz respeito a análises políticas e econômicas de grupos sociais. Nesse campo, os materiais utilizados são o acervo de recortes da Biblioteca Municipal de Ubatuba, os jornais e periódicos de 1960, os textos de memorialistas, bem como a revisão de literatura relacionada ao tema do trabalho, materiais que já foram citados no item anterior.

Em relação às etnociências, o foco metodológico está na História Nova, mais especificamente, nas abordagens de Jacques Le Goff e Pierre Nora sobre a revolução documental e as novas formas de desenvolver estudos históricos, tema trabalhado na obra “História: novos problemas, novas abordagens e novos objetos” (1988). Este foco foi escolhido devido a valorização deste trabalho sob o viés histórico, e a prioridade em se tratar o tema como um processo histórico, dinâmico, e pouco refletido por seus protagonistas, o que o torna relevante se apresentado a estes, pois tal apresentação implica na re-apresentação de suas próprias histórias, portanto suas identidades e valores individuais e coletivos.

3.1. História Nova: mudança de foco

A História Nova foi um movimento que surgiu depois da 1ª Guerra Mundial e as crises econômicas subseqüentes, quando os valores nacionalistas foram questionados por muitos intelectuais da época, e a historicidade dos documentos passou a ser alvo de reflexões.

A Escola dos Annales (1929-1989), fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, é considerada a Revolução Francesa da historiografia (BURKE, 1997), quando historiadores passaram a considerar a tradicional análise histórica, factual e limitada, inadequada e superficial.

Dentro da História Nova, novas linhas se desenvolveram, como a História das Mentalidades, que valoriza as representações coletivas como estruturas sociais e pressupostos psicológicos. Le Goff (1988) ainda acrescenta que

[...] a história das mentalidades não se define somente pelo contato com as outras ciências humanas e pela emergência de um domínio repellido pela história tradicional. É também o lugar de encontro de exigências opostas que a dinâmica própria à pesquisa histórica atual força ao diálogo. Situa-se no ponto de junção do individual e do coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral. O nível da história das mentalidades é aquele do cotidiano e do automático, é o que escapa aos sujeitos particulares a história, porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento. [...] (LE GOFF, 1988, p. 71)

Portanto, tal aspecto pode ser beneficiado pela aplicação de técnicas interdisciplinares nas análises, como quaisquer etnociências.

3.1.1. A Interdisciplinaridade

Dentro do movimento da História Nova, passou-se a valorizar a interdisciplinaridade, e a visão holística de acontecimentos sociais. Tais abordagens privilegiaram a análise de novos objetos, ligados também ao meio em que o homem está inserido, e aos outros seres vivos com quem convive, o que pode ser observado na obra de Thompson (1992):

[...] ao ajudar a mostrar como suas próprias histórias de vida se ajustam às mudanças do caráter do lugar em que hoje vivem, de seus problemas como trabalhadores ou como pais, a história pode ajudar as pessoas a ver como estão e aonde devem ir.[...] (Ibid., 1992, p. 337)

Tauk-Tornisielo (1995) defende os estudos multidisciplinares para a análise mais aprofundada também de processos ambientais:

A conscientização dos processos interativos homem e ambiente em um país de dimensão continental, diferenças sociais e principalmente culturais, como as do Brasil, representam um processo lento de realização e a necessidade de formação de profissionais com preparação multidisciplinar. Sem perder a objetividade, deve-se manter uma atitude realista na ação político-governamental e uma integração plena entre os diversos setores da comunidade (universidade, sociedade, empresa estatal e/ou privada). (Ibid., 1995, P. 107).

Porém, Moraes (1997) não acredita na qualidade dos estudos interdisciplinares: “[...] *No momento, o apelo à interdisciplinaridade vem cumprindo a função simbólica de legitimar algumas aspirações universalizantes de práticas científicas parciais.*” (Ibid., 1997, p. 32). Como se os estudos interdisciplinares fossem incompletos ou insuficientes para análises científicas sólidas.

Na obra de Paulo Henrique Martinez (2006), este autor trata de questionamentos relacionados à questão ambiental, principalmente da forma que os historiadores podem estudar o meio ambiente e qual a contribuição que a disciplina História tem a oferecer para a compreensão da realidade social e ambiental no século XXI, principalmente se integrada a

outras disciplinas. Martinez defende que “[...] a *História Ambiental* é uma abordagem das questões ambientais no tempo e que encontra no meio ambiente o seu objeto de investigação. [...]” (Ibid., 2006, p. 20). Ainda de acordo com este autor, a questão ambiental tem sido tratada como uma série de obstáculos culturais e materiais de riscos concretos diante da qualidade de vida humana. Porém, essa visão de obstáculo deve ser superada pela visão de processo, o que implica em ações tão concretas quanto os riscos que se apresentam.

A História Ambiental pode ser vista como uma etnociência, pois trata do ambiente percebido pelo homem através de representações do próprio homem. Tais representações e percepções são melhor estudadas quando analisadas sob diferentes aspectos, daí a importância da interdisciplinaridade. Para Martinez (2004), o desafio dessa abordagem interdisciplinar está na “*capacidade de dialogar com outras ciências sem descaracterizar a disciplina de origem. O espírito deve ser de cooperação e não de dissolução disciplinar com perdas explicativas.*” (Ibid., 2004, p. 63).

Ainda citando Martinez, algo que aproxima o conhecimento histórico e o debate de questões ambientais é o atual “[...] o desprezo pelo passado e a indiferença quanto ao futuro [...]” (Ibid., 2006, p. 16). Daí a importância de trabalhos historiográficos relacionados ao meio ambiente, ou seja, apresentar a questão ambiental atual como consequência de um processo histórico, a fim de buscar as causas do problema para solucioná-lo corretamente.

Martinez ressalta que, na História Ambiental, os métodos devem se manter na historiografia, mas a documentação e os objetos podem e devem ser contribuições externas. (Ibid., 2006, p. 111).

Exemplo da análise histórica de questões ambientais são os processos produtivos e a revolução técnica de fins do século XX, responsáveis por alterações da paisagem e desorganização do espaço, deformando a memória coletiva pautada nesses dois parâmetros. (Ibid., 2006, p. 16). Este tipo de análise histórica pode ser classificado como estudo de

Percepção Ambiental, que, diferentemente da História Ambiental, utiliza diferentes técnicas metodológicas, inclusive a historiográfica, porém não só esta, como já foi citado ao se definir a metodologia utilizada - Ecologia Cultural.

3.1.1.1. Percepção Ambiental: o meio, o sujeito e a relação entre eles

Percepção Ambiental é o estudo da relação entre o sujeito e o meio em que aquele está inserido. Especificamente, a forma como o sujeito percebe este meio, e a forma como ele se percebe no meio, individual e coletivamente. De forma geral, mas não unânime, são estudos interdisciplinares, pois têm como principal objetivo analisar e explicitar a relação citada valorizando a experiência do sujeito em diferentes situações e sob diferentes aspectos.

Para Ferrara (1996),

Essa interação homem/natureza está no cerne dos estudos urbanos da ecologia que não privilegia o homem ou o meio ambiente, mas a relação que se estabelece entre eles, no esforço que o primeiro faz para encontrar as condições adequadas para sua sobrevivência física, social, cultural, econômica e política. Nesta relação, o homem concretiza suas potencialidades criativas, seu trabalho e suas relações socioculturais como instrumentos de mediação entre as expectativas de subsistência e as reais características ambientais. Nesta interação, a natureza apresenta-se como realidade ambiental transformada e adaptada às necessidades humanas; os ecossistemas urbanos se caracterizam por esse processo de transformação e de complexa instabilidade. (Ibid., 1996, p. 62).

Para esta autora, essas mudanças são re-apresentadas nos hábitos, nos valores, enfim, na cultura, e constituem a área de investigação dos estudos de Percepção Ambiental, caracterizados pela interdisciplinaridade. (Ibid., 1996, p. 64). Ferrara ainda defende que os estudos de Percepção Ambiental não podem ter métodos pré-fixados, e “[...] quanto mais rico, diversificado e interdisciplinar for o repertório cultural e teórico de pesquisador, tanto mais sagazes serão as estratégias metodológicas e mais criativas serão as associações interpretativas decorrentes da pesquisa”. (Ibid., 1996, p. 66)

Para Machado (1996), a variação na formação dos pesquisadores de estudos de Percepção Ambiental, deve ser cuidadosa para que os estudos não se tornem fragmentados. Para esta autora, quando existe essa fragmentação excessiva nas análises, “[...] a maneira

como as partes estão intimamente integradas no todo é mais importante do que as próprias partes.” (Ibid., 1996, p. 99).

Ao se falar em Percepção Ambiental, faz-se necessário definir a forma como o meio, o sujeito e a relação entre eles são tratados no estudo.

3.1.1.1.1. O Meio - Espaço e Lugar

De acordo com Tuan (1983), há duas formas do ser humano perceber o meio em que está ou o meio pelo qual passa: como espaço, e como lugar. O espaço seria o primeiro contato com o meio, a visualização de um território, sem significado, pelo qual passamos com pouca ou nenhuma percepção. Como afirma Oliveira (2007), *“O espaço são porções de ambientes terrestres passíveis de serem transformados em lugar mediante o trabalho do homem em relação ao uso, ocupação e significação social [...]”* (Ibid., 2007, p. 13)

O lugar seria a percepção do espaço, a identificação com um meio ou um território. De acordo com Tuan (1983), *“O lugar pode ser definido de diversas maneiras. Dentre elas, esta: lugar é qualquer objeto estável que capta nossa atenção. [...]”* (Ibid., 1983, p. 179). Sendo assim, qualquer espaço pode se tornar um lugar, *“Quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar. [...]”* (Ibid., 1983, p. 83)

Para Wanderley & Menêzes (1996), os seres humanos necessitam tanto do espaço, como do lugar

[...] porque suas vidas se processam num movimento dialético de refúgio e aventura, dependência e liberdade. Assim, podemos pensar no espaço como algo que permite deslocamentos e cada pausa no movimento faz com que a localização se transforme em lugar. O que se inicia como espaço indiferenciado vai adquirindo o estatuto de lugar, à medida que o conhecemos mais intimamente, isto é, quando o dotamos de valor ou lhe conferimos significado. (Ibid., 1996, p. 174)

O mesmo afirma Lima (1996): *“[...] espaço e lugar não são realidades adversas, opostas, mas faces e maneiras de experienciar um mesmo espaço [meio] [...]”* (Ibid., 1996, p. 166). Machado (1996) concorda, e defende ainda que, há que se pensar em ações mais concretas nos estudos de Percepção Ambiental:

[...] o **lugar** é objeto de sentimentos e o **espaço** é um objeto de pensamento. Moradores vivenciam o lugar, estudiosos pensam sobre o espaço. Moradores se sentem à vontade, mergulhados na ambiência do lugar; estudiosos explicam o espaço com processos de evolução e, portanto, em constante

mudança. [...] O enraizamento do homem ao lugar é um aspecto que não pode mais ser colocado de lado pelos pensadores preocupados com o espaço humano. [...] os meios e a consciência devem, agora, entrelaçar-se. (Ibid., 1996, p. 119)

Tuan (1983) afirma que o elo afetivo entre a pessoa e o lugar pode ser chamado de Topofilia. Este termo tem sido adotado pelos estudiosos de Percepção Ambiental, no sentido de valorizar o caráter subjetivo da relação homem/meio. O que pode ser observado no trabalho de Machado (1996) “[...] *A atividade perceptiva enriquece continuamente a experiência individual e por meio dela nos apegamos, cada vez mais, ao lugar e à sua paisagem, desenvolvendo sentimentos topofílicos. [...]*” (Ibid., 1996, p. 119).

Este termo também é definido no trabalho de Wanderley & Menêzes (1996), que ressaltam ainda a existência de sentimentos topofílicos “*em dimensões espaciais reduzidas e homogêneas, pois é mais fácil as pessoas se identificarem e se afeiçoarem a elas, do que às dimensões gigantescas e heterogêneas do espaço.*” (Ibid., 1996, p. 174)

De acordo com Rossi (1995), a relação entre o lugar e o homem impõe um modo complexo de estudo (Ibid., 1995, p. 22). Isso porque a subjetividade também está ligada a símbolos, representados na identidade e na memória coletiva.

3.1.1.1.2. O Sujeito - Identidade e Memória Coletiva: símbolos

De acordo com Upiano Toledo Bezerra de Menezes (1987), “*O conceito de identidade implica semelhança a si próprio, formulada como condição de vida psíquica e social. Nessa linha, está muito mais próximo dos processos de re-conhecimento do que de conhecimento. [...]*” (Ibid., 1987, p. 182). Mas o processo de identificação, assim como a memória, é vulnerável a manipulações, pois está vinculado à construção de imagens. E a memória, suporte fundamental da identidade, é o mecanismo responsável por dar lógica e inteligibilidade aos aspectos considerados formadores de determinada realidade.

Pode-se dizer, então, que as características de um grupo de pessoas pertencentes a um mesmo meio social concedem ao indivíduo, membro deste grupo, uma identidade cultural, algo que o torna parte, ou melhor, par, um igual. Essa identidade cultural se mostra de diferentes formas, dentre elas através de símbolos que representem idéias em comum.

Antes de tratar dos símbolos e de sua atuação na identidade e na memória coletiva de um grupo, é necessário refletir sobre o termo representação. Re-apresentar algo implica em apresentar novamente algo que já foi ou não percebido.

De acordo com Ferrara (1996), “*Toda representação se faz através de signos. Um signo é aquele que representa algo para alguém; supõe, portanto, um objeto que é representado e um receptor a quem se dirige a representação.*” (Ibid., 1996, p. 62). Sendo assim, aquilo que se representa é selecionado de acordo com a subjetividade do receptor, voluntariamente ou não. Esta seleção também está relacionada à memória coletiva, pois os valores e ideologias apreendidos do grupo é que poderão determinar a relevância da representação, conseqüentemente, do símbolo, sua concretização. Ainda citando Ferrara (1996),

[...] o significado não é algo fixo, transportado ou revestido pela linguagem, mas é apenas uma propriedade do signo atualizada naquela operação que não

é rígida ou predeterminada, mas é apenas uma possibilidade. Sua profundidade ou eficiência dependerá do conjunto de informações que o receptor possui sobre o objeto representado e suas possibilidades de representação. [...] Ibid., 1996, p. 62.

Sendo assim, o significado deve ser analisado e levado em consideração, mas não de forma unânime, podendo representar parcialmente um grupo ou um posicionamento do grupo, e não o grupo em si, ou seu posicionamento homogêneo, pois este é complexo e em alguns casos inexistente ao se tratar grupamentos humanos.

De certa forma, a própria história se torna um destes símbolos, pois centraliza fatos e acontecimentos do grupo e não do indivíduo. Ao ver suas memórias materializadas e componentes de estudos históricos, os membros deste grupo têm sua identidade fortalecida. Na obra de Banducci & Marretto (2001), é citado o exemplo da cidade de Ouro Preto, na qual os moradores “[...] reconhecem a prática preservacionista, mas não se julgam alvo dela. [...] ao mesmo tempo em que vêem os bens como algo voltado aos turistas, também reivindicam o reconhecimento desse acervo como parte de sua identidade.” (Ibid., 2001, pp. 80-81)

Percebe-se que é importante para o fortalecimento da identidade de um grupo, o reconhecimento e materialização de suas práticas, ou seja, de sua cultura, mesmo que esta seja passível de alterações enquanto parte de um processo histórico.

Bosi (1987) afirma que não existe uma cultura brasileira homogênea, mas várias culturas, diante das quais os indivíduos podem interagir sem perder suas próprias características. Diante de novos acontecimentos, o indivíduo só irá filtrar aquilo que parece ligado às características do seu meio social, o que não o caracteriza como ser passivo ou estático, mas como pertencente a um período de tempo cíclico dentro de sua própria cultura popular, à medida que os novos acontecimentos são relacionados com fatos passados e adaptados às práticas exercidas desde longo:

O tempo da cultura popular é cíclico. [...] O seu fundamento é o retorno de situações e atos que a memória grupal reforça atribuindo-lhes valor. [...] Sempre que uma inovação penetra a cultura popular, ela vem de algum modo

traduzida e transposta para velhos padrões de percepção e sentimento já interiorizados e tornados como que uma segunda natureza. (BOSI, 1987, p.11)

Em comunidades pequenas, as práticas levam à re-construção da memória daquele grupo e, atualmente, essas práticas têm sido alvo de empreendimentos capitalistas, como o turismo. Este, de acordo com Banducci & Marretto (2001), compõe um fenômeno social, que contribui, principalmente através da migração, para pluralização das culturas, o que diminui a distância entre diferentes meios sociais.

O problema é que ao serem encenadas para o turista, as características locais de uma comunidade perdem sua estrutura original: se antes pretendiam apenas suprir necessidades locais do dia-a-dia, agora têm como objetivo acarretar lucros, por isso transformam-se no que “*quer ser visto*”. Exemplo dessa desestruturação são comunidades pesqueiras que restringem seu espaço de sociabilidade entre os membros da comunidade para abrigar refúgios de veranistas:

[...] há um processo de desapropriação do território antes coletivo pelo capital imobiliário, o que afasta os trabalhadores da pesca para longe da praia e do mar, seu local de trabalho. [...] Com exceção das atividades menos qualificadas e de baixa remuneração, como serviços domésticos, jardinagem, reparos, entre outros, os pescadores e familiares não encontram espaço para trabalhar no turismo. [...] acabam não encontrando mais condições de reproduzir seu modo e sua qualidade de vida pretéritos, devendo se adaptar forçosamente às novas regras sociais estabelecidas por aquele mercado. (BANDUCCI & MARRETTO, 2001, pp. 35-36)

Além disso, características locais, antes superficiais para os moradores, tornam-se espetáculos, e a re-construção da memória, na maioria das vezes, baseia-se no mercado turístico e não na cultura popular local: “[...] *de conjuntos arquitetônicos a um utensílio qualquer, tudo pode ser tratado turisticamente, como elemento de algo representado, encenado para turista ver, produzindo assim a materialização do ‘pseudo-evento/realidade’.*” (Ibid., 2001, pp. 57-58).

De acordo com Bosi (1987), a indústria cultural, percebida principalmente em empreendimentos turísticos, lida com as práticas como espetáculos, como algo externo não produzido internamente mas industrializado. “[...] a festa, exibida, mas não partilhada, torna-se espetáculo. [...]” (Ibid.,1987, p. 11)

Para Amado & Ferreira (1996), o que ajuda os indivíduos membros de um mesmo grupo a reconhecer e valorizar experiências silenciadas é a exploração coletiva de histórias de vida em projetos participativos. O mesmo posicionamento tem Bezerra de Menezes (1987) ao mencionar que a consciência histórica desenvolvida por determinado grupo não é apenas descrever suas lembranças em um passado estático, informando-se sobre acontecimentos idos, mas perceber o universo social como um processo histórico, em constante transformação.

Como já foi mencionado, ao perceber-se dentro desse processo histórico, o meio social desenvolve práticas e representações que expressam idéias em comum. Dentre essas idéias estão obrigações e atribuições dos membros do grupo. Ainda citando Bezerra de Menezes: “[...] normalmente, não é uma atitude moral de respeito aos mortos que fundamenta o culto aos antepassados, mas a necessidade de legitimar um sistema de atribuição de direitos e obrigações; [...]” (Ibid., 1987, p. 184)

Na obra *Mitos e Mitologias Políticas* (1987), o autor enfatiza a importância não só das práticas mas das representações construídas em torno de personalidades, nas quais os indivíduos vêm suas próprias características retratadas porém fortalecidas e engrandecidas em uma só figura, capaz de suprir suas necessidades: “[...] É na intensidade secreta das angústias ou das incertezas, na obscuridade dos impulsos insatisfeitos e das esperas vãs que ele [o mito] encontra sua origem.” (GIRARDET, 1987, p. 182). Sendo assim, é interessante notar que, muitas vezes, é a não-identificação que permite a efervescência mítica. Fraquezas humanas que vêm no mito um salvador, percebem-se como não integrantes do grupo e

desejosos de a ele pertencer. A personalidade, então, torna-se mito, porque as necessidades passaram a compor o quadro de representações de um determinado grupo, sua identidade.

Percebe-se que a identidade de um grupo está intrinsecamente ligada ao meio em que este grupo está inserido, podendo o próprio território se tornar um mito, o espaço transformado em lugar através de um elo afetivo que fortalece a identidade. Para Tuan (1983):

Uma pátria tem seus referenciais, que podem ser marcos de grande visibilidade e importância pública, como monumentos, templos, campos de batalha sagrados ou cemitérios. Estes sinais visíveis servem para aumentar o sentimento de identidade das pessoas; incentivam a consciência e a lealdade para com o lugar. [...]. (Ibid., 1983, p. 176).

É interessante perceber que o conhecimento de fatos históricos relacionados ao meio, fortalece a identificação de um grupo com este meio. Tal identificação colabora para a valorização das práticas relacionadas ao lugar, e conseqüentemente à preservação do lugar.

Para Halbwachs (1990)

Quando um grupo é inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, mas, ao mesmo tempo, dobra-se e adapta-se a coisas materiais que resistem a ele. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que este mantém com aquele passa para o primeiro plano da idéia que o meio faz de si mesmo. (Ibid., 1990, p. 132).

Sendo assim, a memória coletiva tem muito a contribuir com estudos de Percepção Ambiental, permitindo que os sentimentos topofílicos de um grupo sejam analisados e fortaleçam sua identidade em relação ao espaço transformado em lugar. Como afirma Rossi (1995)

[...] A própria cidade é a memória coletiva dos povos; e como a memória está ligada a fatos e a lugares, a cidade é o 'locus' da memória coletiva. Essa relação entre o 'locus' e os cidadãos torna-se, pois, a imagem predominante, a arquitetura, a paisagem; e, como os fatos fazem parte da memória, novos fatos crescem junto na cidade. Nesse sentido, de todo positivo, as grandes idéias percorrem a história da cidade e a conformam. (Ibid., 1995, 198).

A cidade também é citada na obra de Ferrara (1996), com um valor relacionado a capacidade de centralizar grupos humanos, por isso, suas representações: “[...] *A cidade é uma explosão de informações que se renova constantemente na medida em que o Homem,*

impelido a uma nova forma de ganhar a vida, desenvolve complexas relações com a natureza, consigo mesmo e com os outros homens. [...]” (Ibid., 1996, p.63)

Ou seja, o ambiente, cidade ou não, concretiza os fatos e expõe fisicamente a História de uma comunidade, grupo, sociedade. De acordo com Rossi (1995) “*[...] Já que o rito é o elemento permanente e conservativo do mito, também o é o monumento, que, no próprio momento em que testemunha o mito, torna possível suas formas rituais.*” (Ibid., 1995, p. 7). Sendo assim, o monumento também é a materialização das representações, e responsável pelas lembranças de acontecimentos marcantes em determinados espaços que se transformaram em lugares. Esta afirmação se confirma mais à frente em texto do mesmo autor: “*[...] Tome-se um hospital: nele a dor é uma coisa concreta. Está nas paredes, nos pátios, nas enfermarias. Quando os parisienses destroem a Bastilha, suprimem séculos de abuso de poder, de que a Bastilha era, em Paris, a forma concreta.*” (Ibid., 1995, p. 144) e “*Os monumentos tornam-se obras de arte excelentes e caracterizam-se sobretudo por esse aspecto. Constituem um valor que é mais forte do que o ambiente e mais forte do que a memória. [...]*” (Ibid., 1995, p. 124).

Para Martinez (2006), qualidades específicas de um espaço podem ser preservadas desde que este se torne um lugar. Esse tipo de elo tem sido percebido em regiões brasileiras ainda não industrializadas.

Um grande potencial de pesquisa pode ser encontrado na reflexão a partir da memória coletiva, sobretudo rural e ambiental, bastante forte no Brasil [...] A que apresentou a natureza no Brasil como portadora de riquezas infinitas e inesgotáveis, dada a exuberância da vegetação, abundância da água, diversidade da fauna e da flora, fertilidade dos solos, entre outros aspectos. [...] Nesta perspectiva, ao longo do século XIX, ainda que difusas e esparsas, não faltaram manifestações de assombro e de alertas para a mudança de comportamentos no aproveitamento dos recursos naturais no Brasil. (Ibid., 2006, p. 29).

Mas para que esses elementos específicos sejam percebidos e valorizados, é importante que se participe ativamente das práticas do grupo. De acordo com Wanderley &

Menêzes (1996) “[...] *para a conquista do espaço, é necessário descobrir, refletir e ser capaz de participar criativamente. [...]*” (Ibid., 1996, p. 183). Sendo assim, as práticas devem ser valorizadas não só pelos estudiosos, mas principalmente pelos integrantes do próprio grupo.

Para Oliveira (2007), quando o homem atua no meio, as transformações geradas por esse processo atribuem novos valores à natureza, tornando-a também um símbolo de seu grupo social. (Ibid., 2007, p. 11). Esse processo de atribuir símbolos para representações relacionadas ao meio é que transforma o espaço em um lugar, atribuindo-lhe valor afetivo, sentimentos topofílicos que são consequência da experiência do homem com o meio.

3.1.1.1.3. A relação entre o meio e o sujeito – A experiência

Na obra *Espaço e Lugar* (1983), Tuan descreve as diferentes formas do ser humano se relacionar com o meio em que vive, e destaca a importância do aprendizado e da experiência:

Experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Estas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização. [...] A experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experimentar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é pensamento. [...] Experimentar é vencer os perigos. A palavra ‘experiência’ provém da mesma raiz latina (*per*) de ‘experimento’, ‘experto’ e ‘perigoso’. Para experimentar no sentido ativo, é necessário aventurar-se no desconhecido e experimentar o ilusório e o incerto. Para se tornar um experto, cumpre arriscar-se a enfrentar os perigos do novo. (Ibid., 1983, pp. 09-10).

A experiência faz de um espaço, um lugar. O aprendizado permite a valorização do meio como algo intrínseco à cultura. A visão holística do seres vivos e o meio em que estão transforma espaços em lugares, na mesma proporção que faz de imagens, símbolos, e de líderes, mitos.

Para Tuan (1983),

[...] Na experiência, o significado de espaço freqüentemente se funde com o de lugar. [...] A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. (Ibid., 1983, p. 04)

Ou seja, a experiência pode dar significados ao espaço, e o transformar em lugar à medida que o relacionamento com aquele se tornar mais intensa, tanto positiva quanto negativamente, como no caso das ameaças.

A intensidade do relacionamento com o espaço pode ser percebida através de sua relação com o tempo. “[...] se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar. [...]” (TUAN, 1983, p. 04). Mas atualmente o movimento tem superado a pausa, e os

grupos e indivíduos já não estreitam seus vínculos com o meio, o que favorece experiências superficiais, que impedem práticas preservacionistas.

A questão do tempo também é citada por Rossi (1995), mas sob outro aspecto: as transformações ocorridas no meio e não na subjetividade humana, como foi citado em Tuan:

[...] o processo dinâmico da cidade tende mais à evolução do que à conservação e [...] na evolução os monumentos se conservam e representam fatos propulsores do próprio desenvolvimento. [...] A forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade, e existem muitos tempos na forma da cidade. No próprio decorrer da vida de um homem, a cidade muda de fisionomia em volta dele, as referências são as mesmas. [...] (ROSSI, 1995, p. 57)

Ou seja, a experiência do movimento não permite a prática preservacionista pois impede a identificação. Porém, uma vez pausa, o significado da cidade permanece em movimento, pois é intrínseco à identidade, componente cultural, logo, dinâmico.

Ainda de acordo com Tuan, a experiência com o meio pode ser direta e íntima ou indireta e conceitual, mediada por símbolos: “[...] *Um antigo habitante da cidade de Minneapolis conhece a cidade, um chofer de táxi aprende a andar por ela, um geógrafo estuda Minneapolis e a conhece conceitualmente.[...]*” (Ibid., 1983, p. 05). A relação entre um habitante e sua cidade é uma experiência íntima, ele não a define conceitualmente mas desenvolveu sentimentos em relação à cidade que permitem que ele afirme conhecê-la, talvez não em detalhes bem definidos, mas em práticas, que se estabeleceram sem intermediários., sem representações prévias, ou seja o símbolo se origina na experiência. Alguém que estudou a cidade pode defini-la conceitualmente, expor seus detalhes, porém sem a prática, sem o hábito. É uma experiência intermediada pelo conhecimento prévio de outras cidades e outros estudos, ou seja, por símbolos, representações que não permitem que a experiência seja direta e pronta a despertar significados antes inexistentes. Ao contrário, experiência é que se origina no símbolo.

Machado (1996) concorda com Tuan:

[...] Como nativos de lugares, adquirimos e assimilamos informações diferentes do que fazemos quando estamos viajando; e a observação pessoal, se diária ou casual, produz impressões diferentes na qualidade e no impacto daquela que construímos por meio de lições, livros, figuras, filmes ou visões totalmente imaginárias [...] (MACHADO, 1996, p. 98)

Sendo assim, há uma subjetividade na experiência, e o elo de afetividade entre o homem e o meio está condicionado aos sentidos, sejam eles comuns, como a visão e a audição, ou especiais, como o equilíbrio e a harmonia. (MACHADO, 1996, p. 97). Tal subjetividade também é citada no trabalho de Lima (1996): “[...] a região abriga em seu interior diferentes lugares que podem mudar ou não, tanto em valor como em importância com o decorrer dos anos, ou, ainda, por súbitas, repentinas transformações que possam ocorrer durante a existência de uma pessoa. [...]” (Ibid., 1996, p. 163). Ou seja, a experiência de uma pessoa, ou de um grupo, atribui significados e conseqüentemente símbolos, a um lugar, e estes símbolos podem se transformar ou não, pois se trata também de um elemento cultural.

Para Machado (1996), tal subjetividade deve ser a protagonista do processo, atuando sobre o meio a fim de desenvolver o elo topofílico, e não esperando ser conquistada pelos atrativos externos:

Os significados do mundo-vivido não são absolutamente óbvios e não se apresentam por si mesmos: têm de ser descobertos. Quando isso não ocorre deixa de haver um profundo vínculo com a paisagem e o lugar e, como conseqüência, ele se torna simplesmente o local das atividades, e sua paisagem, simplesmente o cenário de fundo. [...] (Ibid., 1996, p. 107).

A prática, como elemento cultural, é algo ativo e não passivo, uma ação e uma atitude tomadas por um grupo ou por um indivíduo, cujo objetivo é estabelecer uma comunicação com o meio, com a coletividade, consigo mesmo, e até com o sobrenatural. Comunicação que se torna eficaz com as representações materializadas em símbolos. É a atividade perceptiva, que organiza, seleciona e interpreta realidades.

Para Bezerra de Menezes (1987),

[...] O homem ‘pertence’ a um espaço. ‘Ser de um certo lugar’ não expressa vínculo de propriedade, mas uma rede de relações. [...] Se com a memória se explora a dimensão temporal do homem, com a ‘pertença’ está em cena o conteúdo espacial da existência. Ora, sou o que sou num espaço ocupado, habitado e, numa palavra, apropriado por muitos outros muito antes de mim. [...] a preservação é uma bandeira que se impõe em todos os domínios [...] como uma forma de reapropriação, pelo cidadão, daqueles bens de alcance social e de que ele foi expropriado pelas diversas formas de domínio e exploração.” (Ibid., 1987, pp. 188-189)

Percebe-se neste excerto a experiência como algo vinculado também à identidade, o que identifica novos problemas a serem analisados quando se trata de meio ambiente, pois que a valorização é uma ramificação do processo de identificação.

Logo, a valorização e o cuidado para com o meio podem se tornar possíveis quando há uma identificação com este meio. Daí a importância do profissional de História - pois a identificação acontece a partir de vínculos criados com o passado.

[...] A crescente perda do contato e do relacionamento mais próximo e direto com os produtos naturais, na vida cotidiana, estimula o interesse e a curiosidade pela natureza, pelos grupos e pelas comunidades que mantêm outras formas de interação com o mundo natural. O artesanato da palha, da madeira, da cerâmica, a culinária, a medicina natural de ervas e chás, o convívio doméstico com plantas e animais, são alguns traços de vida social, juntamente com o universo de valores e crenças que a sustenta, que perecem, sistematicamente, sob o impacto das sociedades industriais e de alta tecnologia, marcadas pela acumulação de capital. As formas de organização econômica e social, denominadas ‘tradicionais’, não podem ser pensadas sem o contraste com o capitalismo neste início de século, pois é este quem lhes confere diferentes graus de ‘tradicionalismo’. [...] (MARTINEZ, 2006, p. 35)

Sabe-se que no Brasil a História Social, Econômica e Política está intrinsecamente ligada à História Ambiental, pois as formas de exploração desde o período de 1500 assim o demonstram. De acordo com Moraes (1997)

O Brasil teve por berço uma formação colonial, e isso significa que a motivação da conquista de espaços está na gênese do País. A apropriação de novos lugares, com suas populações, riquezas e recursos naturais, era o móvel básico da colonização. Isto imprime uma marca na sociedade estada na colônia, uma sociedade que tinha na conquista territorial um forte elemento de identidade. Assim, uma ótica dilapidadora comanda o processo de instalação do colonizador, a qual se expressa num padrão extensivo (do

ponto de vista do espaço) e intensivo (do ponto de vista dos recursos naturais) de uso do solo. [...] (Ibid., 1997. p. 13)

São experiências marcadas pelo movimento, e não pela pausa, daí a não identificação com o meio. O objetivo do colonizador não estava em construir uma nova identidade através da aproximação com o novo território, e sim em explorar um território que, apesar de ser visto como ‘seu’, representava algo pouco significativo enquanto abrigo ou acolhimento. Representava um espaço com recursos em potencial, recursos a serem aplicados em outro território já tido como lugar.

Para Martinez (2006), essa representatividade histórica quanto aos recursos naturais, e suas aplicações, pode ser transformada, pois também se insere em um processo dinâmico:

[...] Trata-se, fundamentalmente, de reconstruir e de explicar as formas de extração, utilização e de regulamentação do uso dos produtos naturais, incluindo, além disso, as representações simbólicas dos elementos naturais na vida humana. A própria natureza pode ser pensada, aqui, como uma ‘construção cultural’. Ibid., 2006, p.19

Para este autor, o ambiente é uma construção social. Pode-se afirmar então, que o ambiente pode se tornar símbolo se a experiência com o mesmo for estimulada. Quando a experiência é marcada por aspectos positivos para ambas as partes, sendo o ambiente um símbolo, o grupo ou o indivíduo passa a preservá-lo enquanto componente de sua própria identidade, ou seja, elemento cultural.

3.1.2. A Revolução Documental: re-construção do passado

Algo que marcou o novo fazer do historiador foi a utilização de diferentes documentos para sua análise, dentro dessa revolução documental está a História Oral, que valoriza os depoimentos orais transcritos como documentos oficializados pelo historiador.

Para Le Goff (1988) “*Fazer história das mentalidades é inicialmente realizar alguma leitura de não importa qual documento. Tudo é fonte para o historiador das mentalidades. [...]*” (Ibid., 1988, p. 75) e “*[...] O passado não exerce influência senão na medida em que está presente nas mentalidades, nos hábitos, nas interpretações. [...]*” (Ibid., 1988, p. 126-127). Logo, a história, como processo social de mudanças, tem como sua principal fonte a memória. Esta, que pode estar materializada em diferentes tipos de documentos, dentre eles os escritos e os relatos orais, é a sociedade vista de dentro, ao passo que a história examina esta mesma sociedade de forma externa (HALBWACHS, 1990, p. 88).

A memória também pode ser tomada como uma forma de responder às transformações culturais porque caracteriza um grupo de pessoas a partir de suas lembranças – lembrança no sentido de permanência do que é importante – logo, a re-construção da memória seria trazer ao presente partes do passado que tenham se tornado relevantes em algum momento para um determinado grupo de pessoas. Ao trazer um “passado incompleto” alguns valores instituídos podem ser modificados ao sofrer diferentes interpretações – pois a mentalidade que reconstrói não é a mesma que viveu, possuindo inclusive interesses em fazer de determinada forma essa re-construção.

U. T. Bezerra de Menezes (1987) trata a relação entre história e memória como um diálogo em constante transformação, pois a própria sociedade é composta por mudanças:

Exilar a memória no passado é deixar de entendê-la como força viva do presente. Sem memória, não há presente humano, nem tampouco futuro. Em outras palavras: a memória gira em torno de um dado básico do fenômeno humano, a mudança. [...]. (Ibid., 1987, p. 185)

Nora (1993) também trata a memória como algo mutável, logo, tudo o que ela preserva é passível de ser esquecido ou desvalorizado; daí a importância da materialização da memória por meio de lugares, escritos, objetos (patrimônio):

[...] A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, [...]. (Ibid., 1993, p. 09).

Logo, a forma como o passado foi cristalizado pela memória não deve ser vista como único objeto para desenvolver a análise dos fatos, mas sim como um dos objetos a serem usados para a discussão das transformações ocorridas. Como afirma Le Goff, os historiadores continuam “*a confundir passado e história na memória coletiva*” (LE GOFF, 1982, p. 47). Ou seja, a memória coletiva é oficializada e torna-se científica no discurso histórico quando é vista como componente de um processo social de mudanças, e não apenas como registro de um fato passado estático. A História, por sua vez, é capaz apenas de representar o passado por meio de seu discurso crítico, porém sempre de forma incompleta, pois trata de algo que não existe mais e não pode ser trazido ao presente integralmente, devido à vulnerabilidade da memória.

Halbwachs, em sua obra *Memória Coletiva* (1990), afirma que a confirmação dos fatos históricos se dá com mais confiança apoiada não apenas nas lembranças de um indivíduo, mas de um grupo. Esse conjunto de lembranças coletivas é capaz mesmo de transformar a impressão individual de um fato passado: “[...] *A memória coletiva [...], envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. [...]*” (Ibid., 1990, p. 53)

Sendo assim, muitas são as formas de utilização da memória coletiva nos estudos históricos, principalmente a fim de valorizar sociedades consideradas minoria que não têm documentação escrita relevante. (AMADO & FERREIRA, 1996).

Os fundadores da revista ‘*Annales d’histoire économique et sociale*’ (1929), pioneiros de uma nova história, insistiram sobre a necessidade de alargar essa noção de

documento. Le Goff afirma que existe uma “[...] *urgência de elaborar um novo saber capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica.*” (LE GOFF, 1982, p. 115). Dessa forma, é necessário que o historiador saiba lidar com esses novos documentos, com a finalidade de valorizar todas as informações trazidas por ele.

Porém, Nora (1993) tece uma crítica sobre a relação entre história e memória e afirma que o alargamento da noção de documento permite visualizar a memória como algo que não existe mais, por isso a necessidade de materializá-la:

[...] Se habitássemos ainda nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. [...] Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores [...] À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, [...] a materialização da memória, em poucos anos, dilatou-se prodigiosamente [...] (Ibid., 1993, pp. 08-15)

Essa busca da reconstrução e conseqüente materialização do passado é facilitada por dados encontrados no presente, como os relatos orais, nos quais as lembranças nos remetem a épocas passadas, mesmo que não as conheçamos integralmente. Para Halbwachs (1990), “[...] *A lembrança seria uma reconstrução do passado com recursos do presente, com o olhar do presente, ancorado por outras reconstruções construídas em períodos anteriores.*” (Ibid., 1990, p. 104). O mesmo autor segue valorizando os testemunhos, pois estes completam lacunas não encontradas em bibliografias, ou mesmo em outros tipos de documentos, como jornais por exemplo.

O mesmo afirma Thompson (1992), acrescentando ainda que, ao se buscar informações apenas em fontes escritas, a análise historiográfica pode se apresentar incompleta, pois tais fontes tendem a apresentar limitações burocráticas, não só em relação ao acesso, mas também em relação ao seu conteúdo. Por isso a importância da comparação entre diferentes fontes.

De acordo com este autor:

[...] Enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrição defeituosa, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira. [...] (Ibid, 1992, p. 137).

A valorização dos relatos orais também é defendida por Queiroz (1991): “[...] *na verdade, tudo quanto se narra oralmente é história, seja a história de alguém, seja a história de um grupo, seja a história real, seja ela mítica.*” (Ibid., 1991, p. 05).

De acordo com Sebe Bom Meihy (1996), toda história antes de ser escrita passou por relatos orais. Desde Heródoto a participação da pessoa como base para descrever fatos é fundamental. Esse contato direto se tornou mais elaborado com Tucídides, que considerava a memória falível, e passou a desenvolver a História Oral Híbrida, que combinava testemunhos com outras fontes.

Durante a Idade Média, porém, os monges copistas supervalorizavam a escrita, e essa supervalorização foi estimulada ainda mais com o desenvolvimento da imprensa.

Apenas entre 1918 e 1920 é que a História Oral voltou a ter credibilidade, devido principalmente às regras elaboradas pela escola de sociologia de Chicago, que valorizavam história de vida, confrontando com a noção de História relacionada mais a tempos remotos e longínquos do que presentes e contemporâneos.

Mas foi depois da Segunda Guerra Mundial que a História Oral emergiu com força, na Universidade de Colúmbia, em Nova York. A combinação de avanços tecnológicos - para manter e oficializar arquivos - com a necessidade de captação de experiências de vida - como a dos combatentes, familiares e vítimas do conflito - foi importante para essa emergência, que combinava, de acordo com Sebe, três funções: “[...] registrar relatos, divulgar experiências relevantes e estabelecer vínculos com o imediato urbano [...]” (SEBE BOM MEIHY., 1996, p. 28).

No Brasil a História Oral despontou recentemente, mas apenas quando a visão multidisciplinar se fez mais presente em estudos acadêmicos é que a História Oral teve avanços significativos.

De acordo com Sebe, ainda, a História Oral pode ser dividida em basicamente três ramos: História Oral de Vida, História Oral Temática e Tradição Oral.

Como História Oral de Vida pode-se citar trabalhos que valorizam percepções do colaborador, mesmo que pessoais, como sonhos, expectativas e frustrações. A História Oral de Vida pode se ramificar em Narrativa Biográfica, quando se valoriza o roteiro cronológico e factual da vida de uma pessoa; Reconstrução Biográfica, quando não se tem fatos precisos sobre a vida do depoente e busca-se reconstruir tal biografia; e a História Oral de Família, quando se valoriza não apenas a vida do colaborador mas do grupo que este faz parte, seus laços sanguíneos e afetivos, além de fatos pelos quais estas pessoas passaram enquanto grupo.

Como História Oral Temática pode-se citar trabalhos que utilizam a documentação oral da mesma maneira que as fontes escritas, partindo de assunto específico para as entrevistas, que podem ser conduzidas com o auxílio de um questionário. Pode se tornar fundamental para preencher lacunas não encontradas em fontes escritas. Os questionários podem ser diretos, com questões fechadas, ou indutivos, com questões abertas, que permitam que o depoente traga um maior número de informações. De acordo com Tourtier-Bonazzi (1996), a “[...] *entrevista semidirigida é com frequência um meio-termo entre um monólogo de uma testemunha e um interrogatório direto*” (Ibid., 1996, p. 238). Há projetos de História Oral Temática que se combinam com a História Oral de Vida, mesclando situações vivenciadas pelos entrevistados com os fatos centrais relacionados ao tema do trabalho.

Como Tradição Oral pode-se citar trabalhos que valorizem a permanência de mitos com a visão de comunidades que têm valores filtrados por estruturas mentais fixadas em um passado remoto (SEBE BOM MEIHY, 1996, p. 53). Por ser de execução mais lenta, permite

que o estudo se torne aprofundado, visando investigar o conjunto mitológico dessas comunidades.

Ainda citando Sebe Bom Meihy (1996), a matéria essencial à História Oral é a humanização das percepções. Tal humanização se manifesta em duas correntes: a dos pesquisadores que visam saldar uma dívida com grupos de pouco reconhecimento no universo acadêmico, e a dos pesquisadores que visam o cruzamento de informações de diferentes fontes. Ainda de acordo com este autor, em História Oral é importante que se valorize a profundidade das entrevistas, pois o coletivo não corresponde à soma das particularidades, tendo em vista a intenção do pesquisador de produzir estudos em profundidade: “[...] *uma das atenções fundamentais da história oral é mostrar o grau de cuidado com o específico. [...] cada entrevista, bem como cada depoimento, tem valor em si. [...]*” (Ibid., 1996, p. 14).

Outra característica da História destacada no trabalho de Sebe é o fato de caracterizar uma história do tempo presente e ser reconhecida como história viva, e sem o compromisso com a ‘verdade’, pois seu objetivo é retratar a percepção do colaborador, podendo compará-la ou não a outros documentos, de acordo com os objetivos do estudo.

A História Oral pode ser tratada como método e como técnica. Ao ser tratada como método, o objeto do estudo deve ser a entrevista ou as entrevistas. Porém como técnica, a História Oral pode ser trabalhada adjacente a outras metodologias, como um recurso a mais: “[...] *Usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso extra. [...]*” (Ibid., 1996, p. 20).

Porém é preciso cuidado ao se tratar de relatos orais, pois existem diferentes formas de aplicação das técnicas de História Oral. A preparação do pesquisador deve abranger todos os estágios de uma entrevista: o contato com o entrevistado, a transformação do relato em um registro escrito, e a análise do registro escrito em relação a outras fontes.

3.1.2.1. O contato

De acordo com Sebe Bom Meihy (1996), o entrevistado pode ser chamado de colaborador, pois é parte fundamental do trabalho, e este termo estabelece uma relação de afinidade, essencial em trabalhos de contato direto.

A definição da colônia, ou seja, dos colaboradores, deve levar em conta apenas critério mais gerais, como o meio em que habitam ou a comunidade a que pertencem. A rede é uma subdivisão da colônia, esta sim estabelece parâmetros específicos de seleção, como a idade ou o tipo de experiência vivenciada.

Neste trabalho, o critério para seleção dos entrevistados foi um conhecimento prévio dos mesmos pela autora, o fato de suas residências – anteriores e atuais – corresponderem à abordagem do trabalho, e sua disposição em participar da pesquisa.

Os dois entrevistados são irmãos e moram em Ubatuba, um deles tem 52 anos, é proprietário de uma fábrica de gelo nesta cidade, atua também no setor de prestação de serviços na área de digitalização de documentos, tendo trabalhado anteriormente junto à prefeitura da cidade, e na área gerencial de alguns bancos. O outro entrevistado tem 55 anos, foi pescador durante muito tempo, mas atualmente trabalha como autônomo, prestando pequenos serviços de fretamento.

De acordo com Tourtier-Bonazzi (1996), deve haver uma relação de confiança entre o informante (colaborador) e o entrevistador, principalmente no que diz respeito à disponibilidade do segundo em estabelecer um primeiro contato com o primeiro, preparando-o e expondo seus objetivos, para só então agendar um encontro no qual a entrevista será gravada.

Ainda de acordo com este autor, o pesquisador deve se adaptar à psicologia da testemunha e

respeitá-la, estar disposto a tomar pacientemente a conversa, suscitar a recordação através de um questionamento discreto se a testemunha for pouco loquaz, orientá-la sem precipitação, não a impedindo de perder-se em digressões, caso ela o seja em demasia, repetir em voz alta suas palavras de estas não forem claramente audíveis, procurar não falar ao mesmo tempo que ela, não insistir quando evita uma recordação dolorosa, não se precipitar em perguntar de novo porque as recordações precisam às vezes de um tempo para vir à tona, repetir a mesma pergunta de diferentes maneiras para tentar vencer resistências... [...] (Ibid., 1996, pp. 234-235)

Sendo assim, o pesquisador deve evitar elaborar um questionário meticuloso, quando se tratar de História Temática, pois o colaborador pode se sentir constrangido ao não se lembrar de um detalhe e se sentir perturbado, podendo até interromper a entrevista.

Um fator que colabora na relação de confiabilidade entre colaborador e pesquisador é o local de realização da entrevista, que deve privilegiar o cotidiano do colaborador. De preferência um lugar em que este se sinta mais à vontade, e que tenha pontos de recordação. Neste trabalho, foram realizadas entrevistas, pela autora, na casa dos entrevistados, a fim de valorizar a espontaneidade de seus relatos.

Estabelecida a relação de confiabilidade, o pesquisador deve definir como será a condução da entrevista. Se a opção incluir um questionário, este deve ser respeitado, não devendo a entrevista ser encerrada antes de terminá-lo, a menos que outro encontro seja agendado.

Para este trabalho, após um primeiro contato com os dois colaboradores, gravou-se uma entrevista, previamente agendada, em gravador de fita K7. As indagações foram em torno do cotidiano atual dos entrevistados e suas lembranças, pessoais ou familiares, sobre o período da década de 1960, baseado em um questionário abrangente: 1) Qual a diferença, a seu ver, no cotidiano caçara da década de 1960 e atual?; 2) O que representa meio ambiente pra você?; 3) O que representa desenvolvimento pra você?; 4) O que você pensa sobre desenvolvimento e meio ambiente em Ubatuba?.

É importante citar que as entrevistas foram realizadas para este trabalho, tendo sido aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (ANEXO A).

Privilegiamos a entrevista com amostra dirigida, também para realizá-la em profundidade. Tais caiçaras podem ser tratados como exceção, pois na maior parte dos trabalhos sobre o assunto existe a generalização do processo de migração, posicionando o caiçara como vítima do processo. Há também aparente generalização quanto à percepção que o caiçara faz de seu meio ambiente, mais uma vez de forma passiva e não como protagonista de um processo histórico.

Sendo assim, é importante destacar que as entrevistas foram realizadas em profundidade, pois o que se pretende é confrontar tais generalizações que muitos estudos têm apontado em relação às sociedades caiçaras. Pretende-se expor exceções, daí a amostragem pequena.

3.1.2.2. O registro escrito

De acordo com Queiroz (1991), transcrição é a reprodução, num segundo exemplar, de um documento, em plena ou total conformidade com sua primeira forma, sem nada que o modifique (Ibid., 1991, p. 86). Ou seja, transcrever implica em criar um novo documento, no caso da História Oral, materializar de forma escrita um documento antes oral.

Queiroz afirma:

Transcrever significa [...] uma nova experiência da pesquisa, um novo passo em que todo o processamento [...] com seus envoltórios e emoções, o que leva a aprofundar o significado de certos termos utilizados pelo informante, de certas passagens, de certas histórias que em determinado momento foram contadas, de certas mudanças de entonação da voz. [...] (Ibid., 1991, p. 88)

Para Sebe (1996), a transcrição é o documento válido em História Oral, pois implica em reflexões e análises para ser produzido, pois a entrevista no formato oral possui aspectos que precisam ser interpretados pelo pesquisador, como entonação por exemplo.

Mas Sebe discorda de Queiroz quanto à finalização da fase de transcrição, pois defende que esta não deve ter um fim em si mesma e sim filtrada de todos os ruídos, vícios de linguagem e forças de expressão que se repitam excessivamente.

Para Tourtier-Bonazzi (1996), o confronto entre os textos escritos permite analisar o conteúdo do discurso de forma aprofundada, o que não é possível na escuta oral, devido à sua brevidade. Porém, o pesquisador passa por algumas perdas, “[...] *O fato de ler em vez de ouvir priva o historiador de muitas contribuições da forma oral: entonação, ênfase, dúvidas, rapidez ou lentidão nas reações, risos, repetições[...]*” (Ibid., 1996, p. 239).

Por isso, de acordo com Tourtier-Bonazzi (1996), a transcrição já é uma interpretação, pois o discurso escrito não reproduz com fidelidade o discurso oral, daí a importância da transcrição ser feita pelo próprio entrevistador/pesquisador. Para Sebe “[...] *a transcrição destina-se, na moderna história oral, a dar visibilidade ao caso tematizado ou à*

história narrada.” (SEBE BOM MEIHY, 1996, p. 65), ou seja, o compromisso da História Oral é com o público leitor, daí a relevância de sua inteligibilidade.

De acordo com Sebe, a primeira transcrição deve ser feita na íntegra, corrigindo os vícios de linguagem e outros elementos do tipo, mas sempre indicando ao leitor sobre tais ações. Passa-se então à textualização, quando as perguntas de um possível questionário são fundidas nas respostas e o texto passa a ser exclusivamente em primeira pessoa. Após esse processo, passa-se à transcrição, que é a recriação do texto com a interferência do autor (pesquisador) e a conferência do colaborador, processo este que pode passar por acertos entre as partes a fim de que o texto seja legitimado.

Neste trabalho a História Oral é tratada como técnica, sob a corrente Temática combinada à corrente de História de Vida, valendo-se de um questionário aberto e de uma análise híbrida sobre as entrevistas, considerando como documento para tal análise o documento oral transcrito na íntegra, conforme Thompson (1992) e Queiroz (1991) defendem, e que também é realizado, de acordo com Tourtier-Bonazzi, pelo Instituto Histórico da Resistência na Toscana.

Nesta pesquisa, após a realização das entrevistas, fez-se sua transcrição na íntegra. A análise das mesmas só ocorreu após a validação por parte dos colaboradores entrevistados, cujos termos de consentimento constam nos ANEXOS B e C. A fita K7 utilizada para a gravação deverá ser destruída após cinco anos de tal validação, conforme normas do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté. A transcrição integral das entrevistas compõe os apêndices deste trabalho, como documentos históricos.

3.1.2.3. A análise

Para Queiroz (1991) o resultado de uma entrevista está muito mais relacionado à sua análise do que ao seu conteúdo. Com quem Sebe (1996) concorda afirmando que nem toda entrevista constitui História Oral.

Sendo assim, a análise da entrevista deve ser feita por um profissional que respeite a organização acadêmica, não só para que o colaborador seja preservado, mas também a credibilidade do trabalho. Para Machado (1996), a descrição não é apenas uma redação ou um relatório, e sim uma troca de informações que se constituem fundamentais para que algum problema seja resolvido ou analisado.

Um estudo de caso pode favorecer tal análise, pois especifica o tema tratado e permite que as generalidades sejam questionadas e descritas de forma mais específica.

Para Sebe (1996), as entrevistas podem ser usadas de duas formas, conforme também já foi citado: pura ou híbrida.

O uso puro da entrevista pode ser único (quando se trata de uma só entrevista) ou múltiplo (quando uma entrevista é complementada ou contrastada por outra ou outras fontes); o caso de uso híbrido implica a neutralização do testemunho oral equiparado a outras documentações escritas. (Ibid, 1996, P. 68)

A combinação de História Oral Temática e História Oral de Vida privilegia estudos em que a História Oral é tratada como técnica - e não como método, privilegia também a utilização de questionários, e o estudo Híbrido, que relaciona os documentos orais a outras fontes. Sendo assim, é importante destacar que as entrevistas foram realizadas em profundidade, pois o que se pretende é confrontar tais generalizações que muitos estudos têm apontado em relação às sociedades caiçaras. Pretende-se expor exceções, daí a amostragem pequena. A análise das entrevistas foi feita em comparação às outras fontes e à bibliografia.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O pai dos dois irmãos, o senhor Leontino Nunes de Barros, morou no bairro do Ubatumirim até a década de 1960, quando se mudou com a família para o centro da cidade, em busca de infra-estrutura para os filhos. (FERNANDES, 2007). Nesse período os filhos ainda eram crianças, inclusive os dois entrevistados. O pai dos dois irmãos enquanto no bairro, trabalhava com agricultura de subsistência e tinha a pesca como um complemento da renda. Posteriormente, quando da migração para o centro da cidade, se instalou com a família na Ilha dos Pescadores, e a pesca passou a ser a principal fonte de renda. Há aproximadamente quinze anos, devido à impossibilidade física de continuar pescando, o senhor Leontino, que foi entrevistado por Fernandes (2007) e teve sua entrevista transcrita e registrada naquele trabalho, transformou um dos quartos da casa na Ilha dos Pescadores em um pequeno comércio, no qual trabalha atualmente. Dos dez filhos do casal Leontino Nunes de Barros e Lucília Domingues Nunes de Barros, pais dos entrevistados, atualmente nenhum trabalha na área de pesca, o que pode representar uma transformação na forma do caiçara perceber e lidar com o meio ambiente.

4.1. Desconstrução – a década de 1960 e o cotidiano caiçara nos bairros

Luis Carlos Nunes de Barros (APÊNDICE A) afirma que antes da migração do bairro para o centro da cidade na década de 1960, a produção era de subsistência e baseada na agricultura:

Eu nasci no bairro sim, na Praia do Ubatumirim, e com quatro a cinco anos de idade nós nos transferimos pro centro da cidade. [...] a agricultura, na verdade, como subsistência, era simplesmente pra alimentação da própria comunidade. [...]. (APÊNDICE A)

O mesmo afirma Claudionor Nunes de Barros (APÊNDICE B): *“Ah, quando eu era criança viemos do Ubatumirim, eu tinha oito anos de idade, eu era um moleque levado, arteiro...”* (APÊNDICE B)

De acordo com Fernandes (2007), o cotidiano nos bairros distantes era visto pelos próprios caiçaras como difícil e cansativo, devido principalmente *“[...] à ausência de estradas, ausência de saneamento básico além do excessivo trabalho bruto, enfrentado diariamente pelas famílias.”* (Ibid., 2007, p. 32).

A relação com o meio limitava-se a extrair recursos naturais para subsistência, e o pouco excedente era vendido na cidade onde se comprava o que não era produzido nas roças, como o sal por exemplo.

No depoimento de Luis Carlos, a fartura é exaltada apesar do trabalho cansativo nas roças:

[...] no município inteiro a fartura era iminente, isso aí o histórico de Ubatuba diz, as fotos antigas dizem, inclusive aqui no centro da cidade, das grandes regadas que eles davam aí de pesca, na praia da frente mesmo, na cidade aqui, historicamente existe registro dessa produção surpreendente de pescado, que hoje infelizmente há escassez, e não é só em Ubatuba é no mundo inteiro, ela vem ocorrendo de maneira acentuada. Cada vez menos produção pelo próprio mal uso que ainda existe, persiste em cima da captura de peixe. [...] a agricultura, na verdade, como subsistência, era simplesmente pra alimentação da própria comunidade. [...] A moeda corrente na época era principalmente a troca e não o dinheiro em si. O dinheiro, sim, era usado pra aquilo que não era possível a troca: [...] os alimentos industrializados ou pré-

industrializados da época... sal, açúcar, algumas vezes, pouca coisa.
(APÊNDICE A)

A preservação das praias e da Mata Atlântica que cercava as moradias no bairro do Ubatumirim era consequência da relação entre estas famílias e o seu meio ambiente. A percepção deste meio como um lugar, do qual se tirava o sustento, permitia que este lugar simbolizasse a base para o cotidiano, intrínseco às práticas diárias, logo, à identidade e cultura desse grupo.

Outro fato favorável à essa preservação ambiental é a ausência de produtos industrializados, devido ao difícil acesso que esses grupos possuíam aos mesmos. Os produtos industrializados só poderiam ser encontrados na cidade, e as idas à cidade apesar de freqüentes, não permitiam tal acesso, pois tinham objetivos: suprir o que faltava no bairro, apenas isso. A pouca ambição diante da acumulação é uma característica de populações tradicionais, como já foi citado. Mas a ambição não existe porque é inerente à cultura, ou sua ausência se deve à inexistência da oferta? Afinal a cultura é a representação de práticas dinâmicas relacionadas ao meio, se o meio pouco oferece, as representações estarão pautadas nessa baixa oferta.

O fato é que a partir da década de 1960, como já foi citado, interferências externas no cotidiano dos bairros distantes se tornaram mais freqüentes. Duas formas de interferência externa podem ser citadas como de maior destaque: a especulação imobiliária e o assistencialismo. Facilitadas pelas transformações no meio, como a construção de estradas e a valorização da cidade por seus atrativos turísticos, essas interferências favoreceram a desconstrução da cultura, uma vez que ofereciam novas práticas culturais, antes não apresentadas a esses caiçaras.

Dentre essas práticas está a necessidade de alfabetização, por exemplo, muito estimulada pelas interferências assistencialistas de instituições religiosas por exemplo. Outra

prática antes não pertencente à cultura dos caiçaras dos bairros distantes é a noção de propriedade como um bem comercial. De acordo com Fernandes (2007)

[...] Nas três entrevistas realizadas com os três caiçaras, percebe-se que as terras em que eles construíam suas propriedades não eram valorizadas, principalmente por existir em grande quantidade e não haver uma fiscalização sobre as mesmas. As demarcações eram feitas por acordos, o que permitia uma sociabilidade próxima entre os indivíduos que moravam no mesmo bairro [...] (Ibid., 2007, p. 31).

Essa nova forma de perceber o território foi estimulada por especuladores imobiliários, interessados em super valorizar estas terras visando empreendimentos turísticos.

Diante desse contato com práticas antes desconhecidas, o processo de desconstrução da relação caiçara/meio ambiente se fortaleceu. O que antes era um lugar, com significados intrínsecos à cultura, passou a ter uma nova representatividade. A terra, antes base do cotidiano, passou a ser dotada de valores materiais e não mais topofílicos. A sociabilidade, antes suprida com a oralidade inter-geracional, passou a ser insuficiente diante da necessidade alfabetização dos filhos, que poderiam ter uma vida ‘melhor’ na cidade, sem o cansaço e as dificuldades da roça no bairro.

De acordo com Adams (2000), essa desconstrução da relação caiçara/meio ambiente pode comprometer seriamente os ecossistemas utilizados por estes grupos, porém a maior perda está no âmbito cultural, pois com a atribuição de novos valores culturais a sociodiversidade fica comprometida. (Ibid., 2000, p. 165).

O estereótipo de comunidades caiçaras que passam por esse processo de desconstrução coloca o caiçara de forma passiva nesse processo, como se a desconstrução se impusesse no cotidiano. Isso pode ser observado no trabalho de Arruda (1999):

[...] As populações tradicionais são colocadas perante um dilema insolúvel do ponto de vista de seus interesses e os de preservação ambiental - ou continuam “tradicionais” tendo cada vez menos condições objetivas de manter os padrões usuais de reprodução sociocultural ou são assimiladas pela sociedade dominante, dissolvendo-se como comunidades e abrindo espaço para a disseminação do modelo hegemônico de exploração e uso dos recursos naturais. [...] (Ibid., 1999, p. 88).

Porém, o que pode ser visto no trabalho de Fernandes (2007) é que a desconstrução não foi uma imposição, pelo menos não unanimemente. Houve exceções, e essas exceções são relevantes para que, através de estudos de percepção ambiental, se encontre procedimentos de preservação ambiental.

De acordo com Oliveira (2007), “[...] *Ser classificado dentro da categoria de população tradicional não assegura sustentabilidade social ou ecológica ao sistema manejado, assim como ser população não-tradicional não significa necessariamente que o manejo ambiental leve à depleção dos recursos [...]*” (Ibid., 2007, p. 14). Ou seja, as generalizações não favorecem os estudos de Percepção Ambiental, uma vez que não analisam realidades específicas. Se a desconstrução da relação homem/meio se tornar prejudicial para uma das partes, ela deve ser contida, independente da comunidade e do ecossistema envolvido. A implantação de Parques que impeçam a devastação foi uma das formas encontradas para conter esse tipo de prejuízo.

4.2. Recombinação – a década de 1960 e o cotidiano caiçara na cidade

Como já foi dito, o espaço está ligado a movimento, e o lugar a pausa. A cidade fazia parte de um movimento para o caiçara, quando da migração, ela se tornou pausa e lhe foi atribuído valor.

Fernandes (2007) defende que a migração dos caiçaras para o centro da cidade se deu de forma espontânea, não unamemente, mas em alguns casos. Isto se confirma com o depoimento de Luis Carlos:

[...] Essa imigração que houve dos caiçaras.... é... dos bairros, das praias pro centro da cidade, foi um processo quase natural pela própria necessidade de infra-estrutura. Muitos bairros não possuíam escolas, posto de saúde... nenhum deles quase possuía. [...] (APÊNDICE A)

Com a migração para o centro da cidade, a pesca se tornou a principal atividade econômica, alterando a forma como o caiçara lidava com o meio ambiente: *“A pesca de subsistência ela mantinha as famílias, não só a minha, como as demais famílias ela mantinha [...] Tanto que os caiçaras mesmo ninguém que eu saiba, morreu de fome, ou virou pedinte [...]”* (APÊNDICE A).

Vendo suas necessidades supridas na cidade, o que antes era apenas um espaço para trocas, permeado de movimento, com pouco significado, e quando este se fazia presente estava relacionado à passagem, a algo provisório, passou a ser um lugar. O lugar em que se vive, o lugar que garante o futuro dos filhos, enfim, que garante a possibilidade de uma vida melhor.

De acordo com Rossi (1995),

há em cada biografia motivo suficiente de interesse, embora toda biografia esteja compreendida entre o nascimento e a morte. É verdade que a arquitetura da cidade, a coisa humana por excelência, é o signo concreto dessa biografia, além de ser o significado e o sentimento com que a reconhecemos. (Ibid., 1995, p. 255)

Sendo assim, não só a comunidade atribui significados à cidade, como também a cidade se torna a representação de seus habitantes. É a expressão do sentimento topofílico que se desenvolve quando a cidade deixa de ser movimento para se tornar pausa, uma nova experiência.

Em relação às características do centro da cidade de Ubatuba no período da década de 1960, Fernandes (2007) destaca uma fragilidade econômica e um isolamento geográfico através de uma das entrevistas realizadas para aquele trabalho:

Aqui no Ubatuba não tinha, não tinha muita coisa, nem carro num tinha, sabe. [...] Não tinha estrada, não tinha nada, [...] Aqui no centro não tinha nada. Aqui depois de muito tempo que quem tinha um carrozinho ali era o pai do Miro ali, sabe, [...] e depois é que comçaram a fazê estrada, por lado por outro, que a estrada de Taubaté era uma estrada estreitinha, só de barro, que rodava lá pela Catuçaba. E levava seis hora pra ir em Taubaté, sabe. Seis horas de ônibus, eram dois ô nibuzinho azul assim tamanho de uma perua, sabe, e é jardinera, o nome do ônibus é jardinera. Uma ia a outra vinha, saía de Taubaté seis e meia e o daqui seis e meia, nós se encontrava em meia artura aí. [...] quando chovia o carro atolava a gente tinha que sartá pra empurrá... [...] Aonde tem a casa Bahia ali, ali era as casinha [...], que nem a feira lá em cima, sabe, tudo aberto assim. Pessoal aí de cima trazia no burro, coisa no burro, traziam alho, cebola, batata, tudo, tudo pra vende aqui, sabe. Ficava dois três dia nas casinha ali. [...] antigamente o Ubatuba era desse tamanhinho assim, só tinha a rua Maria Alves, (FERNANDES, 2007, Apêndice C)

Fernandes ainda ressalta uma especificidade da relação homem/meio: as funções femininas, que antes estavam na roça e passaram também se adaptaram à pesca:

[...] começou a aparecer aquele serviço de limpar camarão, pras mulheres, né. Daí a minha mãe começou a limpar camarão, todos nós, então era uma renda a mais. Ele [pai] pescava, a escola era perto, todo mundo ia pra escola meio período, que é a escola Esteves, e quando sobrava tempo, assim, a gente ficava ali e ganhava uns troco, entendeu. (FERNANDES, 2007, Apêndice A)

E assim novas experiências passaram a compor as práticas cotidianas, marcando a recombinação na relação do caiçara com o seu meio.

4.3. Acomodação – envolvimento, devastação: desenvolvimento

Diegues (2004) defende o fortalecimento da identidade de Populações Tradicionais, a fim de que seus membros se re-conheçam como pertencentes a ele, e, assim, mantenham suas práticas, resistindo a processos de desconstrução, e se esses forem inevitáveis, que a recombinação permita a continuidade de uma relação positiva entre a comunidade e seu meio:

O surgimento de outras identidades socioculturais, como a "caiçara", é fato mais recente, tanto a nível de estudos antropológicos quanto a nível de auto-reconhecimento dessas populações como portadoras de uma cultura e um modo de vida diferenciado de outras populações. Esse "auto-reconhecimento" é freqüentemente, nos dias de hoje, uma identidade construída ou reconstruída, como resultado, em parte, de processos de contatos cada vez mais conflitivos com a sociedade urbano-industrial, e com os "neo-mitos" criados por esta. (Diegues, 2004, p. 79).

Sendo assim, faz-se necessário a re-apresentação aos membros dessas comunidades de suas práticas, a fim de que se mantenha a identidade, ainda que recombinação a novos valores.

No caso da comunidade de caiçaras dos entrevistados, o processo de recombinação, como já foi citado, valorizou a pesca, antes complementar, como base da economia de subsistência quando a cidade deixou de ser um espaço de trocas para se tornar o lugar em que se vive, durante a década de 1960.

Mas o que se percebe nesta primeira década do século XXI é que poucos são os caiçaras que ainda trabalham com pesca:

A pesca na verdade, no Brasil inteiro e Ubatuba não é exceção... Ubatuba, por sinal, no estado de São Paulo, já foi o segundo maior produtor de pesca, só perdia pra Santos. O instituto de pesca tem a estatística de toda produção de pescado, e infelizmente, como no Brasil todo, não só em São Paulo nem em Ubatuba, a produção vem cada vez mais diminuindo significativamente, e o mundo inteiro hoje reivindica, cobra das autoridades constituídas de todos os países, um controle na extração de produtos.... é.... da produção de pescado porque só se tira sem critérios, e um dia acaba. Isso aí está mais do que provado, a cada ano vem diminuindo, de maneira que nada estranho que daqui a dez quinze anos não aconteça o que acontece, o que aconteceu nos Estados Unidos, vai chegar uma hora que vai acabar a produção e os pescadores ou vão mudar de profissão ou vão morrer de fome. Ou o poder público faz a intervenção e implanta um projeto de sustentabilidade, de

maneira que não acabe. Caso contrário a pesca cada menos torna-se um instrumento... uma profissão inviável economicamente, a não ser de subsistência, mas em termos empresariais a pesca no Brasil inteiro, infelizmente, ela está de bico n'água, vamos dizer assim... está cada vez pior e isso dessa forma nenhum investidor se habilita a investir porque é uma profissão, um ramo de atividade, é caro, oneroso e ninguém... poucos se aventuram a investir porque dificilmente dá um retorno. [...] (APÊNDICE A).

Esse abandono da atividade pesqueira por parte dos caiçaras também pode ser percebido no depoimento de Claudionor:

Hoje, na verdade eu faço um bico por aí, faço uns fretinho, uns negócio por aí... [...] Porque a pesca agora, hoje em dia, tá cada vez mais difícil. Esse negócio de meio ambiente... Eu no caso, já to perto de me aposentar, já to mais... já tenho problema de saúde pra tá praticando a pesca, já tá mais difícil... E to deixando, até aposentar... Depois vamos ver o que a gente faz, né... [...] Da faixa etária de idade minha... Muitos já se aposentaram, muitos tão deixando por problema de saúde também. Mas tem uma criançada, novo, que alguns tão começando agora, né... Porque parar não pára de vez, né, mas... sempre vai ter alguém... Eu, no caso, se eu tivesse filho homem, pra pôr na pesca eu não botaria, não deixaria mais. [...] Porque não compensa mais. (APÊNDICE B)

Ao ser indagado sobre essa ausência de estímulo em continuar na atividade pesqueira, Claudionor destaca, dentre outras razões as ações da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, que ele trata apenas como termo 'meio ambiente':

[...] A pesca tá um órgão cada vez mais difícil, mais complicado. Tudo aperta de todo jeito: é a fiscalização, a pescaria ruim, o governo manda fechar a pesca por três quatro meses e não bancam os pescadores do jeito que tem que ser, é tudo complicado. Então, cada vez, cada ano que passa tá complicando mais. A tendência, no futuro, é a pesca artesanal acabar, essa é a verdade. Vai ficar os grandes e amadores... Aqui vai acabar... [...] (APÊNDICE B)

Percebe-se que neste processo de acomodação, o caiçara se distanciou do meio ambiente natural, passando a valorizar mais o ambiente construído da cidade, a ponto de abandonar, por razões já citadas e conscientes desse abandono, atividades que já foram base de sua economia, como a pesca e a agricultura.

Para Luis Carlos (Apêndice A)

[...] essa imigração dos caiçaras das praias para o centro [...] foi um processo que se alongou durante vários anos. E esses caiçaras foram vindo para o centro, e depois foram voltando para os bairros, mas os bairros periféricos ao

centro, tá, no entorno do centro. Tanto que hoje se for procurar caiçara no centro da cidade... é... extinção... os poucos que existem.... quer dizer, noventa e nove por cento com certeza não são caiçaras. São imigrantes que vieram pra cá, comerciantes que se estabeleceram ou residentes.... sempre imigrantes. Caiçaras são escassos, são raros, quase que não existem mais. (APÊNDICE A)

De acordo com Arruda (1999):

[...] Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas. Exemplos empíricos de populações não-tradicionais são os fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos, empresários, empregados, donos de empresas de beneficiamento de palmito ou outros recursos, madeireiros, etc. (Ibid., 1999, p. 92).

Sendo assim, o caiçara já não pode mais ser considerado uma população tradicional a partir do momento que não tem mais intrínseco à sua identidade o envolvimento com o meio.

4.3.1. Envolvimento

A valorização do meio em relação à sociedade tem se intensificado, principalmente a partir das últimas décadas do século XX. Porém, em muitos estudos o termo desenvolvimento tem se colocado em oposição à essa valorização do meio, conseqüentemente à sua preservação.

De acordo com Tauk-Tornisielo (1995):

A qualidade ambiental de um ecossistema expressa as condições e os requisitos básicos que ele detém, de natureza física, química, biológica, social, econômica, tecnológica, cultural e política, de modo a que os fatores ambientais que o constituem, em qualquer ambiente, 1. possam exercer efetivamente as relações ambientais que lhes são naturalmente afetas, necessárias à manutenção e sua dinâmica e, por conseguinte, da dinâmica do ecossistema de que fazem parte, bem como 2. detenham a capacidade complementar de auto-superação, que os permita desenvolver novas estruturas relacionais e promover aleatoriamente, desdobramentos ordenados da complexidade do ecossistema. Em suma, a qualidade ambiental é o resultado da dinâmica 1. dos mecanismos de adaptação e 2. dos mecanismos de auto-superação dos ecossistemas. Assim, com base na teoria sistêmica da evolução, a qualidade ambiental é o resultado da ação simultânea da necessidade e do acaso.” (Ibid., 1995, p. 17)

Ou seja, o envolvimento com o meio garante a qualidade ambiental para as partes envolvidas - no caso a comunidade e o território, ou o lugar na melhor das hipóteses - se pensarmos que envolvimento implica em comprometimento, e conseqüentemente dependência.

Ainda citando Tauk-Tornisielo (1995),

Ao longo do tempo, em diferentes regiões e culturas, as condicionantes das atitudes do homem no ambiente variam em grande escala. O homem enfrenta e reage ao meio natural segundo sua cultura, posicionamento e preparo político-social. [...] (Ibid., 1995, p. 108)

Sendo assim, o envolvimento com o meio é também uma prática cultural, como já foi citado, e acontece quando o homem desenvolve sentimentos topofílicos tornando o ambiente num lugar.

Quando o envolvimento se torna exacerbado por uma das partes, inevitavelmente a outra parte será prejudicada, tendo em vista o desequilíbrio provocado por esse processo de exacerbação. Exemplo desse desequilíbrio é a retirada ilimitada de recursos naturais em benefício do homem, o que altera o ecossistema, muitas vezes habitado por ele. Esse desequilíbrio também é tratado como devastação.

4.3.2. Devastação

Em muitas regiões do Brasil, a implantação de Parques e Reservas tem expulsado comunidades autóctones de seus espaços, com o objetivo de preservar áreas consideradas fundamentais para as Unidades de Conservação. Tais ações colocam o homem separado do meio, como se a interferência do primeiro no segundo fosse absolutamente negativa.

De acordo com Arruda (1999),

[...] Embora estas populações corporifiquem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente, vêm sendo persistentemente desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer à elaboração das políticas públicas regionais, sendo as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental. (Ibid., 1999, p. 83)

O que se confirma no depoimento de Claudionor:

[...] O pescador não é bandido. É trabalhador, não é bandido. Isso aí a gente acha tudo errado, né... [...] Esse pessoal do ‘meio ambiente’ hoje em dia tá apertando o cerco pra todo lado, não só na pesca como na agricultura. Você vê por aí que o cara não pode cortar um galho de árvore pra plantar um feijão, que já é preso, é multado, é tudo. O pescador tá na mesma situação. [...] vai fazer uma pesquisa com o pai, o avô, com quem sabe que a pessoa já é do ramo.... tinha que fazer uma pesquisa melhor. Não é dar licença pra todo mundo, que eu acho que isso também não deve ser feito. [...] Mas devia ser um negócio mais aprofundado. [...] (APÊNDICE B)

De acordo com Arruda, o modelo de preservação adotado no Brasil está relativamente adequado aos Estados Unidos da América, onde existem grandes áreas desabitadas devido à sua história de extermínio a populações autóctones durante o período de colonização e expansão territorial. O que não ocorre no Brasil, onde ainda existem populações de contato em áreas de potencial preservação. Preservação esta que tem como objetivo, em muitos casos mas não unanimemente, o benefício de populações urbanas através do turismo ecológico. Como se a preservação do ambiente natural fosse necessária apenas às populações urbanas, mas não às populações locais. (Ibid., 1999, p. 84).

Quando as populações resistem e permanecem, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Ao invés disso, passa a ocorrer uma “criminalização” dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades. A caça, a pesca, a utilização de recursos da floresta para a manufatura de utensílios e equipamentos diversos, a feitura das roças, a criação de galinhas ou porcos, o papagaio na varanda, a lenha para cozinhar e aquecer, a construção de uma nova casa para o filho que se casou, etc., tudo isso é, de uma penada jurídica, transformado em crime e seus praticantes perseguidos e penalizados. Ao mesmo tempo, são instados a proteger e respeitar o meio ambiente, sendo encarados como os principais responsáveis (e não o modelo urbano-industrial em expansão) pelo futuro da humanidade, coorporificado na preservação da área em questão. (Ibid., 1999, p. 84)

Talvez o conceito de devastação deva ser discutido, assim como os impactos de tal degradação. Para Martinez (2006)

Trata-se [...] de uma forma de exploração dos recursos naturais, marcada, fundamentalmente, pelas características: 1) utilitarismo exacerbado, de caráter predatório, perdulário, dilapidador e destrutivo; 2) drásticas intervenções nos ecossistemas, com impactos ecológicos muitas vezes irreversíveis e que levam ao abandono ou estagnação das atividades econômicas (processos erosivos, perdas na biodiversidade, comprometimento de mananciais, contaminação); 3) fins mercantis, com rendimentos imediatos e elevados no curto prazo; 4) indiferença e ausência de racionalidade na manutenção de estoques dos recursos explorados. [...] (Ibid., 2006, pp. 67-68)

Sendo assim, devastar implica em desequilibrar a relação homem/meio. Tornar o envolvimento com o meio, intrínseco à cultura, negativo para uma das partes, no caso, para o meio.

Uma das características mais discutidas desse desequilíbrio é a poluição: “A poluição é um fenômeno que pode ser definido como a presença de substâncias ou efeitos físicos estranhos a um determinado ambiente, em quantidade tal que afete o seu equilíbrio [...]” (LAGO, 1985, p. 78). Afetado o equilíbrio a degradação do meio se torna consequência imediata, uma vez que sua composição e funcionamento estão comprometidos.

Cabe ressaltar que o comprometimento do meio acontece quando as

transformações ocorridas no mesmo o degradam, ou seja, quando as transformações sugerem o desequilíbrio. Pois, de acordo com Arruda (1999) “[...] a idéia de sustentabilidade apontando na preservação de um ecossistema querendo eternizar a sua estabilidade pode ameaçar a elasticidade do mesmo e os seus potenciais desenvolvimentistas característicos dos sistemas vivos.” (Ibid., 1999, p. 88). Ou seja, da mesma forma que a cultura passa por processos de recombinação, o meio passa por transformações, que podem não ser negativas quando o equilíbrio permanece.

Para Ribeiro (2003)

Muitos autores têm apontado que grupos ou comunidades localizadas de agricultores, adaptados ao meio em que vivem, aos recursos que exploram e à cultura que construíram, são eficientes gestores dos recursos naturais, capazes de criar técnicas sustentáveis de produção e normas eficazes de gerência do meio. [...] Seus sistemas produtivos costumam ser considerados ineficientes por cientistas e técnicos; no entanto, a insistência em transformá-los em modernos agricultores esbarra em sólidas barreiras culturais, que persistem ao lado dos regimes específicos de apropriação de recursos e terras. (Ibid., 2003, pp. 134-135)

Para Luis Carlos (Apêndice A), o caiçara tem consciência que o ambiente precisa ser preservado:

[...] vários pescadores, quando chegam eles trazem o lixo gerado pelo uso deles. Eles trazem e colocam na lixeira. Trazem sacos, pedaços de rede que cortam no mar... Então hoje acho que isso já é um conceito. Hoje dificilmente, eu pelo menos não vejo, pescador jogar óleo no mar. Eles têm um conceito criado [...] (APÊNDICE A).

A relação entre o caiçara e o meio ambiente, essencialmente, é marcada pelo envolvimento entre as duas partes, e conseqüente equilíbrio. Porém, durante o processo de acomodação esse equilíbrio foi alterado, visando o desenvolvimento de tais comunidades.

Para Viana (1999):

Envolver [...] é a antítese de desenvolver. Está o conceito de “desenvolvimento” equivocado? [...] poderíamos dizer que desenvolver uma pessoa ou comunidade significa retirá-la do seu invólucro ou contexto ambiental; descomprometê-la com o seu ambiente.[...] Por envolvimento sustentável poderíamos entender o conjunto de políticas e ações direcionadas para fortalecer o envolvimento das sociedades com os ecossistemas locais, fortalecendo e expandindo os seus laços sociais, econômicos, culturais,

espirituais e ecológicos; com o objetivo de buscar a sustentabilidade em todas essas dimensões. (Ibid., 1999, p. 242-243).

Os impactos da devastação devem ser analisados tendo como foco da análise a relação homem/meio. Se tal relação estiver equilibrada, o desenvolvimento deixa de ser a antítese de envolvimento para se tornar síntese do processo no qual o envolvimento é a tese e a antítese é a devastação.

4.3.3. Desenvolvimento

O termo desenvolvimento está relacionado à evolução, mas nem sempre ligado à progresso, e sim à capacidade de adaptação, pois as transformações no ambiente e na cultura são constantes. Quando a adaptação é contínua e o equilíbrio na relação homem/meio se mantém, este desenvolvimento é considerado sustentável, pois é capaz de ser sustentado e mantido continuamente, apesar de ser consequência de uma relação dinâmica.

É interessante notar que mesmo com a valorização crescente das práticas de populações tradicionais relacionadas ao meio, tais práticas têm sido analisadas sem profundidade, o que torna os estudos ineficazes quando buscam alternativas para um possível desenvolvimento sustentável.

O conceito Desenvolvimento Sustentável tem se tornado a palavra-chave para essa valorização crescente de práticas culturais. Sobre o uso deste termo, Viana (1999) afirma:

Um dos entraves à implantação do conceito de desenvolvimento sustentável é a distância dos tomadores de decisão em relação à realidade. Parte significativa dos ecossistemas naturais remanescentes do Brasil encontra-se em áreas habitadas por populações tradicionais (índios, caiçaras, quilombolas, caboclos, ribeirinhos e extrativistas). São raríssimos os técnicos e autoridades que conhecem a ecologia dos ecossistemas naturais e a realidade das populações tradicionais que vivem nessas áreas. Mais raro ainda são os que analisam os fatos de forma participativa, ouvindo e escutando a perspectiva das comunidades tradicionais onde se dão as ações direcionadas ao desenvolvimento sustentável. Como resultado, as decisões são tomadas com base em informações e interpretações equivocadas. (Ibid., 1999, p. 241).

Esta distância entre os tomadores de decisão e as comunidades envolvidas nas decisões tomadas já foi citada no item anterior, porém cabe ressaltar que muitas dessas decisões, como a criação de Parques e Reservas além de outras legislações que inibem a exploração do meio, não levam em consideração o cotidiano e as práticas de tais comunidades. De acordo com a entrevista de Luis Carlos (Apêndice A):

[...] A sustentabilidade do meio ambiente, na verdade, nada mais é do que o convívio em harmonia do homem com o meio ambiente, preservando e utilizando. Infelizmente existe um desvirtuamento, a meu ver, desse

conceito, porque fala-se em sustentabilidade mas na verdade quase que existe uma corrente de ecologistas, que pra mim na verdade são ecoloucos... que defendem conceitos que não são praticados em nenhum lugar do mundo [...] a harmonia que tem que existir, a sustentabilidade é justamente isso, é o homem usufruir dos recursos naturais com limites de exploração, e aí válidos na pesca, na agricultura e assim por diante, tá... de maneira que isso torne a sustentabilidade viável. Quer dizer, não é só preservar e morrer de fome, tá... [...] (APÊNDICE A)

Sendo assim, se o desenvolvimento é impedido pela preservação, e esta não tem a função de colaborar para o equilíbrio da relação homem/homem, não há razão para preservar, a menos que a memória seja estimulada e os símbolos sejam re-apresentados. Porém, o processo de re-apresentação deve ser profundo e suprir necessidades culturais e ambientais, pois a preservação deve respeitar as transformações tanto na cultura como no ambiente. Para Rossi (1995)

[...] Há, nas conservações ambientais, uma espécie de naturalismo urbano; admito que este possa dar lugar a imagens sugestivas e que, por exemplo, a visita a uma cidade morta [...] pode ser uma experiência única, mas estamos, nesse caso, totalmente fora de um passado que ainda experimentamos. (Ibid., 1995, p. 56).

Ou seja, se o símbolo perdeu sua representatividade, a preservação do mesmo perde seu sentido, que é atribuir valor a espaços diante da experiência humana com o meio.

Para Dias (1994), o desenvolvimento sustentável é consequência do envolvimento positivo do homem com o meio em que está, não só o ambiente natural, como também o ambiente construído:

[...] defino desenvolvimento como a criação de condições tendentes à produção do ser humano em sua integridade. É, portanto, um processo, e o sucesso resultante incorpora objetivos, destina-se a certos fins. E o desenvolvimento econômico e material é visto como um elemento importante, mas em si insuficiente, para a promoção do desenvolvimento humano. Como envolvimento defino as articulações do ser humano com o ambiente que o cerca: seu comprometimento e os cometimentos correspondentes. E, ao falar em ambiente, não falo só do meio natural, que precede, condiciona, e afinal sucede ao homem. Falo também do ambiente que procede do homem, fruto das relações que ele entretete com o entorno e consigo mesmo. (Ibid., 1994, p. 54)

De acordo com Setti (1985), “[...] *O caiçara está bastante preso ao símbolo; [...]*” (Ibid., 1985, p. 21), mas as representações do caiçara mudaram no processo de acomodação. Alguns dos motivos de tais mudanças já foram citados, como as novas necessidades apresentadas a partir do contato com outras práticas, principalmente a partir da migração para o centro da cidade. Mas um aspecto ainda não abordado, porém citado na entrevista de Luis Carlos (Apêndice A) é a imigração interestadual:

[...] houve sim um povoamento desordenado, em função da imigração de fora, além da estrutura básica existente, principalmente no que se refere a saúde e educação, e essa imigração, a meu ver, deve ser controlada, deve ser projetada pra evitar o que está acontecendo hoje em relação ao passado. Quer dizer, a necessidade hoje é muito maior, as necessidades hoje mínimas, básicas do ser humano pra sobrevivência, são muito maiores que antes, fruto dessa imigração desordenada. E junto com ela infelizmente há criminalidade, a marginalidade que é consequência... porque Ubatuba desde os tempos históricos até hoje ela não gera empregos, ou gera muito poucos empregos, a maioria absoluta é economia informal, é de subsistência e informal. Isso daí acarreta diversos problemas aos olhos públicos, é uma sobrecarga de encargos pro serviço público que é difícil suportar. [...] O poder público foi omissivo durante muitos anos, e vem pagando o custo dessa ocupação desordenada. A ocupação em encostas, na verdade, acaba sobrando pra todos os contribuintes, né... que são quem pagam as contas. Quer dizer, quando chove quem tem que alojar os desabrigados? É o poder público. Quando cai o barraco? É o poder público que tem que socorrer. E a defesa civil e o corpo de bombeiros não param de trabalhar em função dessa ocupação desordenada. [...] (APÊNDICE A).

É a mistura social entre os caiçaras e outras comunidades que imigram para Ubatuba-SP, uma simbiose. Imigração esta que não é contida nem controlada pelas administrações da cidade.

De acordo com o site *Litoral Virtual*, a prefeitura de Ubatuba começou um projeto de congelamento de áreas habitacionais irregulares em 2005.

O Parque Guarani, que abriga hoje mais de 330 famílias, foi o primeiro núcleo habitacional de Ubatuba a ser regularizado. Projeto piloto do Programa de Regularização Urbanística e Fundiária de Ubatuba, o Parque Guarani já passou por várias etapas dentro de processo de regularização: levantamento topográfico, desafetação da área, sendo transformada na primeira ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) de Ubatuba; individualização da energia elétrica e água tratada; memorial descritivo individualizado de todos os lotes, além dos projetos de recuperação da área de preservação permanente e de arborização de todo o bairro. Por último, foi feito o projeto construtivo das 48 unidades habitacionais que o Parque Guarani irá ganhar e cuja obra já foi iniciada. São para estas casas

que as famílias que residem hoje nas áreas de risco do núcleo serão transferidas. [...] os moradores do bairro receberam cursos de geração de renda, sendo um deles, pioneiro, que foi o de elétrica residencial, promovido em parceria com a Elektro. (<http://www.litoralvirtual.com.br>).

O processo de congelamento de áreas habitacionais irregulares tem a finalidade de impedir a expansão de tais áreas, geralmente habitadas por imigrantes. Porém trata-se de um processo lento e cuidadoso, que não tem atingido a raiz do problema, que é a chegada desses imigrantes. Por enquanto a atuação da Prefeitura está apenas no tratamento das áreas irregulares, e tentativa de impedir que estas se ampliem.

A questão do desemprego foi citada nas entrevistas, em parte como consequência do crescimento habitacional desordenado na cidade, e em parte como consequência da falta de investimento e infra-estrutura. De acordo com Claudionor (Apêndice B):

[...] emprego não tem aqui em Ubatuba. A não ser a Prefeitura, os que já têm algum emprego fixo e acabou. [...] Então o pescador aqui em Ubatuba vive da pesca ainda, [...] Eu acho que o que tinha que acontecer é incentivar a pesca pra melhorar, e não acabar. [...] Tinha que incentivar a melhorar a pesca cada vez mais. Equipar o pescador, equipar a área de pesca... Falta muita coisa pra pesca, falta estrutura. O pescador precisa de um posto de gasolina pra óleo diesel, e o cara não consegue montar o posto por causa de burocracia do meio ambiente, [...] Gelo também é uma burocracia pra pegar gelo aí. [...] Ubatuba tinha que investir em turismo, mas não investe nada em turismo aqui. Pelo que eu vejo aqui, não tem nada pro turista aqui. O turista vem pra Ubatuba na época do verão pra ir pra praia, no inverno não vem ninguém, [...] O mercado de peixe é uma estrutura boa. É um mercado feito pro pescador artesanal, só que tá aumentando. Aumentou o número de... na verdade não aumentou o pescador, entrou atravessador no meio, a verdade é essa aí. [...]. (APÊNDICE B).

Claudionor afirma que os pescadores são caixas, mas muitos atravessadores não, e acabam aumentando o contingente de usuários do mercado de peixe, cujo objetivo é colaborar com os pescadores autóctones.

Na entrevista de Luiz Carlos (Apêndice A) a questão do desemprego também é salientada:

O desenvolvimento da cidade, tá, dentro de um planejamento, a meu ver, deve ser pensado nos seguimentos possíveis e existentes em qualquer economia: o comércio, a indústria e o serviço. Indústria em Ubatuba é completamente inviável, a não ser as pequenas indústrias familiares, de

pouca produção, de sustentabilidade familiar, nada mais do que isso. È sonho de alguém, loucura mais que sonho de alguém pensar que um dia vai vim uma indústria, tá, que vai gerar emprego qualitativo.... isso é sonho, é loucura, impraticável. O comércio existe, um comércio pequeno, precário, até em função de renda da população... não tem muito potencial de crescimento não. Agora, a meu ver, o grande seguimento, forte e promissor é o seguimento de serviços... serviços diversos, principalmente os ligados ao turismo. Isso aí todo mundo comenta, fala o tempo todo, se discute, mas nunca se chega a uma conclusão final no sentido de um planejamento, um ordenamento que gera principalmente da parte educativa voltada a este seguimento. Hoje, se Ubatuba recebesse hoje um turista estrangeiro aqui ele vai ficar incomunicável nas ruas porque ninguém fala um inglês, não tem sinalização em inglês, poucos folders e catálogos existem em outra língua que não o português. [...] é a falta de planejamento que existe. [...] (APÊNDICE A).

Percebe-se que a visão de Desenvolvimento está presente na mentalidade do caiçara de Ubatuba, se não de forma geral, de forma pontual. O processo de acomodação tornou o caiçara parte de uma população urbano-industrial, conseqüentemente, suas necessidades e suas características de população tradicional se desconstruíram, se recombinaram e se acomodaram em um novo modelo, com exceção de pequenos grupos ainda isolados em bairros distantes, mas com práticas questionáveis em sua essência.

Portanto, a relevância do estudo de populações tradicionais para o desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo deve incluir as transformações e buscar a essência das práticas a fim de buscar a síntese do processo de envolvimento com o meio.

De acordo com Moreira (2007):

[...] As populações tradicionais se inserem nos debates em torno da biodiversidade a partir da tentativa de superação das teses preservacionistas fundamentadas em estratégias de separação entre homem e natureza [...] a estratégia de uso sustentável dos recursos naturais permite inserir os povos tradicionais como atores primordiais da proteção da biodiversidade. (Ibid., 2007, p. 36-37).

Isso pode ocorrer desde que se busque a relação homem/meio em sua essência. No trabalho de Lago (1985), este autor discorre sobre o termo desenvolvimento ao longo da história da humanidade, e defende que o desenvolvimento humano em detrimento do desenvolvimento do meio, especificamente do meio natural, teve avanços consideráveis,

principalmente no que diz respeito aos avanços produtivos, a partir da Revolução Industrial:

Mesmo em sociedades pré-capitalistas mais desenvolvidas, como as da antiguidade clássica, que já apresentavam um grau considerável de avanço urbano e comercial, o nível de desenvolvimento produtivo populacional era ainda pequeno o suficiente para não ameaçar de forma generalizada o equilíbrio do meio natural [...] Com a ruralização da economia na Idade Média, o impacto destrutivo da ação humana não avançou em demasia, mantendo-se em nível suportável, [...] Ao longo da história pré-capitalista, portanto, o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas permitiu que se mantivessem a falsa impressão da existência de recursos naturais em quantidade ilimitada, para suprir o crescimento permanente das sociedades humanas. (Ibid., 1985, pp. 31-32).

E:

[...] O crescimento industrial voltado para a produção opulenta é o que vem sendo chamado de um 'mau desenvolvimento'. Ele cria uma falsa impressão de progresso e agrava, ao invés de atenuar, os problemas sociais, urbanos e ambientais. Ele dilapida recursos naturais que deveriam ser utilizados para o verdadeiro avanço do bem-estar coletivo. (Ibid., 1985, p. 54).

Por isso, Lago defende que a escolha entre as várias alternativas tecnológicas para o desenvolvimento social sem o prejuízo do meio está intimamente ligada à visão cultural desta sociedade, portanto à sua relação com o meio. Ou seja, o meio deve representar algo para o indivíduo e para a coletividade a fim de que seja preservado. De acordo com Ferrara (1996), isso não ocorre se “[...] o espaço público não é percebido como coletivo, como o lugar de práticas associativas e o indivíduo resiste a organizar-se como cidadão.” (FERRARA, 1996, P. 75).

De acordo com Bosi (1987), “*Aprender o que somos, o que nos estamos tornando agora e o que podemos fazer, mediante um conhecimento histórico-comparativo denso e justo, é ainda a tarefa prioritária das ciências humanas no Brasil. [...]*” (Ibid., 1987, p. 15). Sendo assim, o estudo da relação homem/meio ambiente sob o viés historiográfico e das ciências humanas com um todo, tem muito a contribuir para o aprendizado humano para o desenvolvimento sustentável.

A relação caiçara/meio ambiente tem sido alterada, e a não valorização de práticas essencialmente caiçaras, como o envolvimento com o meio ambiente, e a percepção desse meio ambiente como um lugar intrínseco a cultura, tem promovido o enfraquecimento da identidade local, bem como a devastação e conseqüente degradação do espaço.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que o envolvimento do caiçara com o meio já aconteceu. O fato é que com a alfabetização, a oralidade deixou de ser ferramenta para o fortalecimento da identidade e das práticas culturais.

Durante o processo de acomodação, o caiçara deixou de valorizar a memória de seu relacionamento com o meio, anterior ao processo de desconstrução. Daí a importância de estudos aprofundados sobre percepção ambiental: trata-se não apenas de uma busca de alternativas para o Desenvolvimento Sustentável de uma sociedade em geral, mas também de uma re-apresentação de culturas e identidades que tiveram seu relacionamento com o meio alterado de forma negativa, a fim de reverter esse processo, ou torná-lo positivo novamente, mesmo que de forma diferente. Os sentimentos topofílicos devem ser estimulados a fim de que espaços se tornem lugares, e passem a ser preservados como tal, e não o contrário. O problema é que o movimento tem superado a pausa, e o espaço não tem tempo de se tornar lugar, o que impede sua valorização e consequente preservação.

Isso pode ser observado não só pela migração dos caiçaras para o centro da cidade, mas também pela imigração interestadual, que torna a população heterogênea e, feito de forma desordenada, não cria vínculos entre esta população e o meio ocupado.

Há atualmente movimentos isolados em alguns bairros da cidade de Ubatuba-SP, inclusive no Ubatumirim, de manter as práticas anteriores ao processo de desconstrução. Porém esses movimentos valorizam apenas algumas práticas, artesanatos como as cestarias por exemplo, e a Festa do Divino, que também já não se apresenta em sua essência – quando tinha o objetivo de fortalecer a relação da comunidade com o sobrenatural, e sim como atração turística.

A sociabilidade e o envolvimento com o meio também não são contemplados em grande parte dos trabalhos relacionados à essas populações tradicionais de caiçaras em Ubatuba-SP, e quando o são, a análise sobre os mesmos limita-se a descrição dos fatos e não à reflexão e apropriação dos mesmos de forma recombinação.

A preservação das práticas não deve visar a estagnação das mesmas, mas sim sua adaptação às transformações culturais de forma positiva. Por isso o processo de acomodação é uma permanência: uma continuidade da recombinação após a desconstrução. A relação homem/meio permanece sofrendo alteração, mas permanece. O passado é experienciado todos os dias, mas de formas diferentes, de acordo com as alterações culturais, pois as práticas são dinâmicas. O dinamismo não implica em perdas, mas em descontinuidades e recombinações que podem ser profícuas a uma cultura, desde que esta mantenha suas relações – entre o homem e o meio, entre o homem e a comunidade, entre o homem e o sobrenatural, entre o homem e o próprio homem - de forma positiva, mesmo que expressados de forma diferentes.

Essas relações colocam o indivíduo na sociedade, e co-responsável pelas ações da mesma. Sendo assim, o caso das alterações nas práticas culturais de populações tradicionais geralmente implica em tornar responsabilidades antes familiares em responsabilidades públicas, cabendo também ao governo responder por elas. O problema é que a migração da esfera familiar para a esfera pública limita a cidadania de muitas dessas famílias, pois percebem no suprimento de suas necessidades um favor e não uma obrigação, e percebem no voto uma resposta em gratidão a este favor, perdendo sua independência enquanto cidadãos.

Pode-se considerar que a reflexão sobre o estudo e a análise de processos ambientais, envolvidos no cotidiano caiçara, podem contribuir para uma análise do processo social de mudanças deste grupo, a fim de valorizar sua identidade e favorecer iniciativas que atuem na área de conscientização e posteriormente da ação na relação caiçara/meio ambiente,

preservando o grupo social e seu espaço, respeitando as alterações no grupo social e no ambiente construído a que pertencem.

A cultura caiçara não é estática, como nenhuma outra cultura. Esta transformação cultural implica não só nas mudanças de práticas religiosas, mas também sociais e políticas. Implica, ainda, na forma como este “caipira do litoral” lida com o meio ambiente.

Principalmente a partir da década de 1960, a relação caiçara/meio vem sendo focada principalmente na pesca. Isso transforma práticas antes relevantes em lembranças ou atrativos turísticos – patrimônio imaterial. Mas talvez um fator negativo desta mudança seja a estatização da instituição dessas novas práticas como únicas e permanentes.

Dentre as práticas desvalorizadas no ambiente caiçara pode-se citar a socialização das rodas de conversas, danças, agricultura de banana e palmito pupunha. Esta última talvez seja a de maior relevância, não pelas suas características específicas enquanto prática agrícola, mas como prática cultural.

Tais plantações quase se extinguíram por diferentes fatores, dentre eles destacam-se as leis ambientais que entraram em vigor em meados de 1960 e início de 1970; a abertura da Rodovia Rio-Santos; a migração de caiçaras de bairros afastados para o centro; além do incentivo a novas práticas relacionadas a iniciativas políticas de urbanização da cidade.

É importante salientar que a extinção das plantações e outras práticas culturais não se deu unicamente pelos fatores citados, mas pelas conseqüências dos mesmos, sendo a principal delas o estímulo e o contato com outras culturas, materializado principalmente em práticas como a especulação imobiliária e o assistencialismo.

Ocorre que esta mudança nas práticas tem afetado diretamente o cotidiano, não só do caiçara, mas dos moradores de Ubatuba de uma forma geral. A desvalorização do espaço tem crescido, e a degradação do ambiente, criticada por ser uma prática característica de

turistas e veranistas que freqüentam a cidade, tem sido percebida no cotidiano dos próprios moradores e caiçaras, que têm esquecido sua relação original com o meio em que vivem.

A História torna-se relevante neste estudo, pois permite a contextualização e o estudo desse processo social de mudanças, que tem afetado o meio ambiente da cidade de Ubatuba e conseqüentemente sua população. Torna-se necessário expor este estudo a fim de contribuir para futuras políticas públicas desenvolvidas a partir de análises profundas, atingindo a raiz dos problemas ambientais, pois muitas iniciativas têm priorizado conseqüências do problema ambiental, e acabam por resolvê-los de forma superficial, sem abranger suas causas.

Pode-se considerar que a valorização de iniciativas que atuem na área de conscientização, e posteriormente da ação, devem ser priorizadas nas políticas públicas locais. Percebe-se que existe uma dificuldade na valorização do meio, talvez pela abundância de recursos naturais. Essa desvalorização provoca ações danosas, como poluição de rios, mangues, matas ciliares entre outros ambientes característicos de populações litorâneas.

Pode-se finalmente considerar que a falibilidade das Ciências Ambientais, especificamente focadas no campo biológico da preservação da natureza, está principalmente em tratar a espécie humana como um corpo estranho em qualquer meio. Daí a riqueza em se tratar a problemática ambiental de forma multi e interdisciplinar, pois ao analisar os mesmos problemas ambientais sob o prisma das Ciências Humanas, especificamente da História, percebe-se que a relação homem-meio é inevitável e pode se tornar positiva quando estudada e planejada.

É importante, ainda, destacar a importância da metodologia histórica, que favorece o conhecimento dessas comunidades tradicionais, que possuem poucos documentos escritos e precisam ter valorizados seus conhecimentos orais e inter-geracionais. A metodologia da História Oral permite registrar tais conhecimentos em benefício de uma análise profunda

dessas comunidades, o que pode trazer informações favoráveis para a sustentabilidade como um todo.

FONTES

Acervo de Recortes da Biblioteca Municipal de Ubatuba-SP.

Memorial Ciccillo Matarazzo – em Ubatuba-SP.

SÃO PAULO, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, processo n.º 89709/03.

SITES

<http://www.ambiente.sp.gov.br/> - acessado em 18/09/2009.

<http://www.braziltour.com/site/br/cidades/> - acessado em 20/09/2009.

<http://www.camaraubatuba.sp.gov.br/> - acessado em 10/09/2009.

<http://www.fundart.com.br/> - acessado em 08/09/2009.

<http://www.litoralvirtual.com.br/> - acessado em 17/09/2009.

<http://www.ubatuba.sp.gov.br/> - acessado em 10/09/2009.

<http://www.usp.br/nupaub/> - acessado em 12/06/2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Cristina. **As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar.** *Rev. Antropol.*, 2000, vol.43, no.1, p.145-182. ISSN 0034-7701

ALMEIDA, Fernando Azevedo de. **O Franciscano Ciccillo.** São Paulo: Pinoneira, 1976.

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. coords. **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- ARRUDA, Rinaldo. **"Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação.** *Ambient. soc.*, Dez 1999, n.º.5, p.79-92. ISSN 1414-753X
- BANDUCCI, Alvaro Jr. MARRETTO, Margarita (Orgs.). **Turismo e identidade local – uma visão antropológica.** Campinas, SP: Papirus, 2001. – (Coleção Turismo)
- BEZERRA DE MENEZES, U. **Identidade Cultural e arqueologia.** In: **Cultura Brasileira – Temas e situações.** São Paulo: Ática, 1987.
- BOSI, Alfredo. org. **Cultura Brasileira – Temas e situações.** São Paulo: Ática, 1987.
- BRAUDEL, Fernand. No Brasil Baiano: O Presente explica o passado. In: *Escritos Sobre a História.* São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia.** Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- DIAS, Armando M. **Envolvimento e Desenvolvimento: Introdução à simpatia de todas as coisas.** In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.) **DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: Estudos para uma sociedade sustentável.** INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil, 1994.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **A Interdisciplinaridade nos Estudos do Mar: O Papel Das Ciências Sociais.** Conferência proferida na XV Semana de Oceanografia, Instituto Oceanográfico da USP, Outubro, 2003.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **As Populações Tradicionais: Conflitos e Ambigüidades.** In: O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: NUPAUB, USP. 5ª ed., p. 66-88, 2004.
- FERNANDES, Joice. **Memória Caiçara: impressões da Ubatuba de 1960.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Departamento de Ciências Sociais e Letras, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2007.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **As cidades ilegíveis – Percepção ambiental e cidadania.**

In: DEL RIO, Vicente, OLIVEIRA, Livia. *Percepção Ambiental: a experiência brasileira.* São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Paulo, 1996.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRAÇA, Idalina. **Bom dia, Ubatuba.** São Paulo: Vida, s/d.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

LAGO, Antônio. **O que é ecologia.** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

LE GOFF, Jean Jacques. **História e Memória.** Lisboa: Edições 70, 1982.

LE GOFF, Jean Jacques & NORA, Pierre. **História: novos problemas, novas abordagens e novos objetos.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1988.

LIMA, Solange Terezinha de. **Percepção Ambiental e Literatura: espaço e lugar no Grande Sertão: Veredas.** In: DEL RIO, Vicente, OLIVEIRA, Livia. *Percepção Ambiental: a experiência brasileira.* São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Paulo, 1996.

MACHADO, Lucy Marion C. P.. **Paisagem Valorizada – A Serra do Mar como Espaço e como Lugar.** In: DEL RIO, Vicente, OLIVEIRA, Livia. *Percepção Ambiental: a experiência brasileira.* São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Paulo, 1996.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **Caiçara: terra e população – estudos da demografia histórica e da história social de Ubatuba.** São Paulo: Paulinas e CEDHAL, 1986.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **Existe uma Historiografia Ambiental Brasileira?** São Paulo: ANPUH/SP-UNICAMP, 2004. Texto integrante dos *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História.*

- . **História Ambiental no Brasil – Pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.
Coleção Questões da nossa época
- MESQUITA, Carlos Alberto Bernardo, VIEIRA, Maria Cristina Weyland. **RPPN – Reservas particulares do patrimônio natural da mata atlântica**. – São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004. (Caderno da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica : série conservação e áreas protegidas, 28)
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. 2ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MOREIRA, Eliane **Conhecimento Tradicional e a Proteção**. Revista T&C Amazônia, Ano V, Número 11, p. 33-41, junho de 2007.
- NORA, Pierre. **Os lugares da memória**. São Paulo: Projeto História, 1993.
- ODUM, Eugene P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. **Mata Atlântica, paleoterritórios e história ambiental**. *Ambient. soc.*, Dez 2007, vol.10, no.2, p.11-23. ISSN 1414-753X
- OLIVEIRA, Washington de. **Ubatuba – documentário**. São Paulo: Editora do Escritor, 1987.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1999.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Apud. ARRUDA, Rinaldo. **"Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. *Ambient. soc.*, Dez 1999, n.º.5, p.79-92. ISSN 1414-753X.

- RIBEIRO, Eduardo Magalhães, GALIZONI, Flávia Maria. **Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.** *Ambient. soc.* [online]. 2003, vol. 5, no. 2, pp. 129-146. ISSN 1414-753X.
- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Coleção a)
- SEBE BOM MEIHY, José Carlos. **Manual de História Oral.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- SETTI, Kilza. **Nos Cantos das Praias – estudo do caçara paulista e de sua produção musical.** São Paulo: Ática, 1985.
- TAUK-TORNISIELO, Sâmia Maria, GOBBI, Nivar, FOWLER, Harold Gordon. Org. **Análise Ambiental: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOURTIER-BONAZZI, Chantal. **Arquivos: propostas metodológicas.** In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. coords. **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: DIFEL, 1983.
- VIANA, Virgílio M. **Envolvimento Sustentável e Conservação das Florestas Brasileiras.** *Revista Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 - p. 241-244. 2o Semestre de 1999.*
- WANDERLEY, Vernaide, MENÊZES, Eugênia. **Do Espaço ao Lugar: uma viagem ao sertão brasileiro.** In: DEL RIO, Vicente, OLIVEIRA, Livia. *Percepção Ambiental: a experiência brasileira.* São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Paulo, 1996.

APÊNDICE A

Entrevista com LUIS CARLOS NUNES DE BARROS

Realizada em Ubatuba, dia 08 de março de 2009.

JOICE – Luis, você é filho de caiçaras, é isso?

LUIS - Sim.

JOICE – Quando você era criança você morou no bairro ou você veio quando bebê pro centro da cidade?

LUIS – Eu nasci no bairro sim, na Praia do Ubatumirim, e com quatro a cinco anos de idade nós nos transferimos pro centro da cidade.

JOICE – Os seus pais faziam o que?

LUIS – Os meus pais são caiçaras, e viviam da economia de subsistência, assim como a maioria os caiçaras, quase que a totalidade dos caiçaras, que viviam entre pesca e agricultura. Tudo de subsistência: agricultura de subsistência e pesca artesanal também de subsistência.

JOICE – E o que você se lembra dessa época, quando vocês vieram pra cá?

LUIS – É preciso se lembrar de vários aspectos, principalmente da fartura que existia em termos de... tanto de agricultura como na produção de pescado.

JOICE – Aqui no centro ou no bairro?

LUIS – No centro e no bairro. Aliás no município inteiro a fartura era iminente, isso aí o histórico de Ubatuba diz, as fotos antigas dizem, inclusive aqui no centro da cidade, das grandes regadas que eles davam aí de pesca, na praia da frente mesmo, na cidade aqui, historicamente existe registro dessa produção surpreendente de pescado, que hoje infelizmente há escassez, e não é só em Ubatuba é no mundo inteiro, ela vem ocorrendo de maneira acentuada. Cada vez menos produção pelo próprio mal uso que ainda existe, persiste em cima da captura de peixe.

JOICE – E vocês, quando vieram pro centro, já não usavam mais a agricultura? Só a pesca?

LUIS – Sim, era só a pesca. Porque a agricultura, na verdade, como subsistência, era simplesmente pra alimentação da própria comunidade. Na época a moeda corrente era a própria... então, quer dizer, quem tinha agricultura trocava por pescado, e quem tinha pescado trocava por alimentos de agricultura... tudo de subsistência. A moeda corrente na época era principalmente a troca e não o dinheiro em si. O dinheiro, sim, era usado pra aquilo que não era possível a troca: são, eram os alimentos industrializados ou pré-industrializados da época... sal, açúcar, algumas vezes, pouca coisa.

JOICE – E aí quando mudou pro centro como fazia pra suprir essas necessidades?

LUIS – A pesca de subsistência ela mantinha as famílias, não só a minha, como as demais famílias ela mantinha, logicamente em outros tempos, em outras condições, é.... não com tantos recursos como hoje, mas ela mantinha a subsistência. Tanto que os caiçaras mesmo ninguém que eu saiba, morreu de fome, ou virou pedinte, coisa comum nos tempos de hoje, né. Não pelos caiçaras, diga-se de passagem, comuns pela imigração que veio de outras localidades, principalmente outros estados, e gerou uma pobreza é... pobreza e marginalidade pelo acúmulo de pessoas imigrantes. O caiçara, a sua essência, nunca, pelo que me consta, nunca pediu esmola, nunca passou fome, e ninguém morreu de fome por isso. E a formação sócio-cultural que ele tinha era em cima do serviço público, escolas públicas, hospital público... na base da subsistência mesmo.

JOICE – Você acha que essa vinda do bairro pro centro alterou a forma como o caiçara vê o meio ambiente?

LUIS – Essa imigração que houve dos caiçaras.... é.... dos bairros, das praias pro centro da cidade, foi um processo quase natural pela própria necessidade de infra-estrutura. Muitos bairros não possuíam escolas, posto de saúde.... nenhum deles quase possuía. A necessidade de subsistência tornou essa imigração dos caiçaras das praias para o centro.... e... foi um

processo que se alongou durante vários anos. E esses caiçaras foram vindo para o centro, e depois foram voltando para os bairros, mas os bairros periféricos ao centro, tá, no entorno do centro. Tanto que hoje se for procurar caiçara no centro da cidade... é.... extinção... os poucos que existem.... quer dizer, noventa e nove por cento com certeza não são caiçaras. São imigrantes que vieram pra cá, comerciantes que se estabeleceram ou residentes.... sempre imigrantes. Caiçaras são escassos, são raros, quase que não existem mais.

JOICE – Dessa época, de quando você era criança, que você veio pro centro, e hoje: qual a principal diferença no cotidiano? O que você destacaria?

LUIS – Muita coisa mudou, começa pelo próprio desenvolvimento da cidade, em todos os níveis, não só no centro como nos bairros. Hoje a maioria dos bairros possui uma infraestrutura mínima de subsistência, sem a necessidade dessa imigração. Então houve uma evolução muito significativa em termos de infra-estrutura, em termos de qualidade de vida. Por outro lado, evidente que junto com essa evolução houve sim um povoamento desordenado, em função da imigração de fora, além da estrutura básica existente, principalmente no que se refere a saúde e educação, e essa imigração, a meu ver, deve ser controlada, deve ser projetada pra evitar o que está acontecendo hoje em relação ao passado. Quer dizer, a necessidade hoje é muito maior, as necessidades hoje mínimas, básicas do ser humano pra sobrevivência, são muito maiores que antes, fruto dessa imigração desordenada. E junto com ela infelizmente há criminalidade, a marginalidade que é consequência... porque Ubatuba desde os tempos históricos até hoje ela não gera empregos, ou gera muito poucos empregos, a maioria absoluta é economia informal, é de subsistência e informal. Isso daí acarreta diversos problemas aos olhos públicos, é uma sobrecarga de encargos pro serviço público que é difícil suportar.

JOICE – Tá, e pra você, como caiçara, o que você entende por meio ambiente?

LUIS – O conceito de meio ambiente muito praticado hoje, mais falado do que praticado, no meu ver tem muito a ver com a questão da sustentabilidade, tá.... que se prega e nunca se pratica. A sustentabilidade do meio ambiente, na verdade, nada mais é do que o convívio em harmonia do homem com o meio ambiente, preservando e utilizando. Infelizmente existe um desvirtuamento, a meu ver, desse conceito, porque fala-se em sustentabilidade mas na verdade quase que existe uma corrente de ecologistas, que pra mim na verdade são ecoloucos.... que defendem conceitos que não são praticados em nenhum lugar do mundo, e querem tornar da noite pro dia viável em Ubatuba. Isso não existe, isso é impraticável, e o resultado disso está aí: quer dizer, a harmonia que tem que existir, a sustentabilidade é justamente isso, é o homem usufruir dos recursos naturais com limites de exploração, e aí válidos na pesca, na agricultura e assim por diante, tá... de maneira que isso torne a sustentabilidade viável. Quer dizer, não é só preservar e morrer de fome, tá.... mas também não se pode deixar a depredação tomar conta do município. A ocupação, Ubatuba por exemplo, ela sofre.... o Litoral inteiro, especificamente.... sofre de uma ocupação desordenada em encostas, por culpa, ao longo de anos, do poder público. Não só do executivo, não, do poder público geral, pela omissão que o Estado teve. O poder público foi omissivo durante muitos anos, e vem pagando o custo dessa ocupação desordenada. A ocupação em encostas, na verdade, acaba sobrando pra todos os contribuintes, né.... que são quem pagam as contas. Quer dizer, quando chove quem tem que alojar os desabrigados? É o poder público. Quando cai o barraco? É o poder público que tem que socorrer. E a defesa civil e o corpo de bombeiros não param de trabalhar em função dessa ocupação desordenada. Isso aí tem um custo que todo cidadão contribuinte paga e não reclama, infelizmente não reclama, deveria reclamar e não reclama. Associado a isso vem a questão da poluição, quer dizer, hoje é difícil você encontrar um córrego ou um rio em Ubatuba que não tenha uma poluição absurda. E todo mundo sabe, todo mundo questiona, mas providências poucas se tomam, infelizmente. Então a questão ambiental, que é um ponto

essencial, ela precisa ser muito bem discutida na questão da sustentabilidade. Não adianta proibir o pescador de pescar se não der alternativa pra ele, mas também não adianta querer proibir sem fiscalização. Hoje isso acontece, não tem fiscalização suficiente, não tem educação suficiente, educação ambiental suficiente... Houve uma evolução? Houve, mas muito inferior à necessidade que existe. Infelizmente....

JOICE – Já que estamos falando disso, caímos em desenvolvimento. O que você entende por desenvolvimento? O que seria desenvolver a cidade pra você?

LUIS – O desenvolvimento da cidade, tá, dentro de um planejamento, a meu ver, deve ser pensado nos seguimentos possíveis e existentes em qualquer economia: o comércio, a indústria e o serviço. Indústria em Ubatuba é completamente inviável, a não ser as pequenas indústrias familiares, de pouca produção, de sustentabilidade familiar, nada mais do que isso. È sonho de alguém, loucura mais que sonho de alguém pensar que um dia vai vim uma indústria, tá, que vai gerar emprego qualitativo.... isso é sonho, é loucura, impraticável. O comércio existe, um comércio pequeno, precário, até em função de renda da população... não tem muito potencial de crescimento não. Agora, a meu ver, o grande seguimento, forte e promissor é o seguimento de serviços... serviços diversos, principalmente os ligados ao turismo. Isso aí todo mundo comenta, fala o tempo todo, se discute, mas nunca se chega a uma conclusão final no sentido de um planejamento, um ordenamento que gera principalmente da parte educativa voltada a este seguimento. Hoje, se Ubatuba recebesse hoje um turista estrangeiro aqui ele vai ficar incomunicável nas ruas porque ninguém fala um inglês, não tem sinalização em inglês, poucos folders e catálogos existem em outra língua que não o português. Então, aí já é um princípio que, a meu ver, tá totalmente equivocado esse conceito.... é a falta de planejamento que existe. Também por outro lado, é um processo lento, que tem que ser plantado com resultados de médio e longo prazo... é outro critério, porque em Ubatuba se planta às vésperas das eleições, se plantam os conceitos, se passa a eleição: tudo

engavetado. E enquanto continuarem esses conceitos, Ubatuba vai continuar sofrendo com a economia fraca que existe hoje e sempre se lamentando, infelizmente.

JOICE – Você não se interessa pela pesca, ou esse tipo de coisa que as pessoas consideram “caiçara”...

LUIS – A pesca na verdade, no Brasil inteiro e Ubatuba não é exceção... Ubatuba, por sinal, no estado de São Paulo, já foi o segundo maior produtor de pesca, só perdia pra Santos. O instituto de pesca tem a estatística de toda produção de pescado, e infelizmente, como no Brasil todo, não só em São Paulo nem em Ubatuba, a produção vem cada vez mais diminuindo significativamente, e o mundo inteiro hoje reivindica, cobra das autoridades constituídas de todos os países, um controle na extração de produtos.... é.... da produção de pescado porque só se tira sem critérios, e um dia acaba. Isso aí está mais do que provado, a cada ano vem diminuindo, de maneira que nada estranho que daqui a dez quinze anos não aconteça o que acontece, o que aconteceu nos Estados Unidos, vai chegar uma hora que vai acabar a produção e os pescadores ou vão mudar de profissão ou vão morrer de fome. Ou o poder público faz a intervenção e implanta um projeto de sustentabilidade, de maneira que não acabe. Caso contrário a pesca cada menos torna-se um instrumento.... uma profissão inviável economicamente, a não ser de subsistência, mas em termos empresariais a pesca no Brasil inteiro, infelizmente, ela está de pico n'água, vamos dizer assim... está cada vez pior e isso dessa forma nenhum investidor se habilita a investir porque é uma profissão, um ramo de atividade, é caro, oneroso e ninguém... poucos se aventuram a investir porque dificilmente dá um retorno. A não ser a subsistência, como eu falei, a subsistência ela sempre vai existir com pouca ou muita produção, mas a subsistência não gera recurso econômico, não gera riqueza, é uma economia estagnada. Subsistência, em termos de desenvolvimento é a contra-mão da história, a cidade precisa de um pouco mais de recurso do que a subsistência.

JOICE – Você pode falar alguma coisa sobre o seu cotidiano atual? Como é, onde você atua e porquê você escolheu atuar nessa área?

LUIS – A minha atuação é numa fábrica de gelo, na beira do cais, voltada em sua maioria, não a totalidade mas em sua maioria absoluta para o auxílio e sustento da pesca, pesca artesanal, pesca comercial e industrial. Infelizmente a gente é obrigado a subsidiar para a pesca o preço do gelo, porque não existe nenhum instrumento do governo, nem federal, estadual ou municipal, não existe instrumento que subsidie a questão gelo. Então, infelizmente, os proprietários de fábrica de gelo são obrigados a fazer um preço diferenciado porque se não torna-se inviável a utilização de gelo pra pesca. E na verdade, sem gelo a pesca não funciona, a pesca artesanal e os pequenos produtores comerciais mas pequenos não têm frigoríficos e são obrigados a utilização de gelo para a produção de pescado. Então a minha atuação basicamente é na produção de gelo voltada quase que absolutamente para a produção de pescado local e da região. Aqui vem barco de Santos, de São Sebastião, do Rio, de Espírito Santo que se abastecem de gelo quando estão pescando nessa região. E os daqui, que a maioria absoluta utilizam esse gelo.

JOICE – Você quer falar mais alguma coisa? Algum comentário? Alguma coisa que você se lembre?

LUIS - E, eu acho que o mais importante que está acontecendo em Ubatuba nos últimos tempos é a questão ambiental, que é um fato muito discutido, mas infelizmente existem ainda pessoas que confundem a questão ambiental, confundem no sentido de pregar uma filosofia impraticável e esquecem que eles mesmos são poluidores. Se cada cidadão desses, chamados de ecologistas, que vestem a camisa verde de ecologistas, se eles olhassem pra trás, eles veriam que eles andam de carro e poluem, que eles usam banheiro e poluem, que eles andam de avião ou de barco... então qualquer atividade que o cidadão gere, infelizmente no mundo de hoje a gente precisa de um carro, precisa de um avião, precisa do celular, precisa de uma

bateria, de uma pilha... isso aí tudo são motivadores de poluição, tá... então antes de olhar na questão ambiental do vizinho, primeiro precisa se olhar a si próprio e ver ... num momento de reflexão em cima do que que ele contribui pra melhora da qualidade de vida em questão ambiental. Se cada cidadão olhar pra si mesmo, dentro da sua casa, desde os consumos mínimos do que ele utiliza, eu acho que tem muita coisa que ele pode fazer, tá, começa plantando uma árvore que com certeza muitos desses ecologistas nunca nem plantou. Então é preciso rever esses conceitos, no meu entendimento, e pôr um freio aí, olhar pra si próprio pra depois olhar o vizinho. Tem que ser preservado? Tem que ser. A questão ambiental é.... o mundo inteiro hoje debate, discute e se preocupa. Agora, cada cidadão precisaria se preocupar um pouco mais dentro da sua própria casa, no seu próprio dia-a-dia. Eu acho que já um grande passo se ele tomar essa consciência e compensar a poluição que ele mesmo gera.

JOICE – Esses ecologistas que você cita são caiçaras ou não?

LUIS – Infelizmente... desculpa, infelizmente não... Felizmente não são caiçaras, porque eu me orgulho de ser caiçara, tá. E infelizmente são pára-quadistas que com certeza não dão certo em lugar nenhum de onde eles vieram, e pararam por aqui como curva de rio. Com certeza absoluta. Não todos, evidentemente, mas com certeza a maioria sim, são pára-quadistas, que se for levantar o histórico deles, com certeza eles foram mal-sucedidos por onde passaram, e viram aqui uma oportunidade de se encostar, como verdadeiros estorvos. Infelizmente essa é a realidade.

JOICE – Você acha que essa consciência de lidar bem com o meio ambiente, isso poderia ser positivo entre os caiçaras? Você que isso é possível?

LUIS – Sem dúvida é possível sim. Hoje já existe até uma evolução. Eu vejo lá, no próprio cais, onde tenho a fábrica, que os próprios.... vários pescadores, quando chegam eles trazem o lixo gerado pelo uso deles. Eles trazem e colocam na lixeira. Trazem sacos, pedaços de rede que cortam no mar... Então hoje acho que isso já é um conceito. Hoje dificilmente, eu pelo

menos não vejo, pescador jogar óleo no mar. Eles têm um conceito criado, mesmo que pequeno, mas têm um conceito criado que antes não existia. Mas insisto em dizer, essa questão ambiental, que não é só do pescador ou do caiçara, muito mais ainda é de toda a população, em especial aqueles que moram em áreas de risco, em barrancos, em beira de rio, em beira de nascentes.... esses, mais do que os outros, têm a obrigação de preservar, de não depredar, não destruir o que está sendo feito.

JOICE – Tá ótimo. Muito obrigada pela entrevista.

APÊNDICE B

Entrevista com CLAUDIONOR NUNES DE BARROS

Realizada em Ubatuba, dia 09 de agosto de 2009.

JOICE – Cláudio, fale de você. Você é caiçara?

CLÁUDIO – Sou, sou caiçara da gema. (risos)

JOICE – E o que você se lembra de quando você era criança?

CLÁUDIO – Ah, quando eu era criança viemos do Ubatumirim, eu tinha oito anos de idade, eu era um moleque levado, arteiro... aí papai começou a pescar, eu fui pescar com ele.

JOICE – No Ubatumirim vocês pescavam?

CLÁUDIO – Eu não, que eu era criança ainda. Mas meu pai ia, e vivia da roça também.

JOICE – Era mais a agricultura do que a pesca?

CLÁUDIO – É... aí aqui no centro não tinha como fazer agricultura, aí sim, aí fomos pra pesca. Aí já comecei a trabalhar com ele. Pesquei com meu pai até os quinze anos, e aos quinze anos eu fui embora, fui trabalhar fora.

JOICE – Fora de Ubatuba?

CLÁUDIO – Fora de Ubatuba, fui embora pra Santos, de Santos fui pro Rio...

JOICE – Mas trabalhando no quê?

CLÁUDIO – Eu era sardinheiro, pescando... Pescando sardinha. E aí a vida continuou pescando, com a pesca...

JOICE – E você voltou pra Ubatuba por quê?

CLÁUDIO – Ah, a família tava aqui em Ubatuba tudo, né... meus irmãos tavam aqui em Ubatuba. Aí eu voltei pra Ubatuba, parei de pescar na traineira, fui pescar outro tipo de pescaria aqui... aí arrumei a tal namorada, comecei a namorar, casei e aí continuei em Ubatuba... continuei pescando...

JOICE – Não saiu mais da pesca?

CLÁUDIO – Não, da pesca não saí mais.

JOICE – Hoje você faz o que?

CLÁUDIO – Hoje, na verdade eu faço um bico por aí, faço uns fretinho, uns negócio por aí...

JOICE – E não mais a pesca?

CLÁUDIO – Não...

JOICE – Por quê?

CLÁUDIO – Porque a pesca agora, hoje em dia, tá cada vez mais difícil. Esse negócio de meio ambiente... Eu no caso, já to perto de me aposentar, já to mais... já tenho problema de saúde pra tá praticando a pesca, já tá mais difícil... E to deixando, até aposentar... Depois vamos ver o que a gente faz, né...

JOICE – Tem bastante gente que pesca ainda?

CLÁUDIO – Olha diminuiu bastante... Da faixa etária de idade minha... Muitos já se aposentaram, muitos tão deixando por problema de saúde também. Mas tem uma criançada, novo, que alguns tão começando agora, né... Porque parar não pára de vez, né, mas... sempre vai ter alguém... Eu, no caso, se eu tivesse filho homem, pra pôr na pesca eu não botaria, não deixaria mais.

JOICE – Não... Por quê?

CLÁUDIO – Porque não compensa mais.

JOICE – Financeiramente?

CLÁUDIO – Em tudo. A pesca tá um órgão cada vez mais difícil, mais complicado. Tudo apertada de todo jeito: é a fiscalização, a pescaria ruim, o governo manda fechar a pesca por três quatro meses e não bancam os pescadores do jeito que tem que ser, é tudo complicado. Então, cada vez, cada ano que passa tá complicando mais. A tendência, no futuro, é a pesca artesanal acabar, essa é a verdade. Vai ficar os grandes e amadores... Aqui vai acabar... Eu já vi

acontecer coisa aqui que uma parte o Meio Ambiente tá errado... Eu já vi acontecer coisa aí, com pescador mesmo, que não devia acontecer e aconteceu. Os caras chegam lá armando barraco com o pescador por causa de um registro de carteira que tava atrasado. Aí, além de multar o cara, prende barco, prende rede... Isso aí é contra a lei. Mas os cara são cheio de ordem, de autoridade, né... Não sei. Na opinião da gente, pescador, isso aí pra nós é errado. Até ele chegar pra você: 'Tá errado, vai regularizar, tem tantos dias de prazo, vou te multar por isso', tudo bem, todo mundo até concorda com isso. Porque a Marinha é um órgão assim: a Marinha é o melhor órgão pra pesca, é a Marinha. Se ela chegar em você e tiver com a embarcação 'Olha, o documento seu tá atrasado, você tem tantos dias de prazo, vai regularizar. Se eu te pegar a segunda vez vou te prender, vou te multar e tudo', é assim que funciona a Marinha. Então o melhor órgão que tem pra trabalhar com o pescador é a Marinha. Já o 'Meio Ambiente' não tem moleza pra trabalhar com eles, esse IBAMA aí. Ele chega lá já toma a rede, a pescaria, mete multa e quer prender você, e pede tudo, e vai pra delegacia, e acho que é contra a... pausa... O pescador não é bandido. É trabalhador, não é bandido. Isso aí a gente acha tudo errado, né... E algema o cara, leva algemado... Não é bandido... Essas coisas é que revolta a gente. É coisa da opinião nossa, não é minha não. É minha e dos pescadores que se revoltam. Eu já vi acontecer com um cara, outro dia: o cara veio com o barco todo equipado, tudo pronto. Porque tinha dois tripulantes com a carteirinha vencida, o IBAMA foi lá perguntar aí multaram os caras, tudo bem. Até multar os caras, os cara tavam errados tudo bem, todo mundo concordou. Mas o que eles fizeram: prenderam a pescaria do rapaz, aí depois da pescaria presa, cismaram de prender o material do rapaz. Aí o cara, que não era tonto também, né, brigaram, brigaram, o cara chamou dois advogado. Chegaram dois advogados. Teve um guarda que queria prender o rapaz, mas aí chegou os advogados e liberaram. Queriam tomar tudo do cara, e o barco do cara tava em dia, tava em ordem, que a licença de pesca dele tava em dia, tava em ordem. A única coisa errada era os dois tripulantes.

Quer dizer, então errado tava o Meio Ambiente: eles podiam multar os caras e liberar o barco. Apreendeu a pescaria? Apreendeu, tudo bem. Tira a pescaria e libera o barco... Essas coisas, vai indo, desanima o cara.... qualquer um...

JOICE – Quando você diz “meio ambiente”, você fala do que? O que é isso pra você?

CLÁUDIO – Esse pessoal do ‘meio ambiente’ hoje em dia tá apertando o cerco pra todo lado, não só na pesca como na agricultura. Você vê por aí que o cara não pode cortar um galho de árvore pra plantar um feijão, que já é preso, é multado, é tudo. O pescador tá na mesma situação. Agora tem um detalhe: o pescador compra o barco pra pescar, se ele não tiver a infeliz da licença de pesca, ele vai preso, ele é multado, os caras tomam tudo. O cara toma um prejuízo que nem sabe o tamanho. Só que acontece que eles não dão a licença pro pescador pescar. Então não tem condições de continuar. O que vai acontecer é o que eu to falando pra você: daqui um tempo vai ter que parar tudo porque...

JOICE – Você acha que não deveria ter essa licença? O que você acha que deveria ser feito?

CLÁUDIO – Bom, deveria ter, mas se o cara é um pescador profissional, no caso, se fosse um filho meu, daí ele constrói um barco novo, o meio ambiente devia dar uma licença... vai fazer uma pesquisa com o pai, o avô, com quem sabe que a pessoa já é do ramo.... tinha que fazer uma pesquisa melhor. Não é dar licença pra todo mundo, que eu acho que isso também não deve ser feito. Às vezes o cara não vive disso, daí tira uma licença que não usa pra aquilo, né... Mas devia ser um negócio mais aprofundado. Aqui mesmo tem pescador profissional, que tem barco aqui, e não tem a licença, porque o IBAMA não dá. E aí pega o cara pescando sem licença lá fora, e o cara pega 60 kg, aí pega a mercadoria do cara, prende o cara, prende tudo, multa. É uma situação difícil... Então o cara vai desistindo.

JOICE – E aí ele não tem o que fazer, no que trabalhar...

CLÁUDIO – Não tem o que fazer... Daí vai viver de bico, depender de não sei o que... Ou então vai pro assalto, né... Não pode trabalhar, vai roubar. E o cara vê o filho pedindo comida

em casa, pedindo as coisas, vai deixar passar fome? O cara que é homem, que tem caráter não vai deixar isso... Ele vai apelar pra algum lado. Mas tem gente que não vê essas coisa, né... Hoje mesmo tava comentando sobre o negócio de uma APA que tem aqui em Ubatuba, que tá tendo essa tal de APA, desse tal de Chico e Graziela, lá das bandas de São Paulo... Eles fazem as coisas e manda, mas não sabe a situação do pescador aqui, ele só assina a lei. Mas ele não vê a situação do indivíduo aqui...

JOICE – O que é a APA?

CLÁUDIO – Nem eu sei o que que é essa APA. É um monte de coisa de meio ambiente que eles arrumaram aí, um monte de coisa, não sei explicar pra você. Tem que pegar uma pessoa mais estudada do que eu pra explicar pra você, que eu não sei. Mas é um enchimento de saco que você não imagina. Eles tão defendendo uma lei que eu nunca ouvi falar, pescador nenhum nunca ouviu falar, sobre mergulho zona azul. Zona azul que a gente vê é na cidade, de cobrar estacionamento. Mas eles arrumaram esse negócio de mergulho zona azul que ninguém sabe o que que é isso. Preservar, privilegiar o mergulhador na ilha que o pescador depende do peixe pra sobreviver. Quer dizer, o mergulhador entrou acabou o pescador. É isso que eles fazem... E tem mais e mais coisa que a gente vê aí pra frente, que a gente sabe...

JOICE – E você acha que essa lei ajuda em alguma coisa?

CLÁUDIO – Ajuda a prejudicar o pescador, cada vez mais...

JOICE – É mesmo?

CLÁUDIO – Ah, com certeza, né...

JOICE – Você acha que se não tivesse a lei estaria melhor? Porque o governo diz que pra não deixar que os peixes se acabem, né...

CLÁUDIO – Pois, mas no caso da Ilha Anchieta: eles fizeram da Ilha Anchieta preservação. Ninguém pesca lá, é proibido, ninguém pesca. Já criaram ali, é uma área de preservação, o povo respeita, tem fiscalização, tem tudo. Agora fazer esse negócio de zona em Ilha de

Vitória, Ilha de Búzios, que lá tem um monte de moradores que vivem daquilo lá, e fora os barcos dos pescadores que vão até lá... quer dizer, se fizer isso acabou. O pescador vai viver do que mais? Eles tão exagerando nas leis que eles tão fazendo, né...

JOICE – Mas você acha que isso tá ajudando no desenvolvimento da cidade? Ou não...

CLÁUDIO – Pelo nosso ponto de vista aqui não ajuda em nada. Só prejudica... Porque o cara não pode matar uma garoupa, não pode matar um peixe melhor, só prejudica.

JOICE – O que você acha que poderia acontecer para a melhora de Ubatuba? Pra desenvolver a cidade... o que você acha que é desenvolvimento?

CLÁUDIO – Olha, eu não sei.... Desenvolvimento da cidade eu não sei, não estudei pra esse tipo de coisa... Mas eu acho que entra prefeito e sai prefeito e ninguém faz nada pra cidade desenvolver. A cidade tá parada a não sei quantos anos aqui, que entra fulano e sai fulano... O que eu vejo aqui até agora, no meu caso eu não vejo nada de melhora.

JOICE – E o que você acha que eles deveriam fazer?

CLÁUDIO – Ah, emprego não tem aqui em Ubatuba. A não ser a Prefeitura, os que já têm algum emprego fixo e acabou. Não tem indústria, que não dá pra montar indústria sei lá porque, não tem não sei o que, não tem nada pra gerar emprego. Então o pescador aqui em Ubatuba vive da pesca ainda, da Prefeitura e empresa de ônibus que tem aqui. Eu acho que não tem mais nada em Ubatuba que gere emprego aqui.

JOICE – Mas o que você acha que poderia ter?

CLÁUDIO – Ah, daí eu não sei, tem muita coisa... Eu acho que o que tinha que acontecer é incentivar a pesca pra melhorar, e não acabar. Porque se acabar a pesca em Ubatuba parou a metade, porque... O que dá emprego pro pescador em Ubatuba é a pesca, se parar a pesca acabou. Tinha que incentivar a melhorar a pesca cada vez mais. Equipar o pescador, equipar a área de pesca... Falta muita coisa pra pesca, falta estrutura. O pescador precisa de um posto de gasolina pra óleo diesel, e o cara não consegue montar o posto por causa de burocracia do

meio ambiente, então tudo isso... Gelo também é uma burocracia pra pegar gelo aí. A gente fica nas mãos dos cara e não tem acordo, tem que fazer o que eles querem e acabou. Não tem nada, a prefeitura não ajuda em nada. Quer dizer, não tem quem ajude, nem a prefeitura nem ninguém mais. Aqui não vem um deputado pra ajudar, ninguém pra olhar, pra saber a situação. Na época da eleição tá cheio de neguinho aí caçando voto mas na hora que precisa não vem ninguém.

JOICE – Você acha que o turismo não colaboraria?

CLÁUDIO – Olha, a cidade é uma cidade turística, né. Ubatuba tinha que investir em turismo, mas não investe nada em turismo aqui. Pelo que eu vejo aqui, não tem nada pro turista aqui. O turista vem pra Ubatuba na época do verão pra ir pra praia, no inverno não vem ninguém, não tem nada em Ubatuba, vem aqui no inverno fazer o que aqui. Não sei o que que podia fazer.... não sei o que que atrai os turista no inverno. Campos do Jordão faz u monte de coisa, lá, de shows, não sei o que... Atrai turista de todo jeito lá. Aqui em Ubatuba talvez isso ajudasse, né, tipo coisa assim, né. Mas como não tem nada... Não sei...

JOICE – E o mercado de peixe?

CLÁUDIO – O mercado de peixe é uma estrutura boa. É um mercado feito pro pescador artesanal, só que tá aumentando. Aumentou o número de... na verdade não aumentou o pescador, entrou atravessador no meio, a verdade é essa aí. Então complicou o negócio... mas... alguns atravessadores são caiçaras, outros não... esse é que é o problema... a maioria dos pescadores são caiçaras...

JOICE – Tá ótimo. Muito obrigada pela entrevista...

ANEXO A

Declaração 527/08 do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté



PRPPG-Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Comitê de ética em Pesquisa
Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro Taubaté-SP 12020-040
Tel.: (12) 3625.4143 – 3635.1233 Fax: (12) 3632.2947
cep@unitau.br

DECLARAÇÃO Nº 527/08

Protocolo CEP/UNITAU nº 534/08 (Esse número de registro deverá ser citado pelo pesquisador nas correspondências referentes a este projeto)

Projeto de Pesquisa: *O caiçara e o meio ambiente: as transformações em Ubatuba e a década de 1960.*

Pesquisador(a) Responsável: Joice Fernandes

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião de **12/12/2008**, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 196/96, considerou o Projeto acima **aprovado**.

Taubaté, 12 de dezembro de 2008

Prof. Robison Baroni

Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté

ANEXO B

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para utilização
da entrevista com Luis Carlos Nunes de Barros**



UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPG-CA
 Estrada Municipal Dr. José Luiz Cembranelli, 5000 - Bairro Itaim - 12081-010 - Taubaté - SP - Brasil
 Campus de Ciências Agrárias
 Fone: 12-3625-4212 - FAX: 12-3631-8004
 e-mail: ambiente@prppg.unitau.br - Home Page: <http://www.unitau.br/prppg.htm> - www.agro.unitau.br/ppgca
 CNPJ - 45.176.153/0001-22

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, elaborado em duas vias de um só teor. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:


Título do Projeto: O CAIÇARA E O MEIO AMBIENTE: AS TRANSFORMAÇÕES EM UBATUBA E A DÉCADA DE 1960

Pesquisadora Responsável: PROF.ª JOICE FERNANDES

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): (12) 3832.7215

Telefones para contato: (12) 9723 5951

- O objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre o caíçara de Ubatuba e o seu meio ambiente local no período atual, e relacionar essa relação com o contexto da década de 1960. Para isto serão feitas entrevistas com estes caíçaras e comparações entre estes dados e a bibliografia a respeito.
- Sua participação pode enriquecer este trabalho no sentido de trazer novas informações não encontradas na bibliografia ou nas outras fontes
- O resultado da entrevista será utilizado pelos pesquisadores em parte ou no todo, porém antes desta utilização você tomará conhecimento do conteúdo
- Você terá o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo sem nenhum tipo de penalidade.
- Sua entrevista será gravada e após a digitação do conteúdo a fita utilizada será destruída. O trabalho digitado será apresentado a você antes da utilização, e estará sujeito às suas restrições.



 JOICE FERNANDES
 Pesquisadora Responsável

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, LUIS CARLOS NUNES DE BARROS, RG 8.704.779, abaixo assinado, concordo em participar do estudo O CAIÇARA E O MEIO AMBIENTE: AS TRANSFORMAÇÕES EM UBATUBA E A DÉCADA DE 1960, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora JOICE FERNANDES sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento.

Ubatuba, 08 de março de 2009

Nome: LUIS CARLOS NUNES DE BARROS


 Assinatura do sujeito:

ANEXO C

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para utilização
da entrevista com Claudionor Nunes de Barros**



**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPG-CA**

Estrada Municipal Dr. José Luiz Cembranelli, 5000 - Bairro Itaim - 12081-010 - Taubaté - SP - Brasil
Campus de Ciências Agrárias
Fone: 12-3625-4212 - FAX: 12-3631-8004
e-mail: ambiente@prppg.unitau.br - Home Page: <http://www.unitau.br/prppg.htm> - www.agro.unitau.br/ppgca
CNPJ - 45.176.153/0001-22

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, elaborado em duas vias de um só teor. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: O CAIÇARA E O MEIO AMBIENTE: AS TRANSFORMAÇÕES EM UBATUBA E A DÉCADA DE 1960

Pesquisadora Responsável: PROF.^a JOICE FERNANDES

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): (12) 3832.7215

Telefones para contato: (12) 9723 5951

- O objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre o caiçara de Ubatuba e o seu meio ambiente local no período atual, e relacionar essa relação com o contexto da década de 1960. Para isto serão feitas entrevistas com estes caiçaras e comparações entre estes dados e a bibliografia a respeito.
- Sua participação pode enriquecer este trabalho no sentido de trazer novas informações não encontradas na bibliografia ou nas outras fontes
- O resultado da entrevista será utilizado pelos pesquisadores em parte ou no todo, porém antes desta utilização você tomará conhecimento do conteúdo
- Você terá o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo sem nenhum tipo de penalidade.
- Sua entrevista será gravada e após a digitação do conteúdo a fita utilizada será destruída. O trabalho digitado será apresentado a você antes da utilização, e estará sujeito às suas restrições.



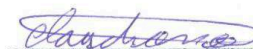
 JOICE FERNANDES
 Pesquisadora Responsável

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, CLAUDIONOR NUNES DE BARROS, RG 7 425 726, abaixo assinado, concordo em participar do estudo O CAIÇARA E O MEIO AMBIENTE: AS TRANSFORMAÇÕES EM UBATUBA E A DÉCADA DE 1960, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora JOICE FERNANDES sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento.

Ubatuba, 09 de agosto de 2009

Nome: Claudionor Nunes Barros

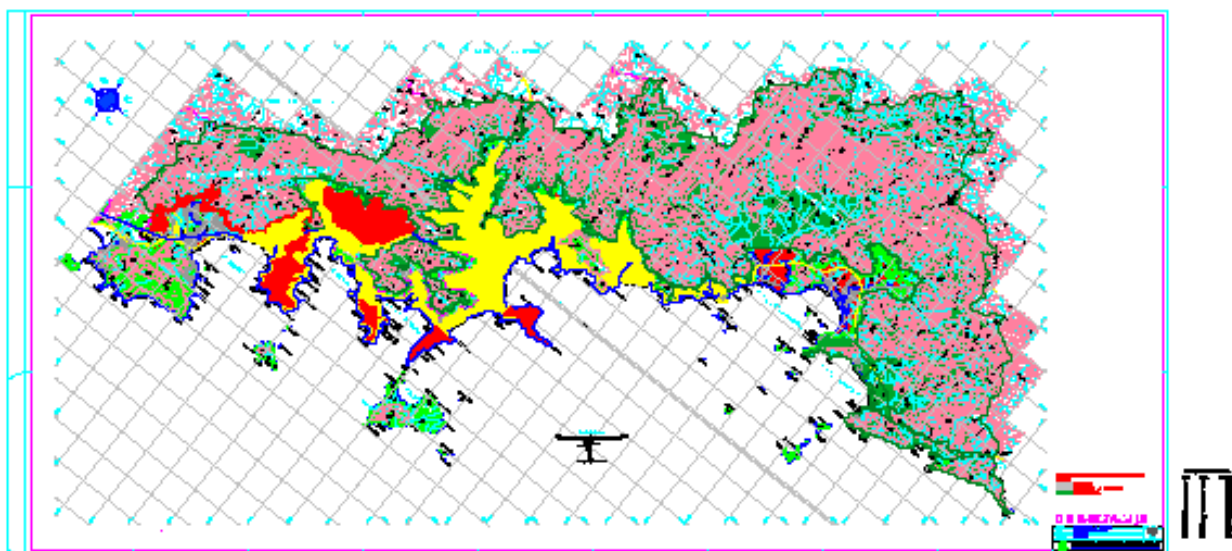


Assinatura do sujeito:

ANEXO D

Mapa – Áreas CONDEPHAAT / PARQUE – Estância Balneária de Ubatuba

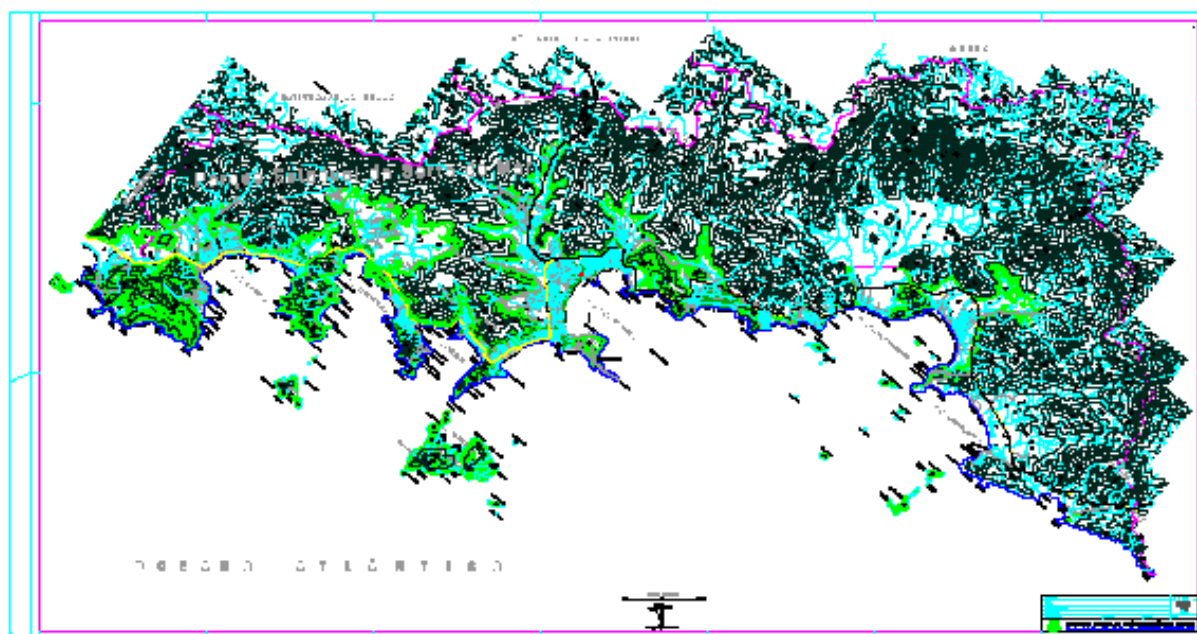
[..\MUNICIPIO CONDEPHAAT 00.dwg](#)



ANEXO E

Mapa – Município / Ruas – Estância Balneária de Ubatuba

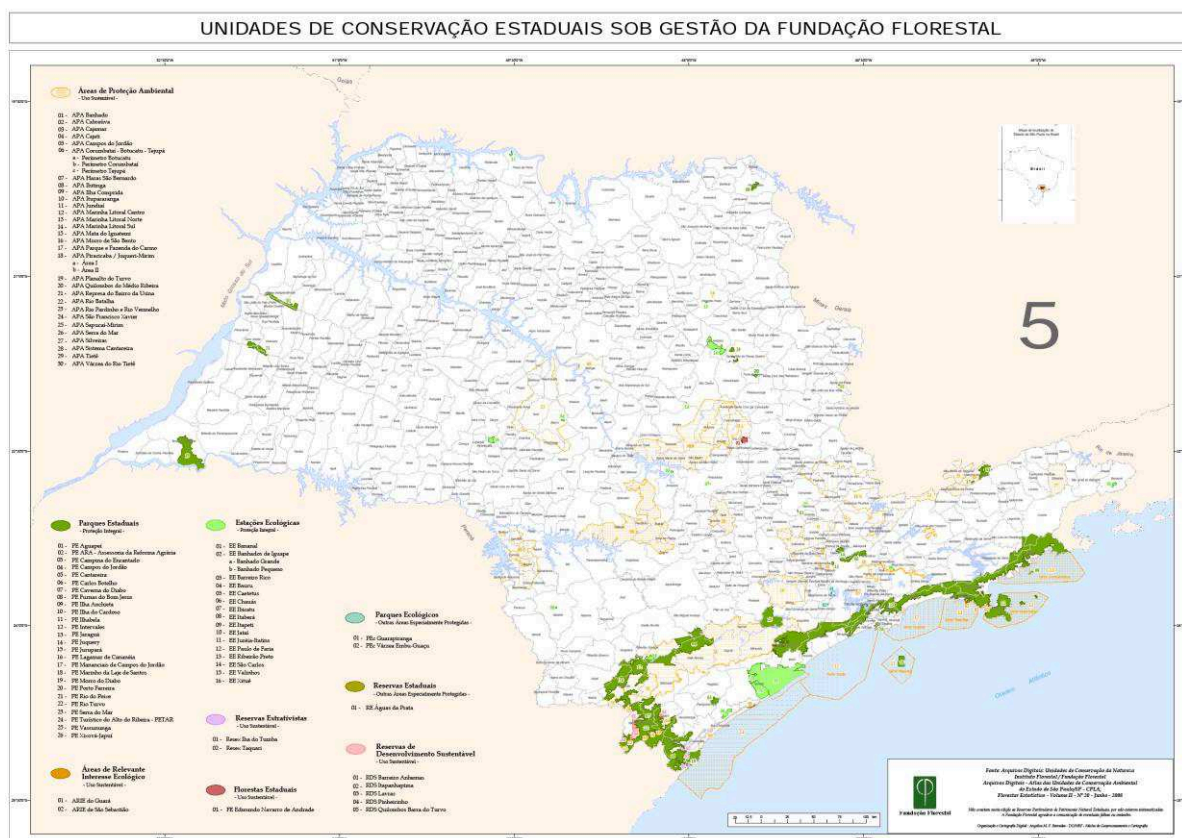
[..\Município Ruas atual.dwg](#)



ANEXO F

Mapa – Unidades de Conservação Estaduais sob Gestão da Fundação Florestal

[fotos da defesa\Unidades de Conservação Estaduais sob Gestão da Fundação Florestal.pdf](#)



ANEXO G

Mapa – Município Hidrografia – Estância Balneária de Ubatuba

[fotos da defesaHidrografia.pdf](#)

